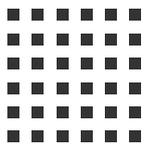


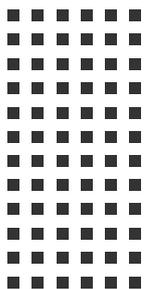
VOLUME 03 | Nº 01 | 2024

ISSN: 2764-5606

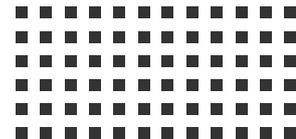


evolucion

periódico científico multidisciplinar



MULTI
DISCI
PLINAR





Conselho Científico

 Editor chefe:
Prof. Dr. Cláudio Silva Porto

Cynthia Rocha da Silva
Dhalma Arruda
Hikaro Queiroz
Mikael Ribeiro da Silva Gomes

Conselho Editorial

Cynthia Rocha da Silva
Dhalma Arruda
Hikaro Queiroz
Mikael Ribeiro da Silva Gomes
Murilo Pinheiro Diniz
Patrícia Gomes da Costa

Expediente

 Coordenação geral:
Dhalma Arruda

 Coordenação executiva:
Mikael Ribeiro da Silva Gomes

 Coordenação de revisão ortográfica:
Lidiane Porfírio

 Coordenação de arte e capa:
Wallisson Oliveira

 Projeto gráfico:
Wallisson Oliveira

 Diagramação:
Wallisson Oliveira



Apresentação

A Revista Eletrônica Evolucionere, em versão exclusivamente eletrônica, de orientação pluralista, publica, trabalhos científicos de colaboradores, docentes e discentes nacionais ou estrangeiros que apresentem contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas às diversas áreas do conhecimento.

A Revista Evolucionere tem por objetivo a difusão e divulgação dos resultados das atividades de estudos, pesquisas, extensão, resenhas acadêmicas e demais atividades desenvolvidas na instituição ou em outras instituições parceiras através de seus colaboradores.



A Revista Evolucionere tem como missão fomentar o ensino e a pesquisa de forma a aproximar o acadêmico ao estudo por meio da divulgação científica.



MULTIDISCIPLINAR:

Na área de educação

Multidisciplinar, temas como: educação inclusiva, acessibilidade e novas tecnologias na educação são abordadas, trazendo à tona o que há de mais inovador no processo de ensino-aprendizagem.

Índice

↳ Educação Ambiental Voltada para Crianças de Séries Iniciais	5
↳ TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: Desafios e Oportunidades para a Formação de Professores e Alunos ____	19
↳ PRESIDÁRIA OU PACIENTE? O lugar da mulher criminosa portadora de transtorno mental	32
↳ EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Vantagens e Desvantagens	43
↳ Direito à Saúde no Sistema Prisional Brasileiro	54
↳ MOTIVAÇÃO NA APRENDIZAGEM: Como o aluno é motivado e se motiva para aprender Inglês	67
↳ Riscos que Existem ao não Proteger Seus Dados e Exposição na Internet__	77
↳ A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DOS EPIS (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL): Dificuldades e perspectivas atuais	90
↳ PERFORMANCE DA ORGANIZAÇÃO: Qualidade de Vida no Trabalho e Normas de Segurança e Saúde Ocupacional	99

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Educação Ambiental Voltada para Crianças de Séries Iniciais

Cesar Tatari

Discente do curso de Pedagogia

RESUMO:

A prática e o contato das crianças com o meio ambiente através do manejo de hortas e jardins é algo raro em algumas escolas. O trabalho tem o intuito de suprir essa necessidade, ensinando as crianças preceitos básicos de se ter uma horta e utilizando sementes de cebolinha. A espécie colhida foi doada para a merenda da escola, possibilitando que os alunos consumam algo produzido por eles. Os pais também tiveram contato com esse lado da educação ambiental através de um folheto informativo que continha informações sobre os trabalhos realizados por seus filhos e dicas de auxílio para a iniciação de um jardim e/ou horta caseiro em suas residências. Ensinar técnicas de plantio e a importância de cuidar de um jardim e/ou horta, utilizando sementes de temperos, pois a mesma se reproduz em uma pequena quantidade de tempo, e ao final do processo montar um folheto informativo que será entregue para os pais, contendo informações mais específicas que servirão para orientação no auxílio e montagem de um jardim e/ou horta em casa.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Crianças. Manejo de Horta. Séries primárias. Escolas.

ABSTRACT:

The practice and contact of children with the environment through the management of gardens and vegetable gardens is rare in some schools. The work is intended to meet this need, teaching children basic precepts of having a vegetable garden and using chive seeds. The harvested species were donated to school lunches, allowing students to consume something produced by them. Parents also had contact with this side of environmental education through an information booklet that contained information about the work done by their children and tips on helping to start a garden and / or home garden in their homes. Teach planting techniques and the importance of caring for a garden and/or vegetable garden, using seasoning seeds, as they reproduce in a small amount of time, and at the end of the process, put together an information leaflet that will be given to parents, containing more specific information that will serve as guidance in helping and setting up a garden and/or vegetable garden at home.

Keywords: Environmental Education. Kids. Garden Management. Primary Series. School.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O que é Educação Ambiental

O termo “*Educação Ambiental*” se tornou amplo ao decorrer do tempo. Nos anos 1960, 1970 e 1980, Educação Ambiental referia-se exclusivamente à preservação dos recursos naturais, tal como o controle e administração de produtos produzidos e exportados, principalmente, por países subdesenvolvidos, e também à poluição e desequilíbrio ambiental causado pelas indústrias oriundas de países desenvolvidos. Outro argumento presente em relação à Educação Ambiental em suas primeiras décadas de debate, era a de relacioná-la exclusivamente à proteção e a conservação de espécies animais e vegetais, criando uma espécie de conexão com a ecologia biológica, sem se preocupar com os problemas sociais que causariam o desaparecimento destas espécies (REIGOTA, 1994, p. 4).

Conforme o passar dos anos, esse conceito foi se modificando, abrindo espaço para debate e preocupação com relação à problemas sociais que afetarão o Meio Ambiente de alguma forma. *Conforme o Art. 1º da Lei nº 9795, de 27 de Abril de 1999:*

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º).

Com base nesses fatores é possível afirmar que Educação Ambiental é o processo que conscientiza as pessoas em relação ao meio ambiente, com principal enfoque em sua importância e preservação, visando desenvolver maneiras para diminuir os impactos causados pela humanidade no meio e buscando um possível equilíbrio entre o homem e a natureza.

Segundo Medeiros (2011), é de suma importância introduzir a educação ambiental na grade escolar, pois ela irá contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem a atuarem na realidade socioambiental, e para isso, é importante que seja passado mais do que informações e conceitos, mas que a escola se disponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores e com mais ações práticas do que teóricas.

A cada dia que passa a questão ambiental tem sido considerada como um fato que precisa ser trabalhada com toda sociedade e principalmente nas escolas, pois as crianças bem informadas sobre os problemas ambientais vão se tornar adultas mais preocupadas com o meio ambiente, além do que elas vão ser transmissoras dos conhecimentos que obtiveram na escola sobre as questões ambientais em sua casa, família e vizinhos. A. B. Medeiros *et al.*, 2011.

Foi proposto na Lei 9.795 de 27 de Abril de 1999, que o Brasil passasse a programar nas escolas a educação ambiental, não só como disciplina, mas também como uma série de conceitos que deveriam estar presentes durante o aprendizado dos alunos, contudo, não são todas as escolas que realizam essa prática, seja por falta de um espaço adequado ou pela falta de professores capacitados para repassarem esse conhecimento.

A educação ambiental deve ser um processo contínuo e permanente, iniciando em nível pré-escolar e estendendo-se por todas as etapas da educação formal ou informal. M. Guimarães, 2007.

2. Desenvolvimento

A busca pela alimentação saudável se tornou um tópico discutido no Brasil e no mundo. Com isso, a demanda de verduras, legumes, entre outros cresceu absurdamente. Contudo, há muitos males na área da agricultura, como por exemplo, o uso excessivo de agrotóxicos, que está associado a problemas neurológicos, motores e mentais, distúrbios de comportamento, problemas na produção de hormônios sexuais, infertilidade, má formação do feto, aborto, doença de Parkinson, câncer de diversos tipos, e outros problemas adversos, de acordo com um estudo publicado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e o Ministério da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em 2015.

2.1. A necessidade da Educação Ambiental nas escolas

A presença da Educação Ambiental na grade curricular de crianças, está previsto pela Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999, *como citado no Artigo 3º*:

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; (Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 3º)

Apesar disso, uma pesquisa realizada com os alunos da Etec Suzano e demais escolas espalhadas pelo município de Suzano, mostra que adolescentes na faixa etária dos 17 aos 18 anos, tiveram pouco ou quase nenhum contato com a Educação Ambiental durante todo o seu percurso escolar.

Os mesmos alunos que participaram da pesquisa, reconheceram o valor da Educação Ambiental e seu papel na formação de caráter das crianças, e demonstraram interesse em práticas manuais de cultivos de legumes, vegetais, hortaliças, etc.

Por fim, a maioria dos entrevistados afirmaram desconhecer os efeitos negativos que o excesso de agrotóxicos produz na saúde humana, e demonstraram interesse em iniciar uma horta caseira. Ao total, foram 57 alunos entrevistados, conforme os gráficos a seguir.

FAIXA ETÁRIA

■ 14 à 16 ■ 17 à 18 ■ 19 à 20

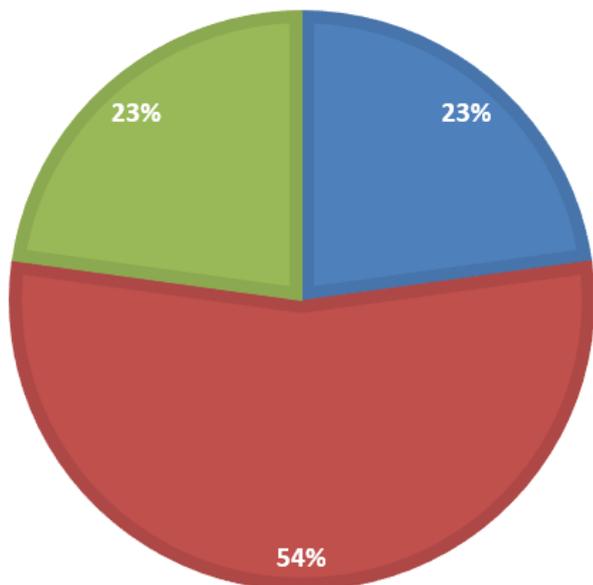


Gráfico 1 - Faixa Etária de alunos que participaram da pesquisa

CONTATO COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

■ Não Tiveram ■ Tiveram

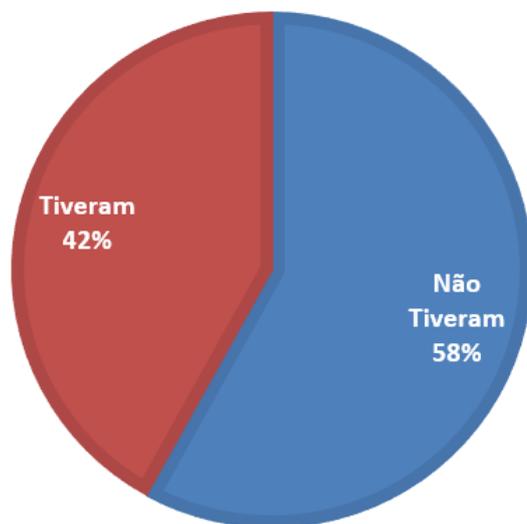


Gráfico 2 - Alunos que tiveram contato com a Educação Ambiental em alguma escola que estudaram

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

CONSCIENTES SOBRE O MEIO AMBIENTE

■ Não acreditam ■ Acreditam



Gráfico 3 - Alunos que acreditam que a abordagem da Educação Ambiental na grade curricular de crianças faz com que elas cresçam mais conscientes sobre o meio ambiente

CONTATO COM CULTIVO

■ Tiveram ■ Não Tiveram

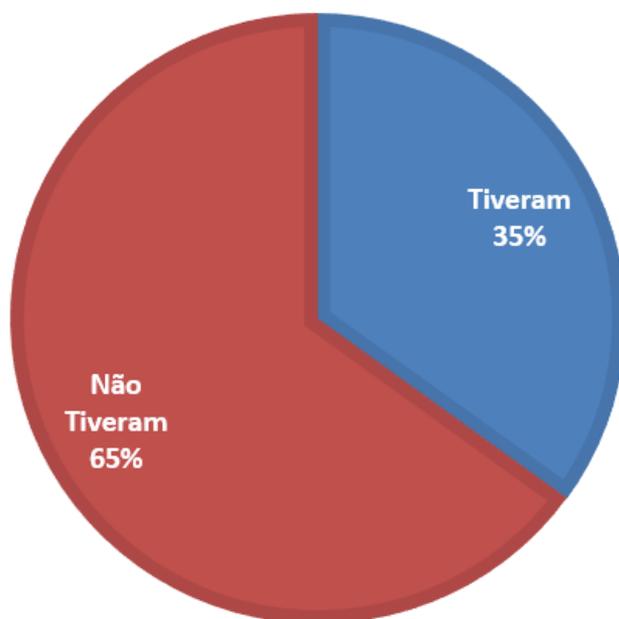


Gráfico 4 - Alunos que em algum momento de sua vida, tiveram a oportunidade de ter contato com o cultivo ou plantio de alguma espécie vegetal, leguminosa, hortaliça, etc.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

INTERESSE EM CULTIVO

■ Não tem interesse ■ Tem interesse

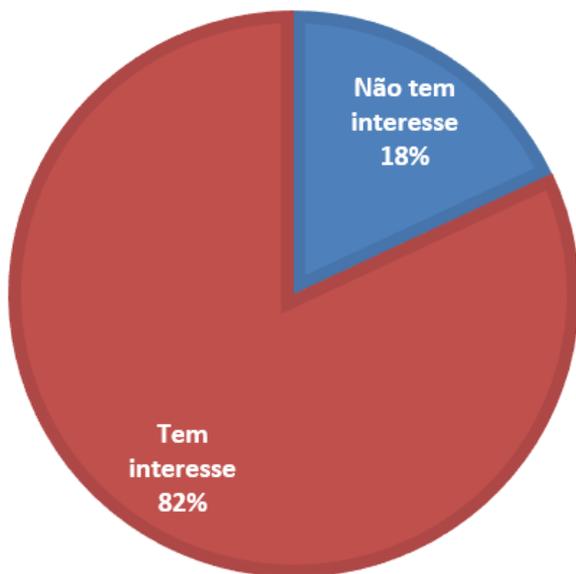


Gráfico 5 - Alunos que tem interesse em iniciar uma horta caseira

EFEITOS NA SAÚDE HUMANA SOBRE ABUSO DE AGROTÓXICOS

■ Desconhecem ■ Conhecem

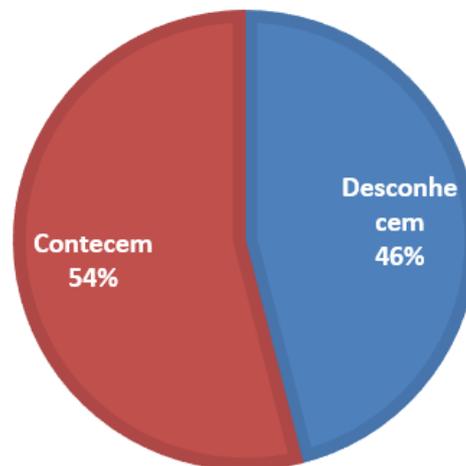


Gráfico 6 - Alunos que conhecem os efeitos negativos na saúde humana que o abuso de agrotóxicos proporciona

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Com base nesses dados, a realização de uma horta caseira se torna importante para a saúde, pois os realizadores dessa atividade consumirão alimentos no qual eles possuam total conhecimento do processo do cultivo e conhecerão todo o seu valor nutritivo, e submergir crianças nessa atividade faz com que elas aprendam a importância da alimentação saudável, ao consumirem algo que elas cultivaram, e a criar senso de responsabilidade, ao cuidar da horta.

2.1.1. Educação Ambiental

A prática em Educação Ambiental que atualmente está em vigor na maioria das escolas primárias ao redor do Brasil, se resume a um ensino básico e simplificado. A Educação que é propagada às crianças, baseia-se em uma metodologia de ensino ultrapassado em que o aluno permanece todo o seu tempo dentro da sala de aula, resolvendo exercícios e absorvendo sem questionar toda e qualquer informação a respeito da matéria ou assunto abordado (ABREU,2018)

Fato é, que não são todas as crianças que tiveram algum contato adequado à Educação Ambiental, como comprovado anteriormente pela pesquisa realizada pelos autores do trabalho, e nos dias atuais, por mais que essa competência seja amplamente divulgada e discutida, o número de crianças que ainda não tiveram nenhum tipo de contato com o plantio ou demais quesitos de uma Educação Ambiental aceitável, são alarmantes.

Para esses alunos, porém, não lhes falta material de estudo, já que a quantidade de livros, vídeos, histórias e outras ferramentas didáticas que ensinem o mínimo sobre a Educação

Ambiental, existem em grande escala e chegam à maioria das crianças sem dificuldade alguma, transformando esse saber, em um ato totalmente teórico. A deficiência existe, no entanto, quando há a ausência de alguma atividade prática, que intensifique e justifique todo o aprendizado que aquela criança obteve ao longo do tempo.

É de suma importância a realização de uma atividade em campo com esses alunos, pois dessa forma, a vivência e imersão no assunto abordado será maior, elevando assim o grau de aprendizagem sobre aquela matéria. É de amplo conhecimento, porém, que não são todas as escolas que possuem uma área adequada para a realização dessa atividade, assim como ocorre também a falta de interesse das crianças e o despreparo de alguns professores em lidar com seus alunos fora da sala de aula.

2.2. Enquadramento teórico do estudo

Várias são as definições de educação, mas no dicionário Aurélio educação é o conjunto de normas pedagógicas tendentes ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito. Se agregamos o conceito ambiental, é fato dizer que a educação ambiental é o processo de desenvolvimento de relação entre o meio ambiente e as pessoas. Embasando-se nesse pensamento a educação é interpretada com uma metodologia de descoberta, exploração, observação, vivência e construção de conhecimento.

Graças a Paulo Freire (1980) a conscientização ganhou notoriedade com o passar dos anos, esse termo se integrou facilmente a aspectos socioambientais e essa incorporação se faz como mantra na sociedade atual. De acordo com o mesmo a conscientização ambiental pode se definir como uma perspectiva crítica sobre o meio que resulta em uma compreensão lógica do cenário. Apesar do contexto histórico dessa palavra ser extremamente técnico o ponto de partida que deve elucidar é a conscientização em função da libertação de um mundo narcisista.

Todas alegações acima são justificativas para abranger o planejamento de técnicas de ensino. Praticar o que se é aprendido dentro da sala de aula é um estudo de muitos cientistas, todavia é fato que há uma mudança no ensino e aprendizagem quando se integra tecnologias e táticas distintos manuais e expositoras. Um exemplo é a técnica em campo (utilizada pelo homem desde sua origem).

Segundo Vainfas (2014), o homem não se situava com as propriedades perenes do uso do solo em sua era neandertal. Visando os dados históricos, o homo sapiens começou a desenvolver o conhecimento do manuseamento adequado que desencadeou nos primeiros vestígios de cultivo como meio de subsistência. Passando algumas eras o ser humano foi deixando as técnicas tradicionais e rudimentares de uma agricultura de sustento para se prender em praticidades desenvolvidas pelo capitalismo e desprezando a destreza do manual.

Isso ocasionou em uma dependência de mercadoria pronta e desconhecimento da sua origem. Pode-se observar isso na geração Z e provavelmente nos próximos progenitores. Para quebrar essa deficiência técnica é necessário a manipulação, aprender a cultivar na infância provoca uma mudança em aspectos sociais e econômicos.

Cortez afirma que uma criança que sabe o valor do solo configura o meio o qual vive, criando uma oferta maior de lucidez ao espaço. Economicamente falando, esse aprendiz desenvolve um panorama quando sai na sociedade, crianças que aprendem a cultivar tendem a desperdiçar 86% menos do que as que não tem a percepção sobre o manuseio. Fora que estas abrem uma visão inovadora sobre o meio ambiente e o consumismo que propicia em transformações no futuro.

Com programas educacionais direcionados, o consumo poderá voltar a cumprir sua função de suprir as necessidades humanas sem alijar o meio ambiente, pois, na afirmativa de que todo processo produtivo tem como meta final o consumo, percebe-se a responsabilidade de se criar um consumidor responsável (CORTEZ e ORTIGOZA, 2007, p.13).

Preparar o canteiro, adubar, semear, colher e, às vezes, comer o fruto do próprio trabalho, descortinam a força dos processos da natureza.

3. Mitos da Educação Ambiental

Um propósito que pretende se alcançar com esse projeto está ligado a quebra do “*Mito da Educação Ambiental Convencional*”. Atualmente a proposta que se aplica nas escolas para crianças não é muito eficaz. Há relatos que as crianças se sentem traumatizadas e preocupadas pelas vertentes que são improváveis de se resolver por um aluno de ensino fundamental.

É difícil articular de forma correta a educação ambiental visando que o estudo de impactos ambientais é generalizado e apresentado singelamente aos alunos, essa é a principal barreira para abertura de uma consciência ecológica. Os estudantes se tornam vítima de uma série de argumentos que não evidencia a real alvo de preservação ambiental e mecaniza um aprendizado de uma visão unigênitas e as vezes ignorante.

Um pretexto indispensável utilizado pelas intuições é “*O mundo sofrerá uma catástrofe ambiental daqui a algumas décadas*” alienando um receio nos pequeninos trivializando uma percepção conturbadora. A muitos relatos de pais sobres seus filhos chegarem em casa dizendo que é necessário economizar água, reciclar ou até mesmo salvar a floresta amazônica, pois se não isso desencadeará o fim da raça humana ou do planeta.

Sendo assim essa visão prende a educação ambiental a imposição de prevenção a algo futurístico desastroso e essa é a realidade de muitas escolas da atualidade. A definição oficial de educação ambiental, do Ministério do Meio Ambiente é colocada da seguinte forma:

Educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros. (Ministério do Meio Ambiente).

Logo, o principal valor que deveria ser aplicado é dispensado. Provocando uma má interpretação fundamentada de forma incoerente e que resultará em malefícios se não tomar medidas drásticas a respeito. E propagando mitos a futuras gerações.

3.1. O comportamento de um aluno educado ecologicamente correto

Estudos apontam que existe uma transfiguração em alunos que tem práticas ambientais, o processo de aprendizagem resume-se em informar o cérebro a relevância das informações que devesse armazenar para cumprir uma função em determinado ensejo ao longo da vida. Ou seja, a neuroplasticidade que atribuirá o comportamento de um aluno correto. Veja no gráfico abaixo a quantidade de alunos que apresentam interesse em áreas de cunho ambiental em uma sala de 8º ano do ensino fundamental no Rio De Janeiro durante aulas tradicionais.

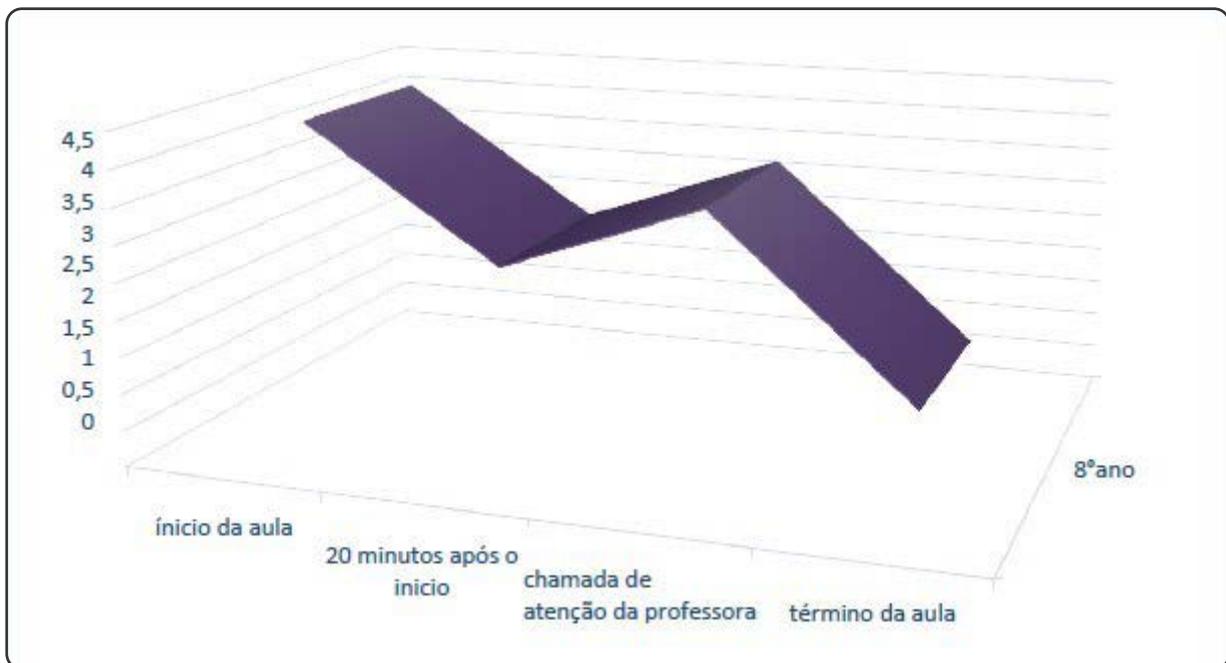


Gráfico 7 - Grau de interesse apresentado por alunos

Fonte: II Congresso Internacional de Educação Científica e Tecnológica, 2012.

Essa inconstância no grau de interesse é reflexo do sistema aplicado, ou seja, o modo a qual a mensagem chega no receptor. Diferentemente, executar o ensino da educação ambiental de forma prática estimula curiosidade dos alunos e proporciona uma aprendizagem mais significativa em virtude de que o professor ter disponível diversos recursos naturais.

Em 2012 uma escola retratou sobre a aplicabilidade de saída de campo como uma modalidade didática nas aulas de ciências e em suas considerações finais para *II Congresso Internacional de Educação Científica e Tecnológica* eles expuseram que:

Por meio desta atividade foi possível perceber que os alunos aplicaram vários conhecimentos, não só aqueles aprendidos na capacitação. Mas pelo fato do aluno conseguir explorar seus próprios conhecimentos, aqueles considerados prévios.

Seguindo essa ideia se faz necessário que o aluno aprenda como proceder em suas atividades e para esse saber é indispensável o vivenciar, logo a teoria terá mais sentido e empregabilidade ao longo da formação do estudante. Veja nesse gráfico que a o trabalho em campo seria melhor estratégia para compreensão de ciências biológicas.

Melhor estratégia



Gráfico 8 - Melhor estratégia para compreender ciências biológicas

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Outro ponto destacável é o despertar de habilidades. Efetuar atividades em campo ativam competências inesperáveis, alguns alunos hiperativos se tornam extremamente ativos e conseguem apresentar um diferencial, eles tendem a ter mais proximidade com o manejo de plantas entre outros. O incentivo da experiência de atividades práticas permite o reconhecimento de situações de coabitação de espaços.

As saídas de campo facilitam a interação dos alunos com o meio ambiente em situações reais aguçando a busca pelo saber, além de estreitar as relações entre aluno/professor (VIVEIRO; DINIZ, 2009).

3.1.1. A Educação ambiental infantil como compensação ambiental

Um valor que pode-se agregar ao projeto é aplicação em forma de compensação ambiental em empresas de pequeno, médio e grande porte. A origem do mecanismo de compensação se deu a partir da alta demanda de projetos nos setores elétricos na Amazônia que resultou em congressos com os principais responsáveis pela área, muitos deles faziam

parte da comunidade científica e técnica ambiental. Podemos citar as ideias do Prof. Dr. Paulo Nogueira Neto sobre o mecanismo da Compensação Ambiental inspiraram o CONAMA Resolução nº 10, de 1987 (que é o embasamento principal dessa justificativa), *de acordo com a Consultoria Legislativa do Senado Federal essa compensação se leva a partir da*

A impossibilidade de recuperação total de bens ambientais afetados justifica o uso de medidas compensatórias como forma de reparação civil pelo dano causado, em consonância com o princípio do poluidor-pagador, um dos princípios gerais do Direito Ambiental. (DUTRA 2008).

A visão da social das medidas mitigadoras tornou-se banal e ignorada - muitas das vezes - pois seu existencialismo se deparava com os princípios econômicos e para piorar a visão de dano ambiental não é uma definição clara e precisamente conceituada na legislação brasileira, embora constitua um dos fundamentos da construção teórica que permite identificar a responsabilidade ambiental, desta forma quaisquer tipos de intimações ao respeito por muito tempo foi deixada de lado.

Por intermédio de nosso projeto um empreendedor pode alterar essa circunstância de impacto ambiental investindo em educação ambiental para crianças de escolas primárias. Tendo em vista que a ação exposta nesse trabalho entra como uma iniciativa científica de baixo custo (comparando com uma revitalização de espaço) se tornando mais viável e promissor. Economicamente falando dependendo do nível de extensão de impacto ambiental atingido pela empresa também essa ação entra como uma a decisão de caráter retroativo evitando futuros gastos em impostos e qualificando a empresa como uma assessora ambiental social (Resolução CONAMA nº 010/87).

3.2. A proposta

Com base nos fatores citados anteriormente o nosso grupo teve a ideia de realizar um projeto de educação ambiental para crianças de escolas primárias, para ensiná-las a plantar e ter uma noção básica e fundamental sobre o meio ambiente.

Primeiro iremos obter sementes e mudas de temperos (pois seu cultivo é mais fácil uma vez que leva menos tempo para se desenvolver, e possui uma resistência maior do que outros tipos de plantas que poderíamos levar para a região) esse tempero também poderá ser aproveitado para preparação das refeições da escola após o plantio.

Depois iremos providenciar a elaboração de uma cartilha demonstrativa que vamos difundir para as crianças no dia da apresentação, para lecioná-las um pouco mais sobre o meio ambiente e os temperos a qual vão trabalhar, e possibilitar com que os pais e responsáveis tenham acesso e saibam o que as crianças realizaram na escola.

No dia da execução do projeto iremos fazer uma breve conferência sobre o projeto, depois conduzir as crianças até a área para o plantio (que será analisada antes), e auxiliá-las durante a ação. Depois da realização da apresentação pretendemos fazer algumas visitas à escola para ter uma noção de como está advindo o desenvolvimento dos temperos analisando as condições.

Com a realização desse projeto ambicionamos ajudar no aperfeiçoamento das crianças, educando a seriedade do meio ambiente, e esperando que elas disseminem as informações para outras pessoas e passem a reproduzi-los fora da escola. Também esperamos analisar se a técnica de trabalhar com o solo transfigura o comportamento dos estudantes em sala de aula, fazendo-os com que fiquem mais serenos ou agitados, melhora a interação interna, entre outros. E desejamos que as crianças cuidem do manejo da horta.

3.2.1. Atividade de Interação em Grupo

O interessante é a realização de uma atividade antes da parte prática do projeto em que iremos realizar uma gincana com as crianças para chamar mais a atenção delas durante toda a apresentação do trabalho.

O nome da atividade é “*Fogo na Mata*” e consiste em separar as crianças em três grupos cada um vai receber o nome de uma espécie de animal que irá representá-las no decorrer da brincadeira, depois de receber os nomes os alunos irão sentar em cadeiras que estarão formando um círculo, uma das crianças vai ficar no meio do círculo e escolher uma das espécies que foram separadas, depois ela vai gritar fogo na mata e o nome do animal que desejar, todas as outras crianças que possuem o mesmo animal terão que levantar e mudar de lugar como se estivessem fugindo do fogo, no final sempre irá sobrar uma criança em pé e ela vai para o meio do círculo para escolher a próxima espécie e assim continuar a brincadeira.

Segundo Kishimoto (1997), a importância dessa atividade além de chamar a atenção das crianças é que ela passa uma mensagem sobre como os animais se sentem quando ocorre um incêndio na floresta pois eles ficam desesperados e saem correndo para tentar encontrar um lugar seguro que na brincadeira seria os lugares que estão vagos para as crianças sentarem.

A utilização de jogos como uma ferramenta de aprendizagem em escolas primárias é extremamente importante e gratificante pois irá auxiliar no desenvolvimento das crianças tanto em questões sociais como psicológicas, participando de atividades coletivas os alunos estarão praticando a comunicação com outros colegas de classe o que vai ajudar muito no futuro, pois a comunicação é algo extremamente importante para o desenvolvimento desses alunos na sociedade, outro ponto positivo dos jogos práticos é que eles ajudam as crianças a conhecerem suas capacidades, com a implementação de algumas brincadeiras na sala de aula os alunos vão focar em realizar a atividade o que requer uma certa contração tanto para a realização da parte física quanto para a parte mental.

O uso do brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para a relevância desse instrumento para situações de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento infantil. Se considerarmos que a criança aprende de modo intuitivo adquire noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com cognições, afetivas, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-la (KISHIMOTO, T. M. 1997. p.36).

4. Conclusão

Com esse projeto, concluímos que ele se mostrou benéfico para a formação da consciência ambiental das crianças, uma vez que permitiu o contato direto com o plantio e cultivo, além da colaboração, interesse e interatividade que houve entre as crianças e o grupo autor do trabalho, não apenas na realização da horta, mas também na gincana interativa e também na sala de aula.

As crianças demonstraram interesse em iniciar uma horta em suas casas após a realização do projeto, e as sementes de Cebolinha dadas pelo grupo serão um incentivo inicial para a obtenção desse objetivo. Além disso, as mudas e sementes plantadas na escola cresceram, apesar das interferências externas.

Referências

- A.B Medeiros *et al.* **A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais.** Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, set. 2011. Acesso em: 12/07/2018.
- ABREU, Nathália. **Como a Educação Ambiental é aplicada no Brasil?**. Autossustentável, sustentabilidade ao alcance de todos, 2018. [Internet]. Disponível em: <<http://autossustentavel.com/2018/02/como-a-educacao-ambiental-aplicada-brasil.html>> Acesso em: 02/10/2018
- AGUIAR, J. D. B. **A pertinência da saída de campo no processo de aprendizagem.** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.
- AIRES, Luiz. **Os estragos causados pelo uso de agrotóxicos no mundo e no Brasil** [Internet]. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/component/content/article/35-atitude/1448-os-estragos-causados-pelo-uso-de-agrotoxicos-no-mundo.html>> . Acesso em: 08/03/2018
- BARROSO COSTA, Fábio. **HIGIENE DAS MÃOS E NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL: A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ATENÇÃO BÁSICA;** ITAMARANDIBA: UAB, 2010. 21p. (Monografia – Especialista em Saúde da Família). Acesso em: 12/07/2018.
- BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – **ABNT. NBR 6502: 1995.** Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAyA0AG/nbr-6502-rochas-solos>> Acesso em: 12/07/2018
- BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA, ABRASCO. **Dossiê Abrasco: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2015.
- BRASIL. **Lei Nº 9795/1999 - Lei de Educação Ambiental** - “Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências” - Data da legislação: 27/04/1999 - Publicação DOU, de 28/04/1999.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Processo formador em educação ambiental a distância: módulo 1 e 2: Educação a distância, educação ambiental.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.
- CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Orgs). **Consumo Sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício.** São Paulo: Unesp, 2007.
- CORTEZ, Ana Tereza; ORTIGOZA, Silvia Aparecida. **Consumo Sustentável. Conflitos entre necessidade e desperdício.** São Paulo, Editora Unesp, 2007.
- DIEZ-GARCIA, Rosa; RIBEIRO DE CASTRO, Inês. **A culinária como objeto de estudo e de intervenção no campo da Alimentação e Nutrição.** [Internet]. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csc/2011.v16n1/91-98/pt/>>. Acesso em: 06/05/2018
- DUTRA FARIA, Ivan. **Compensação Ambiental: Os Fundamentos e as Normas; A Gestão e os Conflitos.** Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasília, julho / 2008. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/99899/textoparadiscussao43IVA_NDUTRAFARIA.pdf?sequence=1> Acesso em: 16/07/2018
- FALCÃO. W.; PEREIRA. W. **A aula de campo na formação crítico/cidadão do aluno: uma alternativa para o ensino de Geografia.** In: Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia – ENPEG, 10, Porto Alegre, 2009.
- FERNANDES, P.C.; FACANALI, R.; TEIXEIRA, J.P.F.; FURLANI, P.R.; MARQUES, M.O.M. **Cultivo de manjerição em hidroponia e em diferentes substratos sob ambiente protegido.** Horticultura Brasileira, Brasília, v.22, n.2, p.260-264, abril- junho 2004.
- FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez e Moraes, São Paulo, 1980.

K.M, Hayden; *et al.* **Occupational exposure to pesticides increases the risk of incident AD** [Internet] 2010. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2875926/>>. Acesso em: 08/03/2018 KISHIMOTO, T. M. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez 1998.

KISHIMOTO, T. M. [org.]. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

KREWER OLIVEIRA, Daiane. **Saída de Campo: Atividade que possibilita explorar uma diversidade de conteúdos no meio ambiente** [Internet]. 2012. Disponível em: <http://www.santoangelo.uri.br/anais/ciecitec/2012/resumos/REL_EXP_PLENARIA/pl_e_exp23.pdf>. Acesso em: 02/04/2018.

LITTO, Frederic M. **Os Grandes Desafios da Educação para o novo Século**.

LUZ, J. M.; ANDRADE, L.V. **Produção hidropônica de coentro e salsa crespa sob concentrações de solução nutritiva e posições das plantas**. Universidade de Uberlândia, Minas Gerais, 2012.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

Resolução **CONAMA Nº 010/1987** - “Dispõe sobre o ressarcimento de danos ambientais causados por obras de grande porte”. - Data da legislação: 03/12/1987 - Publicação DOU, de 18/03/1988, págs. 4562-4563 Status: Revogada pela Resolução nº 02, de 1996.

Revista Impressão Pedagógica, Curitiba, Ano IX, n.21, p.4-8, abril de 2000. SANTOS, C.D.P; *et al.* **Efeitos do Alecrim (*Rosmarinus officinalis*) na saúde humana: uma revisão de literatura**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em: < https://editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_MD4_SA6_ID956_15052017200656.pdf> Acesso em: 12/07/2018.

SILVA, A.P.G. *et al.* **Características físico-químicas de cebolinhas comum e europeia**. Campinas, v.18, n. 4, p. 293-298, out./dez 2015. Acesso em: 12/07/2018.

SIQUEIRA CHAVES, Douglas; *et al.* **Saúde no Tempero** [Internet]. 2008. Disponível em: < file:///C:/Users/Zmax/Downloads/PrimeiraLinha_CH249_Salsa.pdf>. Acesso em: 06/05/2018

VAINFAS, Ronaldo, *et al.* **História – 1**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

VIVEIRO, Alessandra Aparecida e DINIZ, Renato Eugênio da Silva. **Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar**. Ciência em Tela, v.2 n. 1, 2009.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: Desafios e Oportunidades para a Formação de Professores e Alunos

Hóliton Silva de Oliveira
Discente do curso de Pedagogia

RESUMO:

Neste artigo, é abordado a tecnologia na educação e como isto apresenta desafios e oportunidades para a formação de professores e aprendizado de alunos. O desenvolvimento da formação de docentes e aprendizagem de discentes exige a inserção de novas formas e tecnologias, pois os avanços tecnológicos da era digital permitem a integração de tecnologia na educação. A organização do conhecimento e a sua transmissão e reflexivo entre professores e alunos bem como com a realidade e inovações presentes na sociedade. Por isso, cabe questionar o ensino através da formação e aprendizagem, em virtude das possibilidades com seus desafios e oportunidades nos recursos tecnológicos. As respostas levam a uma constante mudança, devido às grandes inovações e mudanças permanentes com novas ferramentas tecnológicas na sociedade, assim a discussão está centrada em apresentar algumas oportunidades e também os prováveis desafios, logo as respostas não são definitivas. Argumenta-se, assim, que a transmissão do conhecimento precisa reconhecer a necessidade da capacitação do professor para lidar com tecnologias e neste processo, as use em prol do ensino e permita aos alunos uma aprendizagem mais cognitiva com a realidade social tecnológica vigente.

Palavras-chave: Aprendizagem; Educação; Formação; Professores; Tecnologia.

ABSTRACT:

In this article, technology in education is discussed and how this presents challenges and opportunities for teacher training and student learning. The development of teacher training and student learning requires the insertion of new forms and technologies, as the technological advances of the digital age allow the integration of technology in education. The organization of knowledge and its transmission is reflective between teachers and students as well as with the reality and innovations present in society. Therefore, it is worth questioning teaching through training and learning, due to the possibilities with its challenges and opportunities in technological resources. The answers lead to a constant change, due to the great innovations and permanent changes with new technological tools in society, so the discussion is centered on presenting some opportunities and also the likely challenges, so the answers are not definitive. It is argued, therefore, that the transmission of knowledge needs to recognize the need for teacher training to deal with technologies and in this process,

use them in favor of teaching and allow students to learn more cognitively with the current technological social reality.

Keywords: Learning; Education; Training; Teachers; Technology.

1. Introdução

A evolução da tecnologia na educação é um fenômeno que moldou significativamente a maneira como ensinamos e aprendemos. Por isso, tratar sobre a tecnologia na educação e seus desafios e oportunidades para a formação de professores e alunos é um tema atual, mas ciente que se torna um grande desafio, pois existem muitos estudos nesta perspectiva. Cabe lembrar, que desde os primórdios da educação formal até os avanços tecnológicos da era digital, a integração de tecnologia na educação tem sido uma busca constante por formas mais eficazes e envolventes de transmitir conhecimento.

O uso de recursos tecnológicos potencializa a prática pedagógica, então o estudo sobre o uso de tecnologias e seus impactos na educação é relevante e contribui para alavancar novos conhecimentos, como também atualizar o que se sabe nesta atividade tão importante para educadores e alunos. Como seres pensantes o que já sabemos deve sempre receber contribuição, isto inclui este estudo.

A pesquisa aqui retratada, aborda a formação e aprendizagem e a incorporação de tecnologias. A evolução e a incorporação no cotidiano das pessoas através de tecnologias, permite a concepção de seu uso na educação, seguindo o reflexo histórico da humanidade em inovar, produzir e incorporar tecnologias e técnicas em suas atividades. Essa sociedade tecnológica fomenta uma necessidade constante de auto aperfeiçoamento dos profissionais de educação e atendimento a novas necessidades de seus alunos e sociedade.

Cumprir destacar que ao abordar a formação e aprendizagem vê-se inúmeras oportunidades e desafios. Esse entendimento permite apresentar a formação dos professores pelo lado de oportunidade e por outros os seus desafios. Em outra posição a situação dos alunos, a sua aprendizagem também representa oportunidades e desafios. Assim, tem-se ao longo do trabalho tópicos específicos explorando estes conceitos de maneira geral e específica, logo, oscilando através do professor e depois dos alunos.

A partir dessa perspectiva, ao consolidar as opiniões e posições fez-se o uso de autores e pensadores, coube verificação da legislação nacional, ocorreu também pesquisa na internet, por exemplo em sítio eletrônico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Ministério da Educação (MEC) e empresa Microsoft. A partir dessas posições e suas relações foi permitido dentro do desenvolvimento conceituar aspectos internos de oportunidades e desafios para a formação de professores e aprendizagem de alunos. Desse modo, abriu a possibilidade de tratar da formação e aprendizagem começando com: a) Oportunidades na Formação de Professores; b) Desafios na Formação de Professores; c) Oportunidades no Aprendizado dos Alunos; d) Desafios no Aprendizado dos Alunos; e por fim uma conclusão.

2. Formação e Aprendizagem

A humanidade sempre se utilizou de tecnologias e o seu uso no ensinar e aprender foi se desenvolvendo com os avanços de conhecimentos e da ciência, isto proporcionou incorporações de novas tecnologias. Neste momento, através dos avanços tecnológicos da era digital, a integração de tecnologia na educação tem sido uma busca constante por formas mais eficazes e envolventes de transmitir conhecimento. Por isso, surgem novas oportunidades e desafios na implementação das tecnologias na educação, assim, para fins de estudos neste trabalho será abordado o papel de professores e alunos, *conforme abaixo*:

2.1. Formação de Professores, Oportunidades

As tecnologias contribuem com uma ampla gama de oportunidades na formação de professores, elas têm se mostrado uma ferramenta valiosa na capacitação e desenvolvimento profissional dos docentes. Visto que, Plataformas de ensino a distância e cursos online oferecem oportunidades para os educadores aprimorarem suas habilidades e adquirirem conhecimentos específicos em suas áreas de atuação. Além disso, as tecnologias da informação e comunicação possibilitam a troca de experiências e a colaboração entre os educadores, incentivando a criação de comunidades, que por certo dissemina boas práticas pedagógicas. Como exemplo, *entre algumas das principais oportunidades proporcionadas pelas tecnologias na formação de professores*:

- ➔ **Acesso a Recursos Educacionais Abertos:** A internet e as tecnologias digitais proporcionam acesso a uma vasta quantidade de recursos educacionais abertos, como aulas em vídeo, materiais de ensino, livros digitais e bancos de dados de pesquisa. Isso permite que os professores acessem materiais atualizados e diversificados para enriquecer suas aulas e atividades de formação.
- ➔ **Aprendizado Online e a Distância:** A formação de professores pode ser realizada parcial ou integralmente online, permitindo que os educadores acessem cursos e programas de formação de instituições em todo o mundo. Isso oferece flexibilidade aos professores que desejam continuar sua educação sem interromper suas atividades profissionais.
- ➔ **Colaboração e Compartilhamento de Recursos:** Tecnologias digitais facilitam a colaboração entre professores, permitindo que eles compartilhem experiências, recursos e práticas pedagógicas. Plataformas de colaboração online, fóruns de discussão e redes sociais educacionais promovem a troca de ideias e a construção de comunidades de prática.
- ➔ **Ambientes Virtuais de Aprendizado:** Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) fornecem espaços online onde os professores podem criar atividades de ensino, distribuir materiais, interagir com os alunos e avaliar o progresso. Essas ferramentas permitem a personalização do ensino e a gestão eficiente da sala de aula.

- **Simulações e Laboratórios Virtuais:** As tecnologias digitais permitem que os professores incorporem simulações e laboratórios virtuais em suas aulas, proporcionando experiências práticas e interativas para os alunos em disciplinas como ciências e matemática.
- **Avaliação e Feedback Online:** Plataformas digitais facilitam a criação de avaliações online, automatizam a correção e fornecem *feedback* imediato aos alunos. Isso economiza tempo e ajuda os professores a identificar áreas em que os alunos precisam de apoio adicional.
- **Análise de Dados Educacionais:** Tecnologias digitais permitem a coleta e análise de dados educacionais para avaliar o desempenho dos alunos e identificar tendências. Os professores podem usar essas informações para ajustar sua abordagem de ensino e oferecer intervenções personalizadas.
- **Tutoriais e Capacitação Online:** Plataformas de *e-learning* oferecem tutoriais e programas de capacitação online para professores, permitindo que eles desenvolvam habilidades específicas de ensino ou explorem novas metodologias pedagógicas.
- **Recursos de Realidade Virtual e Aumentada:**¹ Tecnologias de realidade virtual (RV) e realidade aumentada (RA) oferecem oportunidades para os professores criarem experiências de aprendizagem imersivas, permitindo que os alunos explorem conceitos complexos de maneira envolvente.
- **Formação em Inclusão Digital:**² A formação de professores inclui a preparação para o uso responsável e eficaz da tecnologia na sala de aula, promovendo a inclusão digital e a alfabetização digital entre os alunos.

Segundo Bates (2015, Cap I), através do seu livro digital, os conteúdos digitais estão cada vez disponíveis de forma aberta e gratuita, por isso o professor deve ser capacitado para intermediar e orientar a construção do conhecimento, de fato, o foco para o professor e dominar as habilidades de ensino e não o assunto. Corroborando também, Silva *et al* (2019, p. 11), ou seja, o professor deve estar afinado com o seu tempo e as ferramentas tecnológicas devem ser integradas aos conhecimentos pedagógicos do professor, bem como, isto exige tempo e disciplina do docente para dominar a prática diária das técnicas integradas.

Em vista disso, as tecnologias permitem oportunidades na formação de professores, sendo que através de objetivos de formação continuada devem atualizar e trazer novas práticas pedagógicas, como motriz de aperfeiçoamento, atualizadora e incentivadora de uso eficaz no aprimoramento de habilidades. Por fim, o mundo em constante evolução e aprimoramento tecnológico deve ser levado para a sala de aula através da orientação do professor,

1 Conforme a empresa microsoft - “Realidade aumentada (RA): projetada para adicionar elementos digitais em exibições do mundo real com interação limitada. Realidade virtual (RV): experiências de imersão que ajudam a isolar os usuários do mundo real, geralmente por meio de um headset e fones de ouvido projetados para tais atividades”.

2 Como exemplo temos o Programa Nacional de Formação de Agente de Inclusão Digital - PNAID, forma Agentes de Inclusão Digital nos Telecentros para os Institutos Federais de Educação.

por isso esse profissional deve estar atento às inovações, enquanto recebe o suporte adequado do sistema de ensino e escola.

2.2. Formação de Professores, Desafios

Visto as vantagens, em contraposição, a formação de professores em tecnologia ainda enfrenta desafios enormes. Devido a formação histórica e social, podem existir resistência ou falta de confiança ao lidar com novas ferramentas tecnológicas no ensino. De fato, é necessário, portanto, oferecer programas de capacitação abrangentes e contínuos para apoiar os professores em sua jornada de desenvolvimento profissional. *Assim, entre as ferramentas e estratégias, pode-se abranger:*

- ➔ **Alfabetização Digital dos Professores:** Muitos educadores não têm experiência prévia com tecnologias avançadas ou podem não se sentir confortáveis com o uso delas. A alfabetização digital dos professores é fundamental para que eles possam aproveitar ao máximo as tecnologias disponíveis.
- ➔ **Acesso Equitativo:** Nem todos os professores e alunos têm acesso igualitário a dispositivos e conexões de internet de alta velocidade. Isso pode criar disparidades na experiência de aprendizagem e na capacidade de uso eficaz da tecnologia.
- ➔ **Resistência à Mudança:** A introdução de novas tecnologias pode encontrar resistência por parte dos professores que preferem métodos de ensino tradicionais. Superar essa resistência requer suporte e capacitação adequada.
- ➔ **Qualidade e Relevância dos Recursos Digitais:** Embora haja uma abundância de recursos educacionais online, nem todos são de alta qualidade ou relevantes para as necessidades específicas dos professores e alunos. A seleção cuidadosa de recursos é crucial.
- ➔ **Privacidade e Segurança:** O uso de tecnologia na sala de aula levanta preocupações com a privacidade dos alunos e a segurança dos dados. É fundamental garantir que as informações pessoais dos alunos sejam protegidas e que os sistemas sejam seguros contra ameaças cibernéticas.
- ➔ **Desenvolvimento Profissional Contínuo:** A rápida evolução da tecnologia exige que os professores estejam continuamente atualizados sobre as últimas tendências e ferramentas educacionais digitais. O desenvolvimento profissional contínuo é essencial.
- ➔ **Integração Efetiva no Currículo:** A simples inclusão de tecnologia não garante um impacto positivo na aprendizagem. Os professores precisam integrar as tecnologias de maneira eficaz no currículo, alinhando-se com os objetivos de aprendizagem.
- ➔ **Avaliação Adequada:** A avaliação de alunos que utilizam tecnologia pode ser mais desafiadora do que a avaliação tradicional. Os educadores precisam desenvolver métodos de avaliação adequados para ambientes digitais.

- **Equilíbrio entre Tempo de Tela e Tempo Offline:** O uso excessivo de tecnologia pode resultar em tempo excessivo de tela para os alunos. Encontrar um equilíbrio entre atividades online e offline é importante para o bem-estar dos alunos.
- **Digitalização excessiva:** A digitalização excessiva de atividades educacionais pode tirar a influência e o significado das interações humanas na sala de aula. É importante equilibrar o uso da tecnologia com interações presenciais significativas.
- **Desigualdade de Acesso e Uso:** Alunos que não têm acesso à tecnologia em casa podem ficar em desvantagem quando as tarefas de casa envolvem recursos online. Isso pode aprofundar as disparidades educacionais.
- **Desconexão Digital:** Em alguns casos, a tecnologia pode isolar os alunos, substituindo a interação social face a face. Isso pode afetar níveis de desenvolvimento de habilidades sociais.

Acresce que, conforme o Relatório de Monitoramento Global da Educação, da UNESCO, de 2023:

Os professores muitas vezes se sentem despreparados e pouco seguros para dar aulas usando tecnologia. Somente a metade dos países têm padrões de desenvolvimento de habilidades em TIC para professores. Embora 5% dos ataques de ransomware³ tenham a educação como alvo, poucos programas de capacitação de professores incluem segurança digital.

3 Ransomware é um software de extorsão que pode bloquear dispositivos eletrônicos, como computadores e celulares, e depois exigir um resgate para desbloqueá-los.

De fato, o suporte e mudança da cultura dos professores se fazem necessários nesta nova realidade. Além disso, as tecnologias estão sendo usadas de maneira acelerada e os fenômenos sociais estão impulsionando a cibercultura. Para Fullan e Langworthy (2014), a formação continuada repassa segurança ao docente e dissemina boas práticas, além de socializar o educador com a comunidade e indicar o caminho para o desenvolvimento do seu potencial individual e em consonância com seus pares.

Logo, a inclusão da tecnologia nos currículos de formação docente também se faz essencial para preparar os futuros professores para a realidade de salas de aula digitalizadas ou com tecnologias digitais ou híbridas. Assim, também deixa-os cientes de que durante a sua trajetória profissional novos avanços tecnológicos serão explorados através de novas metodologia de formação do professor e uso com aprimoramento de tecnologias em sala de aula, sempre de modo contínuo.

2.3. Aprendizado dos Alunos, Oportunidades

As tecnologias oferecem uma ampla gama de oportunidades para atender as necessidades de aprendizagem dos alunos e enriquecer o seu aprendizado. Recursos educacionais digitais, como plataformas de aprendizagem adaptativa, jogos educativos e conteúdos

interativos, permitem uma abordagem mais personalizada e envolvente do ensino. *Como oportunidades temos:*

- ➔ **Acesso a Informações e Recursos:** A internet e as tecnologias digitais proporcionam acesso a uma vasta quantidade de informações e recursos educacionais, permitindo que os alunos explorem uma variedade de tópicos e aprofundem seu conhecimento.
- ➔ **Aprendizado Personalizado:** As tecnologias permitem a adaptação do conteúdo de aprendizagem de acordo com o ritmo e o estilo de aprendizagem de cada aluno, proporcionando experiências educacionais personalizadas.
- ➔ **Flexibilidade no Aprendizado:** Plataformas de ensino online e materiais digitais permitem que os alunos aprendam em seu próprio horário e em seu próprio ritmo, tornando a educação mais flexível e acessível.
- ➔ **Colaboração Global:** As tecnologias conectam os alunos a colegas de todo o mundo, promovendo a colaboração em projetos, investigação e aprendizagem intercultural.
- ➔ **Experiências de Aprendizado Interativas:** Aplicativos, simulações e jogos educacionais oferecem experiências de aprendizagem interativas que podem tornar o processo de aprendizagem mais envolvente e divertido.
- ➔ **Aprendizado Baseado em Problemas:** As tecnologias permitem que os alunos abordem problemas do mundo real e participem de projetos de pesquisa, promovendo a resolução de problemas e o pensamento crítico.
- ➔ **Feedback Imediato:** Plataformas digitais oferecem a capacidade de fornecer *feedback* imediato sobre o desempenho dos alunos, permitindo que eles acompanhem seu progresso e façam melhorias.
- ➔ **Acesso a Especialistas:** Videoconferências e comunicações online permitem que os alunos se conectem a especialistas e professores de todo o mundo para obter orientação e suporte.
- ➔ **Recursos de Acessibilidade:** Tecnologias assistivas ajudam os alunos com necessidades especiais, tornando o conteúdo e as atividades mais acessíveis.
- ➔ **Análise de Dados para Melhoria:** A coleta e análise de dados educacionais permite que os educadores identifiquem áreas em que os alunos precisam de apoio adicional e ajustem suas práticas de ensino.
- ➔ **Preparação para o Mundo Digital:** O uso da tecnologia na educação prepara os alunos para o mundo digital em constante evolução e para carreiras futuras que desbloqueiam habilidades tecnológicas.
- ➔ **Aprendizado a Distância:** A aprendizagem online e a distância oferecem oportunidades para que os alunos acessem cursos e programas de instituições de renome global, independentemente.

Nesse contexto, a professora Kenski (2012) apresenta possibilidades no ensino presencial como a distância. Os novos espaços virtuais de interação, comunicação e aprendizagem,

permitem ao aluno uma melhor relação sobre o que está sendo ensinado e compreensão do conteúdo veiculado, pois a imagem, o som e o movimento oferecem informações mais realistas.

Portanto, professores e alunos estão diante de novas realidades educacionais e ambientes de aprendizagem, logo, os alunos têm a possibilidade de explorar conceitos complexos de forma visual e interativa. Porquanto, as escolas reais em espaços virtuais, facilitam a compreensão e a retenção do conhecimento. Além disso, o uso de tecnologia favorece a colaboração entre os estudantes, incentivando o trabalho em equipe e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

2.4. Aprendizado dos Alunos, Desafios

Vimos as oportunidades que as tecnologias apresentam no aprendizado dos alunos. Entretanto, a implementação e uso bem-sucedido da tecnologia no processo de aprendizagem dos alunos exige um planejamento cuidadoso e um investimento adequado. Muitas escolas enfrentam desafios relacionados à infraestrutura, como a falta de acesso a dispositivos e à internet de qualidade. A exclusão digital também pode ser um obstáculo, já que nem todos os alunos possuem igualdade de condições para usufruir dos recursos tecnológicos. Além disso, é fundamental garantir que os conteúdos e recursos digitais sejam relevantes, atualizados e alinhados com os objetivos educacionais, evitando que o uso da tecnologia seja apenas um fim em si mesmo. *Entre os principais desafios incluem:*

- ➔ **Desigualdade de Acesso:** Nem todos os alunos têm igual acesso a dispositivos e conexões de internet de alta velocidade, o que pode criar disparidades no acesso a recursos e oportunidades educacionais online.
- ➔ **Alfabetização Digital:** Alunos precisam desenvolver habilidades de alfabetização digital para usar eficazmente as tecnologias. A falta dessas habilidades pode dificultar o aprendizado e a participação online.
- ➔ **Sobrecarga de Informações:** A Internet fornece uma grande quantidade de informações, mas pode ser difícil para os alunos discernirem fontes confiáveis, filtrar informações relevantes e evitar a sobrecarga de informações.
- ➔ **Distrações Online:** A presença de redes sociais, jogos e outros elementos distrativos online pode dificultar a concentração dos alunos nas tarefas de aprendizagem.
- ➔ **Isolamento Social:** O uso excessivo da tecnologia pode levar ao isolamento social, à falta de interação face a face e à redução das habilidades sociais.
- ➔ **Autodisciplina:** A aprendizagem online e autodirigida requer autodisciplina por parte dos alunos para cumprir prazos e manter um ritmo de estudo consistente.
- ➔ **Qualidade do Conteúdo Online:** Nem todo o conteúdo online é preciso, confiável ou educacionalmente importante. Os alunos podem ser expostos a informações enganosas ou perigosas.

- **Segurança Online:** A segurança online é uma preocupação, especialmente para os alunos mais jovens, que pode ser vulnerável a ameaças como o *cyberbullying* e a exposição a conteúdo inadequado.
- **Privacidade dos Alunos:** A coleta de dados dos alunos por parte de plataformas e aplicativos educacionais levanta questões de privacidade, e é importante proteger as informações pessoais dos alunos.
- **Equilíbrio entre Tecnologia e Ensino Tradicional:** Encontrar o equilíbrio adequado entre o uso de tecnologia e métodos de ensino tradicionais é um desafio para educadores, que devem decidir quando e como integrar a tecnologia nas aulas.
- **Avaliação Eficaz:** Avaliar o aprendizado dos alunos em ambientes online pode ser mais desafiador do que nas configurações tradicionais. É necessário desenvolver métodos de avaliação adequados.
- **Falta de Orientação:** Alunos podem se sentir perdidos ou desorientados em ambientes online sem orientação adequada por parte dos professores.
- **Conectividade Instável:** Em áreas com infraestrutura de internet instável, os alunos podem enfrentar periodicamente atividades de aprendizagem *online*.
- **Dependência de Tecnologia:** Alguns alunos podem se tornar dependentes de tecnologia, o que pode variar em sua capacidade de realizar tarefas *offline*.
- **Ética Digital:** A ética digital e o comportamento responsável online são preocupações importantes, e os alunos precisam aprender a usar a tecnologia de forma ética e segura.

De fato, a integração de tecnologias no aprendizado dos alunos oferece inúmeras oportunidades, mas também apresenta desafios que precisam ser enfrentados para garantir que os alunos obtenham o máximo benefício dessas ferramentas. Neste sentido, Oliveira (2022) afirma que ao inserir as tecnologias no ensino deve-se modificar as metodologias de ensino, e os recursos tecnológicos devem ser explorados de maneira inteligente e produtiva pelos alunos. Em outro aspecto, De Paula *et al*, (2023) apresenta que existem desigualdades no acesso às tecnologias devido a desigualdade econômica no país, maior concentração nas escolas particulares e entre os domicílios brasileiros, aos quais os alunos estão inseridos.

Assim, superar essa realidade e seus desafios requer esforços colaborativos entre educadores, alunos, famílias e formuladores de políticas para criar ambientes educacionais online seguros, inclusivos e eficazes. Além disso, é importante fornecer orientação e treinamento aos alunos para que desenvolvam habilidades digitais e de aprendizagem necessárias para ter sucesso na era digital.

3. Conclusão

Assim, o papel da tecnologia na educação é repleto de desafios e oportunidades para todos, em especial para os professores e alunos. Neste caso, para que a tecnologia seja

efetivamente integrada à formação de professores e ao aprendizado dos alunos, é necessário superar as barreiras tecnológicas e sociais que podem dificultar sua aplicação.

Enfim, cabe às escolas e as instituições educacionais o investimento na capacitação de professores, na disponibilidade de recursos tecnológicos e em abordagens pedagógicas inovadoras, pois com isso, estarão aptas a aproveitarem plenamente os benefícios que as tecnologias podem oferecer para melhorarem a qualidade do ensino e potencializarem a aprendizagem dos alunos. Conseqüentemente, o equilíbrio entre as oportunidades e os desafios apresentados pelas tecnologias na educação serão determinantes para o sucesso e suas utilizações em prol do aprimoramento da formação de professores e do aprendizado dos alunos.

Esse trabalho, em resumo, foi feito com base em pesquisas e análises de diversas fontes acadêmicas e literaturas relacionadas ao tema. Cabe ressaltar que o papel da tecnologia na educação é uma área em constante evolução, e novas oportunidades e desafios podem surgir à medida que a tecnologia continua a avançar e transforma o cenário educacional, social e real. Nesse sentido, este artigo busca oferecer uma visão geral dos principais aspectos a serem considerados ao abordar o tema, mas é importante continuar acompanhando os estudos e pesquisas na área para se manterem atualizados sobre o assunto.

Referências

- BARBOSA, Guilherme Lopes. **Repensar as TIC nas práticas letivas - da formação à integração: um estudo com Educadores de Infância e Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico**. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação (área de especialização em Tecnologia Educativa), Universidade do Minho. Minho, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/30233>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BASTOS, P. A. L. S. *et al.*. **Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 31, p. e3401, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO260434011>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BATES, A. W. **Educar na era digital - Design, ensino e aprendizagem**. 2017. Disponível em: <http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/3167>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BATES, AW. **Ensino na era digital: diretrizes para projetar o ensino e a aprendizagem**. Tony Bates Associates Ltd. 2015. Disponível em: <https://pressbooks.bccampus.ca/teachinginadigitalagev3m/>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. Lei 14.180, de 1º de julho de 2021. **Institui a Política de Inovação Educação Conectada**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14180.htm. Acesso em: 13 jul. 2023.
- BRASIL. Lei 14.533, de 11 de janeiro de 2023. **Institui a Política Nacional de Educação Digital**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm#art7. Acesso em: 13 jul. 2023.
- BRASIL. **Programa de Inovação Educação Conectada**. Disponível em: <http://educacaoconectada.mec.gov.br/> Acesso em: 31 jul. 2023.
- CIBOTTO, R. A. G; OLIVEIRA, R. M. M. A. . **TPACK - Conhecimento Tecnológico e Pedagógico do Conteúdo: Uma Revisão Teórica**. Imagens da Educação, v. 7, p. 11-23, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/34615>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- DE PAULA, J.; KAUÊ PESSOA, L.; D ALKMIN NEVES, J. E. **Os impactos da tecnologia na educação**. Revista Brasileira em Tecnologia da Informação, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 35 - 45, 2023. Disponível em: <https://www.fateccampinas.com.br/rbti/index.php/fatec/article/view/90>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- FULLAN, M.; LANGWORTHY, M. **Uma costura rica: como novas pedagogias encontram aprendizado profundo**. Pearson. Londres, 2014. Disponível em: <https://michaelfullan.ca/a-rich-seam-how-new-pedagogies-find-deep-learning/>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- KENSKI, Vani M.; MEDEIROS, R. ; ORDEAS, J. **Ensino superior em tempos mediados pelas tecnologias digitais**. TRABALHO & EDUCAÇÃO, v. 28, p. 141-152, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333004823_Ensino_superior_em_tempos_mediados_pelas_tecnologias_digitais. Acesso em: 31 jul. 2023.
- KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Editora Papirus, 2012.
- Microsoft. **Documentação do Microsoft Dynamics 365**. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/dynamics365/>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- OLIVEIRA, H. S.. **Projeto de Lei nº 4513/20: Contornos e argumentos da Política Nacional de Educação Digital**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/projeto-de-lei-n-4513-20-contornos-e-argumentos-da-politica-nacional-de-educacao-digital/1935804107?_gl=1*wc9vnj*_ga*NDg4NDc2MTQ4LjE2NTkzMjA.*_ga_QCSXBQ8XPZ*MTY5Mjk1NzUyNy42NC4xLjE2OTI5NTc1NTEuMzYuMC4w. Acesso em: 25 ago. 2023.
- OLIVEIRA, Roberta. **Benefícios e desafios da tecnologia na educação**. Educa Mais Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/beneficios-e-desafios-da-tecnologia-na-educacao>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- SILVA, R. R. ; SOUSA, T. M. ; SILVA, S. P.. **O conhecimento tecnológico pedagógico do conteúdo (TPACK) no contexto do desenvolvimento profissional docente**. In: VI Congresso Nacional De Educação, 2019, FORTALEZA. Anais do VI Congresso Nacional De Educação. Campina Grande: Realize Eventos & Editora, 2019. v. 1. Disponível em: ht-

[tps://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA1_ID2495_15082019125129.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA1_ID2495_15082019125129.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

UNESCO. 2023. **Relatório de monitoramento global da educação, resumo, 2023: a tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por?posInSet=3&queryId=8c507794-31dd-4582-b107-b4086b803cd2. Acesso em: 10 ago. 2023.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

PRESIDIÁRIA OU PACIENTE?

O lugar da mulher criminosa portadora de transtorno mental

Priscilla Soares Battú

Discente do curso de Pós Graduação em Psicologia Forense

RESUMO:

Depois de 22 anos de reforma psiquiátrica, a falta de políticas públicas que atendam a população que precisa de atendimento em saúde mental teve consequências sérias no sistema prisional. Pessoas privadas de liberdade que possuem problemas psíquicos graves estão sendo aglomeradas em presídios comuns, por falta de vagas nos hospitais de tratamento e custódia. O objetivo deste estudo é entender a lógica do tratamento em saúde mental aplicado dentro dos presídios comuns, com foco em mulheres privadas de liberdade. Como é feita a triagem e os encaminhamentos dessas mulheres. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica do assunto e trazidas análises com base nas experiências da autora dentro do sistema prisional. Concluiu-se que se faz necessário e urgente o desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar que envolva toda a equipe da prisão (saúde, segurança, serviço social, psicologia) e o sistema judiciário, na criação de um plano terapêutico, onde cada caso seja olhado em sua singularidade e, assim seja definido um local específico para essas mulheres, onde possam ter o tratamento adequado enquanto cumprem a pena pelo crime cometido. Ademais, esse breve estudo precisa ser melhor aprofundado com pesquisas exploratórias e estudos de caso, pois existem poucas pesquisas com esse foco e o assunto em tela tem potencial para contribuir com a ciência dentro da área da Psicologia Forense.

Palavras-chave: Psicologia forense; Sistema prisional; Saúde mental; Mulheres presas.

ABSTRACT:

After 22 years of psychiatric reform, the lack of public policies that serve the population that needs mental health care has had serious consequences on the prison system. People deprived of liberty who have serious psychological problems are being crowded into common prisons, due to lack of vacancies in hospitals for treatment and custody. The objective of this study is to understand the logic of mental health treatment applied within common prisons, focusing on women deprived of liberty. How are these women screened and referred. For this, a bibliographic review of the subject was carried out, bringing analyzes based on the author's experiences within the prison system. It was concluded that it is necessary and urgent to develop a multidisciplinary work that involves the entire prison team (health, security, social work, psychology) and the judiciary system, in the creation of a therapeutic plan, where each case is looked at in its uniqueness and, thus, a specific place is defined for these women, where they can receive adequate treatment while serving the sentence for the crime committed. In addition, this brief study needs to be better deepened with exploratory research and case

studies, as there are few studies with this focus and the subject at hand has the potential to contribute to science within the area of Forensic Psychology.

Keywords: *Forensic psychology; Prison system; Mental health; Women trapped.*

1. Introdução

O tema apresentado no presente artigo é resultado de minhas inquietações como servidora no sistema prisional gaúcho e devido à minha formação em Psicologia. Durante os quase doze anos que trabalho com mulheres encarceradas, chama a atenção a alta demanda por atendimentos e medicação na área de saúde mental. Depois de 22 anos de reforma psiquiátrica, a falta de políticas públicas que atendam a população que precisa de atendimento em saúde mental teve consequências sérias no sistema prisional. Pessoas privadas de liberdade que possuem problemas psíquicos graves estão sendo aglomeradas em presídios comuns, por falta de vagas nos hospitais de tratamento e custódia.

Esse trabalho se justifica por fazer uma análise sobre esse panorama trazido pós reforma psiquiátrica dentro dos presídios, sendo de extrema importância para que novas políticas públicas em saúde mental prisional sejam criadas, contribuindo para o surgimento de novas formas de tratamento penal a essa população extremamente vulnerável.

O problema de pesquisa gira em torno de compreender como é o tratamento em saúde mental para as mulheres que já chegam no sistema prisional com algum tipo de transtorno, diagnosticado ou não, e os seus devidos encaminhamentos. Transtorno este que muitas vezes está intimamente relacionado ao crime cometido.

O objetivo deste estudo é entender a lógica do tratamento em saúde mental aplicado dentro dos presídios comuns, com foco em mulheres privadas de liberdade. Como é feita a triagem e os encaminhamentos dessas mulheres. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica do assunto a trazidas análises com base nas experiências da autora dentro do sistema prisional.

2. Sistema Penal e Saúde Mental

O sistema penal no Brasil vem se atualizando ao longo de séculos, a fim de suprir as demandas da vida em sociedade e permitir que possamos conviver livremente, mas mantendo o respeito à liberdade do outro. A saúde mental do ser humano é indispensável para que essa convivência dê certo e, muitas vezes, a falta dela faz com que problemas atrelados à criminalidade sejam criados.

Não há como dissociar o estado mental do ser humano com o cometimento de um crime ou infração. Não somente nos crimes passionais, carregados de emoção, mas nas infrações do dia a dia, onde o indivíduo pode perder o controle perante um fato que mexe muito com seus sentimentos. E ainda, nos crimes que envolvem o calculismo frio de um psicopata, que funciona assim justamente por falta de alguns sentimentos, como a culpa.

As leis penais tentam, ao longo dos anos, criar dispositivos que possam municiar o sistema judiciário para dar conta dos crimes e contravenções cometidos em sociedade e para que o sistema executivo possa executar as penas da melhor forma possível. Para isso, novas pesquisas e áreas de estudo estão sendo sempre criadas, como a Psicologia Forense.

2.1. Psicologia Forense

A Psicologia Forense é uma área que estuda a interseção da psicologia clínica com o direito. Seu campo de atuação se concentra na avaliação e tratamento de pessoas que estão com alguma questão ligada ao judiciário, como processos de família, guarda de filhos e na área criminal, sendo este o foco deste estudo (HUSS, 2011).

Dentro do sistema prisional encontramos muitos indivíduos portadores de algum transtorno mental. Mesmo a maioria da população carcerária sendo composta de homens, pesquisas mostram que em torno de 18 a 30% das mulheres presas possuem algum transtorno mental, enquanto na população masculina esse índice varia entre 10 e 19% (PINTA, 2001 *apud* HUSS, 2011).

Outro ponto a ressaltar é que o nível de agressividade e violência varia muito entre os infratores que são portadores de algum transtorno mental. E os crimes cometidos por eles variam desde furtos, crimes sexuais e até crimes do colarinho branco (HUSS, 2011).

2.2. A doença mental no sistema prisional

Desde 1830, com a sanção do Código Criminal do Império do Brasil, os doentes mentais começaram a ser reconhecidos como diferentes em relação à aplicação da lei, já que, até então, as características pessoais não eram observadas na condenação de qualquer criminoso, sendo todos julgados igualmente (PERES e NERY FILHO, 2002).

Com a abolição do Código Criminal do Império do Brasil e o advento do primeiro Código Penal da República, em 1890, foi dado um destino para os doentes mentais inimputáveis, ou seja, que não poderiam ser punidos pelos crimes cometidos e, logo, não poderiam ser recolhidos às prisões. Pois, até então, não existiam asilos e nenhum outro tipo de instituição que abrigasse esses indivíduos, já que muitos viviam nas ruas, abandonados pelas famílias. O Código Penal previa que eles fossem encaminhados ao Hospício de Alienados (PERES e NERY FILHO, 2002).

Após muitas discussões sobre a abrangência do espectro da loucura, que poderia classificar qualquer pessoa com algum tipo de transtorno como inimputável, sobre o grau de periculosidade apresentado pelos doentes mentais que cometiam crimes e sobre colocá-los ou não nos mesmos asilos para os loucos que não eram perigosos, foi apresentada uma reforma que resultou em lei, em 1940 (PERES e NERY FILHO, 2002).

O decreto/lei 2.848/40 traz de volta o conceito de que o doente mental que comete o crime, não deixa de ser criminoso, mas continua a ser inimputável se no momento do crime fosse inteiramente incapaz de compreender os fatos. Assim como a pena deve ser reduzida se no momento do crime o indivíduo não estivesse em pleno gozo de suas faculdades mentais (PERES e NERY FILHO, 2002).

A lei versa ainda que o crime se relaciona com a presença de vontade e entendimento por parte do criminoso e, no caso de doença mental, para que o autor seja considerado inimputável, um desses aspectos deve estar ausente em decorrência de doença mental ou desenvolvimento psíquico retardado. Ela traz ainda uma nova modalidade de pena para

esses infratores que não podem ser punidos como os outros e não apresentam responsabilidade pelo ato, é a medida de segurança (PERES e NERY FILHO, 2002).

A medida de segurança é pautada por dois aspectos: a presença do ato considerado crime e a periculosidade do agente. Ela é criada para que os inimputáveis ou semi imputáveis sejam de alguma forma segregados, mas sem ficarem a cargo da Assistência aos Alienados. A medida de segurança se difere das demais penas, por seu caráter preventivo ao invés de repressivo e deve respeitar um tempo mínimo, devendo o infrator ser liberado somente após cessar seu “estado perigoso” (PERES e NERY FILHO, 2002).

Os indivíduos com medida de segurança devem ser internados em estabelecimento para tratamento, ou seja, nos manicômios judiciários. No RS temos apenas um, o Instituto Psiquiátrico Forense Doutor Maurício Cardoso, localizado em Porto Alegre e sob a administração da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), que abriga tanto homens quanto mulheres, em alas separadas.

2.3. Um olhar para o feminino na prisão

Ao longo do tempo a prisão se configurou como uma instituição, através da imposição da disciplina, a fim de tornar os corpos dóceis. O corpo começa a ser visto como objeto de poder, que pode ser treinado e aperfeiçoado, a fim de torná-lo útil e obediente, para voltar para a sociedade. A coerção através da disciplina aumenta as forças de trabalho do sujeito e, ao mesmo tempo, diminui essas mesmas forças através da obediência e do controle. Esse novo paradigma não é aplicado somente na população carcerária, mas também nos conventos, exércitos, oficinas e escolas, proporcionando o surgimento das sociedades disciplinares (FOUCAULT, 2013).

Segundo Goffman (1974), a prisão se constitui como uma instituição total, pois sujeitos residem, trabalham, comem, dormem, brincam dentro desse mesmo espaço. Esses sujeitos estão lá por motivos muito semelhantes, suas vidas são fechadas e administradas por funcionários que fazem cumprir regras. A prisão é um tipo de instituição total, que tem como característica isolar pessoas que cometeram crimes, da sociedade em geral, não possuindo como pressuposto inicial o cuidado e o bem-estar dessas pessoas, mas sim, das que estão fora da clausura. Além disso, as atividades diárias dos reclusos são organizadas para serem realizadas coletivamente e em horários preestabelecidos, seguindo regras impostas pela instituição, a fim de facilitar a vigilância sobre esses sujeitos (GOFFMAN, 1974).

Devido a essa lógica de funcionamento da prisão, é comum que indivíduos que sofram de algum tipo de transtorno mental, tenham uma maior dificuldade de adaptação. Pois é sabido que o sistema prisional brasileiro sofre de superlotação e de falta de itens básicos de higiene. O que pode fazer com que a saúde mental, já tão frágil em pacientes psiquiátricos, seja afetada ainda mais.

O número de mulheres encarceradas vem crescendo nos últimos anos no Brasil, assim como no estado do Rio Grande do Sul (DEPEN, 2014). Em paralelo a isso, a identidade de gênero construída historicamente pela sociedade não condiz com o perfil de uma mulher criminosa. O papel atribuído ao gênero feminino é o de delicadeza, passividade e bons

costumes, sendo a violência vista como algo que não pertence ao mundo feminino. Apesar dessas questões, as mulheres que cometem algum crime quebram com essa lógica cristalizada atribuída ao seu gênero e acabam sendo mal vistas pela sociedade (PRIORI, 2012).

Muitas dessas mulheres encarceradas são portadoras de algum transtorno mental e o sistema penitenciário não está apto para lidar com a saúde mental e dar a atenção que ela devidamente merece. O sofrimento da mulher que se encontra cerceada de sua liberdade aumenta, devido à privação que passa por ter que ficar longe dos filhos, da família, dos amigos, enfim, de suas relações afetivas. Isso faz com que a prisão se torne um local definido como de passagem, onde ficarão apenas por um tempo, para, logo após, retomar a sua vida normal lá fora (PRIORI, 2012).

Andreoli *et al* (2016), através de um levantamento em vários estudos realizados no Brasil e no mundo, constataram que o número de pessoas presas com transtornos mentais é significativamente maior em relação à população em geral. Postulam que a relação entre transtorno mental e criminalidade é muito complexa, sendo que, muitas vezes, os fatores sociais não são levados em consideração. Ainda apontam as implicações negativas que o encarceramento pode trazer à vida dessas pessoas que já apresentavam sofrimento psíquico antes de serem presas, como, por exemplo, a violação dos Direitos Humanos, provocada por vários fatores como a insalubridade e a superlotação.

Um estudo realizado na Penitenciária Santa Augusta, em Criciúma, SC, demonstrou que as mulheres presas apresentavam taxas muito mais elevadas de transtornos mentais em relação aos homens (SILVA *et al*, 2011). O que nos faz pensar que a prisão para a mulher tem um peso maior, já que muitas são chefes de família e possuem pessoas lá fora que dependem tanto de seus cuidados, como de seu sustento.

A maioria dessas mulheres, a fim de passar por esse período na prisão, acaba por fazer uso de psicofármacos, o que serve como um alívio para o sofrimento por estarem afastadas do convívio social (ALBUQUERQUE FIGUEIRO, 2012). Porém, ainda existem poucos estudos que investiguem essa realidade dentro dos presídios femininos. Já outras, entram para o sistema com algum sofrimento anterior à prisão, diagnosticado ou não, em tratamento ou não.

Estas últimas apresentam um sofrimento extremo e um comportamento inapropriado para o local onde se encontram, pois a dificuldade em seguir regras é comum entre esta população. Esse sofrimento geralmente é aumentado pelo fato de estarem presas, onde na verdade deveriam estar recebendo tratamento em saúde mental.

2.4. O impacto da reforma psiquiátrica no cumprimento das medidas de segurança

No ano de 2001 foi promulgada no Brasil, a lei 10.216, chamada Lei da Reforma Psiquiátrica, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001). A legislação brasileira seguiu a influência das lutas antimanicomiais iniciadas por Franco Basaglia, na Itália (PRADO; SCHINDLER, 2017).

A partir da promulgação desta lei, a medida de segurança precisou se adaptar ao novo modelo de desinternação de pessoas com transtornos mentais, o que vai na contramão do

que esta medida propunha, já que possui caráter encarcerador, a fim de deixar fora do convívio social os doentes mentais que apresentam periculosidade (PRADO; SCHINDLER, 2017).

O conceito de periculosidade e a gravidade do fato cometido é o que embasa o sistema judiciário a decidir pela aplicação da medida de segurança, ignorando a necessidade de tratamento adequado para o controle do transtorno mental, a fim de que o internado volte à sociedade, se possível, curado. Ainda, a falta de infraestrutura dos Hospitais de Tratamento e Custódia, corrobora para que o indivíduo fique por décadas internado, deixando-o fora do convívio social e privando-o de vários outros direitos (PRADO; SCHINDLER, 2017).

A Lei da Reforma Psiquiátrica nasce com a finalidade de promover um tratamento psiquiátrico mais humanizado, desinstitucionalizando pessoas portadoras de sofrimento psíquico que ficaram anos internadas em manicômios e possibilitando um cuidado em saúde mental em liberdade, respeitando os direitos humanos. Para isso, prevê a criação de serviços comunitários em saúde mental (BRASIL, 2001).

A determinação imposta pela Lei da Reforma Psiquiátrica sobre a desinstitucionalização de pacientes de hospitais psiquiátricos e cuidado em liberdade teve consequências nas medidas de segurança através de resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária (CNPCC) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Cabe ao juiz competente da execução das penas e medidas de segurança buscar implementar as políticas antimanicomiais, sempre que possível, baseando-se nos elementos norteadores da reforma psiquiátrica (PRADO; SCHINDLER, 2017).

Isso fez com que houvesse uma desinternação em massa no Instituto Psiquiátrico Forense Doutor Maurício Cardoso. Na ala feminina, onde haviam cerca de cinquenta mulheres, hoje esse número gira em torno de nove. Porém, mesmo tudo isso sendo muito positivo, trouxe consigo algumas dificuldades, como por exemplo, a limitação de vagas para novas avaliações de presidiárias que apresentam algum sofrimento psíquico.

2.5. *Presidiária ou paciente? O lugar da mulher criminosa portadora de transtorno mental*

Voltando novamente nosso olhar para o feminino na prisão, nos perguntamos: qual o lugar da mulher que cometeu um crime, *mas que é portadora de sofrimento psíquico?*

Levando em consideração que o autor do ato criminoso só pode ser considerado inimputável se no momento do crime não possuía autodeterminação ou capacidade intelectual, isso quer dizer que muitas mulheres que já possuíam algum transtorno mental anterior ao cometimento do crime podem ir parar nas prisões convencionais.

E mesmo quando o juiz solicita perícia para verificar a (in)imputabilidade, até as avaliações e laudos serem feitos e devido à morosidade do processo penal, essa mulher fica presa preventivamente em estabelecimento prisional, onde nem sempre terá um tratamento adequado à sua condição mental. Convivendo muitas vezes em precárias condições, o que pode agravar seu problema e, conseqüentemente, apresentando riscos a si mesma e a outras presas e funcionários.

No sistema prisional gaúcho existem três cargos: os Agentes Penitenciários (AP) que fazem a parte de segurança, vigilância e disciplina, os Agentes Penitenciários Administrativos (APA) que trabalham na parte administrativa e burocrática, e os Técnicos Superiores Penitenciários (TSP), que fazem a parte do tratamento penal, composta de servidores com formação específica em sua área de atuação, por exemplo: psicólogos, assistentes sociais, bacharéis em direito, pedagogos, educadores físicos, nutricionistas, entre outros.

Além disso, vêm sendo implementadas desde 2011, Unidades Básicas de Saúde (UBS), administradas pelas prefeituras, através do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), aprovado pela Portaria Interministerial nº 1777/2003, que surgiu com o intuito de garantir atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2004). As equipes das UBSs são formadas por enfermeiras, médicos (clínico geral, psiquiatra, ginecologista, etc), técnicas de enfermagem, farmacêutico, auxiliar de saúde bucal, dentista, etc. Estes, juntamente com a equipe de TSPs do presídio, realizam o atendimento em saúde e em saúde mental às/aos apenados(as).

Quando a mulher entra no presídio passa por uma triagem onde é atendida pela equipe de enfermagem, setor psicossocial, setor jurídico e atividade de segurança e disciplina (ASD). Na UBS, o setor de enfermagem verá sobre suas questões de saúde, se possui alguma doença, faz algum tratamento, se faz uso de drogas, se está gestante, etc. Após essa entrevista inicial, o setor de enfermagem fará os encaminhamentos para médicos e/ou exames necessários para sua saúde física. No setor psicossocial, a entrevista com a psicóloga ou assistente social visa fazer contato com a família, a fim de manter ou reconstituir o vínculo, e também é o momento onde a psicóloga poderá encaminhar ao psiquiatra, caso ela possua alguma questão de saúde mental. Já o setor jurídico verá as questões relacionadas ao processo judicial e a ASD definirá qual galeria ela deverá ser alojada, se tem problemas com disciplina, envolvimento com facções, se deseja trabalhar, etc.

Após o início do cumprimento da pena ou da prisão preventiva, a mulher pode apresentar dificuldades de adaptação, o que é agravado caso ela possua um transtorno mental ou se fazia uso abusivo de drogas na rua. A convivência com outras apenadas pode resultar em brigas e discussões, e ela passa a mudar de cela e galeria constantemente. Aliado a isso, a dificuldade em cumprir regras e o mau comportamento com os servidores faz com que ela tenha sua pena agravada sofrendo sanções e até outros processos devido à sua conduta.

Essa mulher em sofrimento então é encaminhada para atendimento psiquiátrico com o psiquiatra na UBS do presídio ou, na falta deste, na rede de saúde do município, onde a reencaminham para avaliação no Instituto Psiquiátrico Forense. Para que essa avaliação seja realizada, é necessário uma autorização do juiz responsável pela execução das penas, que é o mesmo que tem a preocupação de fazer valer a lei da Reforma Psiquiátrica.

Isso causa conflito e morosidade e, até que a presa seja encaminhada ao IPF, muitos surtos com agressões a si mesma e a outrem e danos ao patrimônio acontecem. Após a avaliação psiquiátrica no IPF, a mulher presa volta para o presídio comum, já que por não ser condenada ainda ou por não se encaixar na medida de segurança, não pode ficar internada lá, recebendo o tratamento necessário. Assim, após alguns dias de tranquilidade, o ciclo se reinicia.

Devido a história acima ser comum e esse ciclo se repetir continuamente, até que a presa ganhe liberdade (e mesmo assim é comum voltarem para a prisão por cometerem outros crimes, já que muitas não fazem o tratamento adequado na rua também), a saída que se encontrou foi o uso indiscriminado de medicação.

2.6. O uso da medicalização psiquiátrica como estratégia para “acalmar” a prisão

O conceito de medicalização proposto por Conrad, representa a apropriação da medicina sobre o que não é de ordem médica, naturalizando problemas que são da ordem do social, econômico ou político, fazendo com que as pessoas acreditem que seu problema é de saúde, biológico, e não próprio da vida humana (CONRAD, 2007 *apud* CAMARGO, 2013).

Segundo Moysés e Collares (2007), a medicalização refere-se a tudo o que a ciência em si utiliza como método clínico para (tentar) resolver um problema que é social, naturalizando-o, a fim de justificar sua existência e evitar as transformações que precisam ser feitas. Como foi feito em meados da década de 1960, quando as ciências da saúde tentaram provar a inferioridade dos negros em relação aos brancos, assim como das mulheres em relação aos homens, apoiando as cirurgias de lobotomia, entre outras atrocidades, a fim de justificar alguns problemas sociais de um ponto de vista biológico. E assim como faz hoje em relação à violência, no momento em que medicaliza tanto o sujeito que a exerceu quanto o que a sofreu (MOYSÉS; COLLARES, 2007).

O uso de medicamentos, prescritos ou não, para aliviar o sofrimento humano oriundo de problemas que são da ordem do social, é só uma das formas de medicalização. E a questão aqui não é discutir se funcionam ou não, o problema é que são oferecidos como soluções mágicas e não são. Para darem algum resultado efetivo de mudança no sujeito, devem vir acompanhados de outras atividades, como terapia e atividades culturais, por exemplo (MARTINS, 2007; DA ROSA, 2012).

Assim, podemos pensar com Onocko-Campos *et al* (2013), sobre essa demanda cada vez maior de medicações, a qual está a serviço de uma indústria farmacêutica que financia muitas pesquisas na área da saúde. E, a cada dia, descobrem-se mais patologias, desenvolvendo assim, mais medicamentos. Alimentando o ciclo do consumo da lógica capitalista a qual estamos submetidos.

Tudo isso faz com que se entenda essa lógica psicofarmacológica como uma consequência da visão biomédica que reduz o conceito de saúde à ausência de doenças. O paradigma biomédico, então, atenta apenas para a individualidade do sujeito, não contemplando o contexto sociohistórico onde ele se encontra e o que este pode estar produzindo de sofrimento (ROZEMBERG; MINAYO, 2001). O que nos faz pensar que a prisão por si só é um dos locais que mais produz sofrimento e que o sujeito inserido nesse local não pode ter sua existência reduzida a um frasco de comprimidos.

3. Conclusão

Através deste breve estudo sobre o tratamento da mulher com sofrimento psíquico que está em conflito com a Lei, dentro dos estabelecimentos penitenciários, podemos pensar em estratégias a serem utilizadas no tratamento em saúde mental para essas mulheres.

É sabido que o sistema prisional como está configurado nos dias de hoje, é ineficiente e ultrapassado em muitos aspectos, principalmente no que tange ao tratamento e acolhimento dessas mulheres. Sendo necessário que políticas públicas voltadas para o tratamento do sofrimento psíquico sejam criadas.

Se faz necessário e urgente o desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar que envolva toda a equipe da prisão (saúde, segurança, serviço social, psicologia) e o sistema judiciário, na criação de um plano terapêutico, onde cada caso seja olhado em sua singularidade e, assim seja definido um local específico para essas mulheres, onde possam ter o tratamento adequado enquanto cumprem a pena pelo crime cometido.

Ademais, esse breve estudo precisa ser melhor aprofundado com pesquisas exploratórias e estudos de caso, pois existem poucas pesquisas com esse foco e o assunto em tela tem potencial para contribuir com a ciência dentro da área da Psicologia Forense.

Referências

- ALBUQUERQUE FIGUEIRO, Rafael. **Consumo de psicotrópicos em um centro de detenção provisória feminino do Rio Grande do Norte**, Brasil. IV Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología. XIX Jornadas de Investigación. VIII Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012.
- ANDREOLI, Sérgio Baxter *et al.* Transtorno mental e prisão. In: ADBALLA-FILHO, Elias; CHALUB, Miguel; TELLES, Lisieux E. de Borba (org). **Psiquiatria Forense de Taborda**, 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- BRASIL, **Lei Nº 10.216 de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. 1 ed, 2004.
- CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. **Medicalização, farmacologização e imperialismo sanitário**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 844-846, maio 2013.
- DA ROSA, Barbara Paraiso Garcia Duarte; WINOGRAD, Monah. **Palavras e pílulas: sobre a medicamentação do mal-estar psíquico na atualidade**. Revista Psicologia & Sociedade, v. 23, 2012.
- DEPEN, **Departamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, jun. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 41ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- HUSS, Matthew T. **Psicologia Forense: pesquisa, prática clínica e aplicações**. São Paulo. Artmed, 2011.
- MARTINS, André. **O biopoder e a medicalização da vida: novas reflexões. Direitos Humanos: o que temos a ver com isso?** Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia-RJ, 2007.
- MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. **Medicalização: elemento de desconstrução dos direitos humanos. Direitos Humanos: o que temos a ver com isso?**, p. 153-168. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia-RJ, 2007.
- ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa *et al.* **A Gestão Autônoma da Medicação: uma intervenção analisadora de serviços em saúde mental**. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2889-2898, out. 2013.
- PERES, Maria Fernanda Tourinho; NERY FILHO, Antônio. **A doença mental no direito penal brasileiro: inimpunibilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança**. História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2):335-55, maio-ago. 2002.
- PRADO, Alessandra Mascarenhas; SCHINDLER, Danilo. **A medida de segurança na contramão da Lei de Reforma Psiquiátrica: sobre a dificuldade de garantia do direito à liberdade a pacientes judiciários**. Revista Direito GV, São Paulo, v. 13, n. 2, 628-652, maio- ago 2017.
- PRIORI, Claudia. **A construção social da identidade de gênero e as mulheres na prisão**. Revista NUPEM, v. 3, n. 4, p. 191-199, 2012.
- ROZEMBERG, Brani; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A experiência complexa e os olhares reducionistas**. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 115-123, 2001.
- SILVA, Napoleão C.; ROSA, Maria I.; AMBONI, Graziela; MINA, Francielle; COMIM, Clarissa M.; QUEVEDO, João. **Transtornos psiquiátricos e fatores de risco em uma população carcerária**. Arquivos Catarinenses de Medicina, Vol. 40, no . 1, de 2011.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Vantagens e Desvantagens

Marina de Paula Gonçalves Oliveira
Discente do curso de Tutoria em Ead

RESUMO:

Sabe-se que estudar não é fácil, ainda mais para aqueles que enfrentam dificuldades de leitura, concentração e desânimo. Quando se realiza um estudo a distância e/ou ensino a distância (Ead), ou seja, via meios digitais, menciona-se que é necessário regrar e criar o hábito e/ou cronograma para que não se deixar desanimar e até mesmo se perder nos estudos. A transformação da educação vem acontecendo de forma rápida e alguns adultos e até mesmo idosos não conseguem se adaptar com a tecnologia causando constrangimento e desistência dos estudos, tudo se engloba ao estudo diferencial entre o presencial, onde há um acompanhamento cara a cara, explicações ajustadas de acordo com o perfil do aluno e o auxílio e aula presencial e uniforme, já o ensino a distância as aulas na maioria das vezes então gravadas e os conteúdos são fixos com isso o aluno deve se empenhar e buscar estudar além das aulas gravadas, e também existem as vídeos alunas, porém alguns alunos e docentes não tem computador, um celular e internet em bom estado para realizar o acompanhamento em plenas condições. Pode-se concluir que a adaptação e auxílio são essenciais para um estudo e aprendizado excelente, com isso os docentes e tutores do ensino Ead devem-se empenhar e adaptar com as condições dos alunos, ressaltando as vantagens desta modalidade.

Palavras-chave: EAD. Desânimo. Presencial. Educação. Desafios. Vantagens.

ABSTRACT:

It is known that studying is not easy, especially for those who face reading difficulties, concentration and discouragement. When studying at a distance and/or distance learning (Ead), that is, via digital means, it is mentioned that it is necessary to regulate and create a habit and/or schedule so that you do not become discouraged and even get lost, in the studies. The transformation of education has been happening quickly and some adults and even the elderly are unable to adapt to technology, causing embarrassment and giving up on studies. according to the student's profile and the assistance and face-to-face and uniform classes, in distance learning, the classes are most often recorded and the contents are fixed, so the student must commit and seek to study in addition to the recorded classes, and There are also student videos, but some students and teachers do not have a computer, cell phone or internet in good condition to carry out the monitoring in full conditions. It can be concluded that adaptation and assistance are essential for excellent study and learning, therefore, distance learning teachers and tutors must commit to and adapt to the students' conditions, highlighting the advantages of this modality.

Keywords: EaD. Discouragement. In person. Education. Challenges. Benefits.

1. Introdução

A educação a distância é uma modalidade que está aumentando no Brasil e no mundo, tanto para graduação e ensino médio, no período de pandemia essa modalidade foi inserida quase automaticamente em todos os meios, desde estudos como o trabalho a distância, com isso muitos adultos se acostumaram e se adaptaram com a opção, contudo a exceções e são essas que causam o desânimo e desistência em muitas pessoas, principalmente aquelas que desejam estudar, a modalidade mais encontrada na atualidade é a Ead.

Estudos comprovam que a maioria dos estudantes possuem preguiça de estudar, aprendendo melhor com a explicação cara a cara, sendo assim necessário muitos esforços, contudo a alguns benefícios na modalidade, como otimização de tempo, comodidade, horários flexíveis, autonomia, custo benefício, entre outros. Com o avanço na tecnologia, pessoas com idades avançadas enfrentam dificuldades com a acessibilidade ao uso de celular, computadores e até mesmo com a internet, com isso a desistência torna-se comum para determinados alunos.

Como partes dos estudos são realizados totalmente a distância, via vídeo conferência ou salas de bate papo, a procura dos alunos por auxílio é grande, aumentando a busca nos meios de comunicação entre aluno/professor, ou até mesmo aluno/ instituição de ensino. O Ministério da Educação (MEC) visa a melhoria contínua e excelência na educação, com isso são realizados de forma periódica visitas e avaliações em instituições de ensino, para garantia do aluno de recebimentos de informações corretas, claras e objetivas, sendo cautelosamente a avaliação.

Diante disso o Ead para determinadas faixa etárias o grau de dificuldade é desvantajoso, contudo a procura por esta modalidade vem crescendo ao passar dos anos, por isso é importante que a instituição de ensino, professores e tutores busquem incentivar, tirando todas as dúvidas e auxiliar os alunos periodicamente, evitando assim a desistência e o desânimo.

2. Desenvolvimento

A educação Ead é uma modalidade vista como oportunidade para aqueles que trabalham e não tem tempo durante o horário de aula e realizam as atividades muitas das vezes pela madrugada ou fins de semana, tendo flexibilidade e a comodidade na realização do estudo e participação das alunas. Devido a pandemia, além dos estudos, a modalidade de trabalho *home office* é a mais utilizada em empresas, onde os funcionários precisam somente de um computador, internet e mesa para trabalhar, semelhante aquele que escolheu realizar a primeira graduação em casa. A algumas especialidades exige que o aluno realize a mesma de forma presencial, entretanto algumas áreas podem ser cursadas a distância.

Um ponto relevante é a expansão da procura do Ead, *segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o porcentual de procura aumentou:*

Em 2021, foram mais de 3,7 milhões de matriculados em cursos a distância. O número representa 41,4% do total. Na série histórica destacada pela pesquisa (2011 a 2021), o percentual de matriculados em Ead aumentou 274,3%, enquanto, nos presenciais, houve queda de 8,3%.

As limitações para aqueles que possuem idade mais avançada, não são consideradas na maioria das vezes, pois ao realizar a matrícula em qualquer instituição de ensino, o aluno se baseia nas palavras da instituição ou por indicações de amigos, parentes, familiares e o mais importante, pelo valor acessível para seu bolso. De acordo com pesquisas realizadas pela instituição Educa *Insights*, o custo médio de uma graduação a distância no Brasil é de R\$ 260,00 reais e a o valor médio pago a um estudo presencial é de R\$448,52 reais (Educa *Insights*), nota-se que o valor mais acessível é do Ead, por isso o aumento esporádico da procura.

Quando o aluno possui algumas dúvidas em relação a matéria e conteúdo didático, a procura de forma automática acontece no google, ou seja, *sites* e *blogs*, devido a rapidez da encontra de respostas em suas mãos, entretanto algumas questões e dúvidas, para alguns, são sanados somente cara a cara, sendo ilimitado na forma digital, pois é possível no máximo uma vídeo conferência.

Segundo o Ministério da Educação (MEC) a educação a distância é determinada uma forma de educação em que alunos e professores estão física ou temporariamente separados e utilizam métodos e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulamentada por leis especiais e pode ser implementada na educação básica (educação de jovens e adultos, ensino médio técnico e profissional) e no ensino superior.

Uma das leis mais importantes para a Educação a Distância é a portaria nº10, de 02 julho de 2009, *que em seu artigo 2 estabelece:*

Art. 2º Nos pedidos de autorização de cursos superiores, na modalidade a distância, os objetivos da avaliação *in loco* poderão ser considerados supridos, dispensando-se a visita pelo INEP por decisão da Secretaria de Educação a Distância - SEED, após análise documental, mediante despacho fundamentado, se a instituição de educação superior tiver obtido avaliação satisfatória, expressa no conceito da avaliação institucional externa - CI e no Índice Geral de Cursos - IGC mais recentes, iguais ou superiores a 4 (quatro), cumulativamente.

A portaria foi criada para garantir que a instituição forneça aos alunos uma educação de qualidade, sendo o material didático, estrutura, portal do aluno, vídeos explicativos, aulas gravadas, palestras ao vivo, aulas ao vivos (agendadas) e até mesmos as apostilas, tornando-se assim a educação confiável e a garantia de um aprendizado de excelência, para que no futuro os profissionais atuem de forma correta e com facilidade. O MEC avalia o polo, pois mesmo o aluno realizando tudo a distância o mesmo deve ter um local de apoio, com infraestrutura adequada para que o aluno possa realizar o estudo em computadores da instituição.

Segundo a instituição Educa *Insights* a um perfil para aqueles que buscam a educação a distância:

- 87% das pessoas matriculadas em cursos a distância trabalham.
- Boa parte dos cursos é frequentada por mulheres. Elas respondem por 67% de todos os estudantes de EAD do Brasil.
- 85% vieram de escolas públicas.
- 83% são responsáveis por pagar a mensalidade do curso.
- A grande maioria tem entre 31 e 40 anos e a segunda faixa etária com maior quantidade de alunos é a que vai dos 16 aos 25 anos.
- 90% estudam em casa, sozinhos (58%) e à noite (62%).
- A frequência de estudos é de 3 a 5 dias por semana (66%), de 2 a 4 horas por dia (34%).

A maioria das pessoas pensam que a procura deste estudo é por jovens de 18 a 26 anos, contudo, nota-se que pessoas de mais idade buscam esta modalidade devido à falta de tempo e vergonha de estudar com esta idade em um local presencial, tornando se assim um público amplo a realizar o Ead.

A recolocação ou a progressão no mercado de trabalho, é um dos fatores do aumento desta procura, pois com o passar dos anos e com o avanço da tecnologia as empresas visam melhorar produção, atendimento e faturamento, para isso buscam admitir funcionários com a atualização no estudo e conhecimento. Para a progressão e promoção em um cargo no mercado de trabalho, o funcionário precisa se atualizar e desenvolver uma estratégia, verificando qual a necessidade profissional na empresa e assim se adequar a ele, realizando cursos profissionalizantes, entre outros.

Tudo que é considerado importante para uma pessoa, faz com que realize, compre ou tome posse de algo, isso acontece devido ao título, por exemplo, todos em um ambiente de trabalho são graduados, menos um deles, contudo o mesmo busca realizar a matrícula em uma faculdade ou instituição, para informar aos outros que está cursando. Nestes casos, a busca por título acaba sendo comum na educação Ead, por ser considerada mais acessível e manipulada pelo executor, com isso, realiza a o curso de qualquer jeito, somente para posse do diploma.

2.1. Vantagens

Ao escolher a educação a distância como modalidade de estudo, *o aluno contém algumas vantagens como:*

2.1.1. Flexibilidade no horário

O aluno pode-se escolher o horário no qual deseja estudar e até mesmo administrar seus estudos, tornando-o mais eficiente. Isso é especialmente útil para quem trabalha em horário comercial ou tem outras atividades que competem com o tempo de estudo.

2.1.2. Economia de tempo e dinheiro

A economia de tempo é uma das maiores vantagens, pois o aluno pode estudar uma hora por dia ou até mesmo 12 horas, em seu final de semana, feriado e de madrugada. O aluno não precisa se deslocar até uma instituição de ensino, economizando o dinheiro do transporte, alimentação entre outros relacionados.

2.1.3. Acesso a conteúdo diversificado

Os alunos têm acesso a diversos conteúdos desenvolvidos por professores e especialistas da instituição e do mundo, além dos fornecidos pela instituição e os que pode buscar na internet, enriquecendo o processo de aprendizagem e permite uma visão mais ampla e abrangente do tema de pesquisa.

2.1.4. Maior autonomia e independência do estudante

Os alunos se tornam o autor de sua própria aprendizagem, se tornando assim mais autônomo e independente, criando seu ritmo e possuindo o total controle sobre seus estudos. Tudo isso devido a flexibilidade e a diminuição de cobrança.

2.1.5. Adaptação às novas tecnologias

O uso de novas tecnologias e ferramentas digitais é vantajoso para os estudantes que precisam acompanhar as atualizações no mercado de trabalho. A adaptação pode melhorar as competências digitais do aluno, que são cada vez mais vantajosas e exigidas na atualidade.

2.1.6. Apostilas e materiais didáticos a disposição.

O aluno tem a sua disposição 24h por dia apostilas e materiais didáticos, não sendo limitado a sala de aula como o ensino presencial, ou seja, a qualquer momento o pode acessar e estudar o que deseja, tornando-se a qualidade de estudo mais eficiente.

2.1.7. Mensalidades mais em conta

A mensalidade do Ead é mais em conta do que o presencial, isso ocorre pois em sala de aula comporta-se 30 a 35 alunos e o gasto de manter o mesmo é considerável, já no Ead é possível incluir 100 a 200 alunos em uma aula remota, e não contém gastos para manter o mesmo. Desta forma o custo da mensalidade para mais pessoas acaba refletindo no preço, tornando mais acessível.

2.1.8. A mesma qualidade do curso presencial

A qualidade da graduação a distância se torna a mesma da presencial, isso devido a avaliação realizada pelo ministério da educação (MEC) e a garantia efetuadas por leis, portarias e decretos, assegurando assim a eficácia na formação acadêmica.

2.1.9. Comodidade

Está é considerada pelos alunos a mais importante das vantagens, pois pode-se acessar o conteúdo em qualquer lugar, sendo residência, cidade ou até mesmo país, tornando-se mais prático, sendo necessário ter em posse um computador ou celular e acesso à internet.

2.2. Desvantagens

Para algumas pessoas a educação a distância possui várias desvantagens, *sendo elas:*

2.2.1. A falta de interação

Pela modalidade Ead ter o mínimo de interação, sendo elas por vídeo chamada ou outros meios de comunicação, o aluno sente falta da interação interpessoal, causando maior desistência ao ensino.

2.2.2. Dependência de tecnologias e internet

A total dependência do uso de tecnologias, internet, computador, entre outros, para realização do estudo, causa desistência para aqueles que possuem dificuldades e principalmente para aqueles de classe média e baixa, que não tem situação financeira para comprar e manter este tipo de tecnologia. O acesso à internet é um componente importante nesta modalidade, sem uma conexão boa fica mais difícil acompanhar conteúdos, vídeo aulas, a plataforma e outros materiais necessários para um ensino de excelência.

2.2.3. Falta de motivação

Quando o aluno está cursando algum curso presencial, a motivação dos colegas e professores, faz com que eles não desistam e acabam indo bem nas matérias e no curso como um todo, agora no Ead é somente o aluno e a tela do computador, sem a motivação das pessoas, ele mesmo deve se motivar, na maioria das vezes os familiares os motivam.

2.2.4. Dificuldade de concentração

Ao passar por uma rotina cansativa o aluno acaba realizando as atividades e o cansaço causa dificuldades de se concentrar. No polo da faculdade, existem espaços controlados e voltados para os estudos. Nas salas de aula, biblioteca e salas de estudo, as distrações são reduzidas e a prioridade é a concentração e fora deste ambiente o aluno acaba escolhendo um local contendo ruídos e distrações.

2.2.5. Explicação e dúvidas presencial

Alguns alunos possuem dificuldades de interpretar textos e entender uma explicação feita por vídeo, isso por ter uma base de estudo fraca, causa muitas dúvidas, não sendo possível sanar todas sozinho, mesmo com todo conteúdo em mãos. A explicação e dúvidas

sanadas pelo professor em sala de aula no presencial é um dos fatos que alguns alunos ainda prefere este tipo de ensino.

2.2.6. Ritmo de ensino

O aluno deve-se criar um cronograma de estudos e administrar o seu tempo, para que realize todas as atividades no período necessário. Para manter este ritmo o estudo o aluno deve ser concentrado, e muitas das vezes isso não é possível, causando desistência e reprovação no estudo.

2.2.7. Gestão de tempo e disciplina

A disciplina é exigida para conclusão de um curso Ead, e muitos não possuem este tipo de maturidade e gestão de tempo, por exemplo, durante a semana o aluno trabalha em horário comercial, ao chegar em sua residência precisa fazer serviços de casa, como fazer a janta, limpar a casa, ou até mesmo cuidar da família, tornando-se mais cansativo e dificultoso para estudar, deixando o dia passar e muitas das vezes dizendo “*amanhã eu estudo*” e deixando sempre para amanhã e quando ver o tempo para conclusão do curso já acabou, reprovando no mesmo.

2.2.8. Isolamento

O isolamento acontece duas vezes, a primeira é a sensação de estar isolado, sem acompanhamento, sem ajuda de um colega e a segunda é o local para o qual a pessoa deve estar para estudar, muitas das vezes o aluno estuda na mesa da cozinha e a televisão da sala está ligada, a ruídos, a dificuldade de se isolar faz com que o aluno desista do mesmo.

2.2.9. Qualidade

Embora o MEC realize inúmeros meios para aumentar a excelência no ensino, para muitos a qualidade é inferior a um ensino presencial, devido as dificuldades de aprender, acompanhar e se desenvolver no Ead.

2.2.10. Responsabilidade e comprometimento

Pelo fato de o aluno ter que montar o seu próprio cronograma, é necessário uma responsabilidade e comprometimento maior, e com as dificuldades do dia a dia, cansaços, trabalho, entre outras coisas que podem o distrair, causando assim na maioria das vezes o esquecimento, deixando de estudar.

2.3. Educação a distância é o futuro da educação?

Com o decorrer dos anos a educação a distância se torna a mais procurada, isso pelas vantagens citadas no item 2.1, e com os avanços tecnológicos, a tendência é que diversos setores tenham que se adaptar para acompanhar essas evoluções transformadoras. Se o

crescimento de profissionais autônomos e que trabalham em *home office*, por que com a educação seria diferente?

Algumas graduações não podem ser realizadas online, determinado pelo Ministério da educação, como por exemplo:

- Astronomia;
- Biotecnologia;
- Fonoaudiologia;
- Geologia;
- Medicina;
- Medicina Veterinária;
- Oceanografia;
- Psicologia;
- Engenharia de Alimentos;
- Engenharia Aeronáutica;
- Engenharia do Petróleo;
- Engenharia Florestal;
- Engenharia Naval;
- Engenharia de Minas;
- Engenharia de Materiais;
- Engenharia Nuclear;
- Engenharia Química;
- Cinema;
- Direito;
- Moda.

Antes de realizar qualquer curso a distância consulte se o mesmo é reconhecido e aprovado pelo MEC, para isto basta entrar no site do Ministério da Educação e consultar o nome da instituição de ensino, o site fornecerá todos os dados necessários, inclusive se o mesmo está ativo.

É incrível como a tecnologia vem avançando com o decorrer dos anos, Philo Farnsworth, em 1927, criou a forma de televisão que conhecemos hoje, e com o avanço desde 1999, saímos de uma televisão de tubo para uma de tela plana, saímos de um “*celular tijolo*” para um fino e no futuro próximo um celular tão fino e transparente. Com isso cientistas informam que será possível a realização de um curso de Medicina online, onde a prática será realizada com equipamentos tecnológicos.

Um dos cursos que pode-se realizar hoje online é a Educação Física, a nota curricular do curso é composta por disciplinas que aliam teoria e prática, para que sua formação seja completa e o aluno esteja qualificado para supervisionar programas de exercícios físicos, ginástica, jogos, artes marciais e dança. Sendo assim, cientistas, professores, visam que a educação a distância fará parte do futuro dos jovens e adultos.

2.4. Dicas para manter a rotina no ensino à distância

Um dos segredos para a realização e conclusão de um curso de excelência é ter uma rotina e segui-la rigorosamente, *segue algumas dicas:*

- 1) **Mantenha uma rotina:** Reserve um tempo para tudo, desde descanso, exercícios e estudo, para que possa se concentrar no que precisa naquele momento.
- 2) **Tenha um objetivo:** Por exemplo, hoje irei separar uma hora para estudar determinada matéria. Ao definir essas metas e se comprometer a alcançá-las, seu objetivo será alcançado com rapidez e eficácia.
- 3) **Evite distrações:** desligue o celular, a televisão, videogames e dispositivos que tenha som, assim o seu tempo de estudo será somente para estudo. Neste momento concentra-se 100% na aula.
- 4) **Crie um ambiente de aprendizagem:** reserve uma área de estudo dedicada em sua casa, ou seja, um local que ao sentar-se o seu cérebro entenda que é hora de estudar.
- 5) **Busque auxílio:** se surgir qualquer dúvida, não tenha vergonha de perguntar a instituição, professores, tutores ou pessoas responsáveis, busque auxílio para que conclua com excelência.

Não realize qualquer tipo de curso somente pelo certificado, busque aumentar seu conhecimento e absorver o máximo de informações possíveis, isso o tornará um profissional de altíssima qualidade.

3. Conclusão

Em vista dos argumentos apresentados referente a modalidade educacional de ensino a distância, conclui-se que há vantagens consideráveis, tornando-se uma escolha provável para todas aquelas que buscam ensino confiável, acessível e com a flexibilidade no horário. A desvantagens consideráveis para aqueles com dificuldade de utilizar tecnologia, como computador e outros meios digitais.

É perceptível que com o aumento da procura desta modalidade o Ministério da Educação aumentará seus critérios de avaliação, tornando-se mais difícil o seu reconhecimento e a excelência da educação, trazendo maior qualidade e eficácia na qualificação de profissionais. Com isso, a perda de medo e dificuldades ao realizar algo Ead, irá diminuir, pois ainda tem um certo preconceito em empresas ao recrutar funcionários que se profissionalizaram nesta modalidade.

Pela observação dos aspectos analisados seguir à risca dicas e aconselhamento de como prosseguir com os estudos, é de extrema importância, pois percebe-se que se o aluno realizar qualquer prova ou avaliação com a televisão ligada, música tocando ou até mesmo conversando com algum familiar, sua nota será baixa, causando frustração e desistência. O aluno deve dar o máximo de si e principalmente ter um cronograma, pois a autonomia de algo pode-se desanimar e deixar a pessoa “tranquila” esquecendo assim de suas obrigações.

Conclui-se que esta modalidade e tecnologia vem crescendo exponencialmente, tornando-se possível a formação de profissionais que há 20 anos atrás, para algumas eram impossíveis, e sim, as pessoas de idade avançada enfrentaram dificuldades e cabe a nós familiares e a instituição de ensino apoiar e ter paciência para ensinar, para que assim eles se tornem grandes profissionais e se realocar no mercado de trabalho.

Referências

A importância do ensino a distância na sociedade: entenda mais sobre a modalidade. Disponível em: <<https://blog.sesisenai.org.br/a-importancia-do-ensino-a-distancia-na-sociedade-atual/>>. Acesso em: 2 out. 2023.

ADMIN. **Confira 8 benefícios do ensino a distância para sua formação.** Disponível em: <<https://www.ead.com.br/blog/beneficios-do-ensino-a-distancia>>. Acesso em: 3 out. 2023.

ADMIN. **Preço médio de faculdade a distância no Brasil é de R\$ 260.** Disponível em: <<https://www.ead.com.br/blog/preco-faculdade-a-distancia>>. Acesso em: 2 out. 2023.

EAD, R. B. DO. **Desvantagens e vantagens do EAD: conheça todas elas!** Disponível em: <<https://www.blogdoead.com.br/tag/ead/vantagens-do-ead>>. Acesso em: 3 out. 2023.

Ensino a distância cresce 474% em uma década. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada#:~:text=Em%202021%2C%20foram%20mais%20de>>. Acesso em: 2 out. 2023.

Ensino a distância e suas possibilidades. Disponível em: <https://online.pucrs.br/blog/public/ensino-a-distancia-e-suas-possibilidades?utm_source=google&utm_medium=cpc&&hsa_cam=14586991824&hsa_grp=&utm_term=&hsa_ad=&utm_term=&utm_medium=ppc&utm_campaign=%5BMP%5D+CONV+->>. Acesso em: 12 julho. 2023.

FERRAZ, T. **Educação a Distância - EaD.** Disponível em: <<https://infoescola.com/educacao/educacao-a-distancia/>>. Acesso em: 3 out. 2023.

FREITAS, C. **21 cursos que o MEC não autoriza a modalidade EaD.** Disponível em: <<https://www.guiadacarreira.com.br/blog/cursos-que-o-mec-nao-autoriza-ser-ead>>. Acesso em: 4 out. 2023.

GODOY, F. **8 vantagens e desvantagens da EAD: mergulhe fundo no tema.** Disponível em: <<https://blog.eadplataforma.com/gestao/vantagens-desvantagens-ead/>>. Acesso em: 4 out. 2023.

Homepage. Disponível em: <<https://www.instructure.com/pt-br>>. Acesso em: 4 out. 2023.

No 125 -Seção I-Página 17 Brasília -Sexta-feira, 3 de julho de 2009 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10_seed.pdf>. Acesso em: 3 out. 2023.

O que é educação a distância? Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia>>. Acesso em: 12 julho. 2023.

PONTES, E. **Educação a distância: O que é e qual sua importância.** Disponível em: <<https://eadbox.com/educacao-a-distancia/>>. Acesso em: 2 out. 2023.

Veja vantagens e desvantagens do EaD. Disponível em: <<https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/ensino-distancia-ead/vantagens-e-desvantagens-do-ensino-a-distancia-ead.htm>>. Acesso em: 4 out. 2023.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Direito à Saúde no Sistema Prisional Brasileiro

Henrique Minuzzi Ramborger
Discente do curso de Ciências Sociais

RESUMO:

O presente trabalho tem como tema o direito à saúde no sistema prisional brasileiro, o qual se apresenta como pressuposto fundamental para garantia da dignidade da pessoa humana. O direito à saúde está amparado pelo ordenamento jurídico brasileiro, cabendo ao Estado o dever de viabilizar a concretização desse direito a todas as pessoas, indistintamente. O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, objetiva analisar as ações a cerca da efetivação do referido direito. Outrossim se verificará quais os problemas enfrentados pelos presos que necessitam de atendimento médico. O estudo realizado, proporciona conhecimento que apesar da dignidade da pessoa humana ser algo basilar na Constituição Federal, ainda se requer muito do Estado para que este direito seja garantido. A dignidade da pessoa humana não é uma criação constitucional. Ela é um conceito a priori, um dado preexistente a toda experiência especulativa, tal como a própria pessoa humana. Devido a sua existência especulativa a Constituição reconheceu a sua existência e a sua eminência, transformando-a num valor supremo da ordem jurídica.

Palavras-chave: Saúde; Cárcere; Dignidade da Pessoa Humana; Direitos Humanos.

ABSTRACT:

The present work has as its theme the right to health in the Brazilian prison system, which presents itself as a fundamental assumption for guaranteeing the dignity of the human person. The right to health is supported by the Brazilian legal system, with the State having the duty to make this right possible for all people, without distinction. The present study is a bibliographical research, aiming to analyze the actions regarding the implementation of the aforementioned right. Furthermore, it will be verified what problems are faced by prisoners who require medical care. The study carried out provided knowledge that despite the dignity of the human person being fundamental to the Federal Constitution, much is still required from the State for this right to be guaranteed. The dignity of the human person is not a constitutional creation. It is an a priori concept, a pre-existing datum to all speculative experience, just like the human person himself. Due to its speculative existence, the Constitution recognized its existence and eminence, transforming it into a supreme value of the legal order.

Keywords: Health; Prison; Dignity of human person; Human rights.

1. Introdução

A efetivação do direito à saúde no sistema prisional brasileiro constitui a problemática a ser abordada nesse trabalho, que tem como tema dignidade da pessoa humana a qual tem como uma de suas formas de efetividade o direito à saúde com enfoque no acesso à saúde do sistema prisional brasileiro. Através do método dialético o estudo tem como base a normatização jurídica e a doutrina vigente acerca do tema proposto.

A dignidade da pessoa humana consiste em um valor constante que deve acompanhar a consciência e o sentimento de bem-estar de todos, cabendo ao Estado garantir aos seus administrados direitos que lhe sejam necessários para viver com dignidade, isto nos leva a tratar do assunto com enfoque nos Direitos Fundamentais. Buscando a perspectiva que trata de conceitos que defendem o indivíduo de um modo geral, dando especial atenção aos direitos fundamentais, que centralizam a problemática da pesquisa a ser desenvolvida.

Inicialmente, verifica-se que o direito à saúde é pressuposto para a garantia da dignidade da pessoa humana sendo esta princípio fundamental previsto no artigo 1º, III da Constituição Federal, ainda, além do referido artigo a norma constitucional apresenta outras formas de garantia do direito à saúde, dentre as quais está o disposto no título VIII, o qual versa sobre a ordem social e prevê na seção II, nos artigos 196 ao 200 sobre o referido direito.

Em âmbito infraconstitucional o ordenamento jurídico brasileiro consagra a Lei de Execução Penal, nº 7210/84 que também dispõe sobre o direito à saúde no cárcere. Assim, enquanto de um lado há a lei que garante a toda pessoa, inclusive ao preso, o direito à saúde e que determina ao Estado o dever de garantir esse direito, de outro lado existe uma realidade, ou seja, um sistema prisional precário que necessita da aplicação imediata e concreta da referida lei.

Desta forma, este artigo será estruturado através de tópicos que trarão à tona questões de fundamental relevância para a sociedade e para o Estado, quais sejam: a normatização do direito à saúde no ordenamento jurídico brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana. Ao desenvolver este estudo buscar-se-á identificar qual é a atual situação dos reclusos dos estabelecimentos prisionais, no que se refere ao acesso à saúde, ainda se verificará quais os problemas enfrentados pelos presos que necessitam de atendimento médico.

O artigo foi fundamentado nas ideias e concepções de vários autores, mas, pode-se destacar os estudos de Comparato (2010), Dallari (1995), Sarlet (2008) e Valois (2013).

2. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana possuiu suas bases no pensamento clássico e no ideário cristão. Para Siqueira (2017) independente do referencial de que se parta, resta pacificado que a Dignidade da Pessoa Humana é o elemento fundamental da vida.

A dignidade da pessoa humana não é uma criação constitucional. Ela é um conceito a priori, um dado preexistente a toda experiência especulativa, tal como a própria pessoa

humana. Devido a sua existência especulativa a Constituição reconheceu a sua existência e a sua eminência, transformando-a num valor supremo da ordem jurídica. A dignidade que garante uma série de direitos e deveres para esta pessoa, que são fundamentais e obrigatórios, assegurando que a pessoa esteja protegida daquilo que pode ser considerado desumano e degradante.

As primeiras referências acerca da dignidade na história da humanidade se encontram na Bíblia Sagrada, no Antigo Testamento, ao mencionar que *“o homem foi feito a imagem e semelhança de Deus, atribuindo-se à pessoa humana um valor moral e espiritual”*, ou seja, todo ser humano é dotado desse preceito. *Este conceito afirma-se na Bíblia Sagrada (1990, p.15, Gênesis, v. 26 e 27):*

Então Deus disse: “façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele domine os peixes as aves do céu os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra”. E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher.

Similarmente, Comparato (2010, p. 16), diz que: *“A justificativa científica da dignidade humana sobreveio com a descoberta do processo de evolução dos seres vivos [...]” “[...] não é por acaso que o ser humano é o ápice de toda a cadeia evolutiva das espécies vivas”*. Então surge um ser dotado de paixões, sentimentos e emoções, o qual é capaz de tomar decisões e administrar a sua própria vida.

O homem passa a administrar a sociedade em que está inserido onde domina e controla as inúmeras forças que se movimentam ao seu redor. Assim, diante de uma sociedade democrática onde todos são iguais, não importa a idade, a religião, a cor da pele ou a crença, surgem regras que vêm para normatizar as relações sociais.

As mencionadas regras observam valores que devem ser respeitados pela sociedade, tendo o ser humano o direito de autodeterminação e a liberdade na condução de sua própria vida, conforme Comparato (2010, p. 16) explica: *“O caráter único e insubstituível de cada ser humano, portador de um valor próprio, veio demonstrar que a dignidade da pessoa existe singularmente em todo indivíduo”*.

Sobre a dignidade humana Schwartz (2001, p.160) apresenta outro aspecto, qual seja o direito à saúde como forma de efetivação da referida dignidade:

E não resta dúvida que o objetivo maior de nossa sociedade é o respeito à dignidade humana, em que a saúde ocupa lugar de destaque, já que é um princípio fundamental, topograficamente - não por acaso - localizado em posição de privilégio no texto constitucional (art. 1º, III).

O ordenamento jurídico brasileiro reconhece a dignidade da pessoa em várias normas, mas é a Constituição Federal que a consolida como princípio fundamental da ordem jurídica brasileira, em seu artigo 1º, inciso III:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana [...].

Neste mesmo sentido salienta Sarlet (2008, p. 44): que a dignidade é “[...] *intrínseca da pessoa humana, é irrenunciável e inalienável, constituindo elemento que qualifica o ser humano como tal e dele não pode ser destacado [...]*” devendo esta ser respeitada e protegida “[...] *tarefa dos poderes estatais [...]*”.

Assim, o respeito à dignidade humana independe do estado da pessoa, esteja ela livre ou privada de sua liberdade. Tendo em vista que a vida é o bem maior do homem está deve ser respeitada em todas as suas formas, como, por exemplo, o respeito à integridade física e moral da pessoa.

Nesse sentido Sarlet (2008, p. 62) menciona: “*O que se percebe, em última análise, é que onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e moral do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas [...]*”, não haverá espaço para dignidade da pessoa humana.

Como é sabido o sistema prisional brasileiro encontra-se falido e não proporciona ao detento condições mínimas para preservação de sua dignidade, *segundo Valois (2013, p. 263):*

Além da condição de ser humano do preso que, apesar de privado de inúmeros direitos e vivendo em condições não raramente desumanas, não quer aparecer como doente ou como coitado em uma relação que, para ele, é normal, fato que lhe coloca na necessidade de fugir a própria dignidade.

O preso ao entrar no cárcere muitas vezes é obrigado a despir-se de sua identidade e perde por consequência sua dignidade a qual é intrínseca do ser humano, *sobre a dignidade Valois (2013, p.264) salienta:*

Sobre fingir a dignidade, se é possível afirmar ser a humilhação um sentimento que se tende a esconder, pode-se igualmente concluir, quanto à conduta de ocultar emoções, que tal procedimento sempre levará consigo a espontaneidade importante para a comunicação. O preso precisa ser aceito e estar apresentável para o sistema que não o quer destruído, precisa fingir comportamento, fala, dor, precisa fingir praticamente tudo. Talvez finja até o preconceito que sente sobre o outro preso.

Acerca do princípio da dignidade da pessoa humana Sarlet (2008, p. 63) conceitua:

Assim sendo, temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor

do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável [...].

Logo, o condenado por estar privado de liberdade, encontra-se em uma situação especial que o limita dos direitos previstos na Constituição Federal e nas leis, porém, isso não quer dizer que perde a sua dignidade.

Zaffaroni e Pierangeli (2002, p. 76) ressaltam que o sistema prisional “[...] promove condições para criação de uma carreira criminal”, os que têm a primeira condenação “[...] surgem como bons candidatos a uma segunda criminalização”, o sistema prisional ao instituir a pena não consegue aplicar a individualização, desta forma o psicológico do delinquente é afetado, ressaltam ainda Zaffaroni e Pierangeli (2002, p. 76) que: “[...] constitui uma inqualificável violação dos direitos humanos, e o sistema penal, ao insistir com a pena, nada mais faz do que engrossar esse rol, e até leva o indivíduo a destruição”.

Ainda, explicam Zaffaroni e Pierangeli (2002, p. 76):

Existem outros condicionamentos, igualmente destruidores da integridade psíquica e até física da pessoa humana. De uma maneira geral, o sistema também se vale de uma seleção de pessoas dos setores mais humildes e, ao invés de sujeitá-los a um processo de criminalização, submete-os a um processo de fossilização. Este condicionamento, ainda muito pouco estudado, é, todavia, gravíssimo.

Conforme se manifesta a doutrina verifica-se que a saúde mental do preso é significativamente atingida e merece especial atenção do Estado e dos profissionais da segurança e da saúde.

Desta forma, leciona Sarlet (2010, p. 70) que a dignidade da pessoa é: “[...] qualidade distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade”.

Assim, o Estado Democrático de Direito, fundado no princípio da dignidade da pessoa humana, cujo um dos objetivos é a assistência à saúde, tem a obrigação de garantir que o direito à saúde seja efetivado dentro e fora dos presídios.

Outro aspecto que fere diretamente o princípio da dignidade da pessoa humana está relacionado ao preconceito da sociedade para com o preso, o qual é gerado por informações repassadas pela mídia à população. Sobre esse ponto Mirabete (2008, p. 123) expressa que: “Notícias e entrevistas que visam não à simples informação, mas que tem caráter espetaculoso não só atentam contra a dignidade humana do preso, como também podem dificultar sua ressocialização após o cumprimento da pena”.

Por fim, a dignidade da pessoa vem a ser constantemente afetada tendo início quando a pessoa ingressa no cárcere, durante a sua permanência nele e posteriormente ao sair da prisão, momento no qual precisa encarar novamente uma sociedade que ainda não está preparada para receber este ex presidiário, o qual já pagou pelo crime que cometeu e tem o direito de retomar sua vida livre.

2.1. Normatização do Direito à Saúde no Ordenamento Jurídico Brasileiro

O direito à saúde no Brasil está regulamentado junto à Constituição Federal de 1988, disposto em vários artigos, como por exemplo, o artigo 5º, *caput*, quando se lê “direito à vida”, bem maior do homem. Desse mesmo modo Dallari (1995, p.33) explica: “[...] a Constituição promulgada em 1988 afirma explicitamente o direito de todos à saúde, que deve ser compreendido sempre dentro dos parâmetros impostos pela mais atualizada doutrina constitucional”.

Acerca do direito à saúde do preso a Carta Magna assegura ao mesmo o respeito à integridade física e moral, conforme estabelecido no artigo 5º, XLVII, XLVIII, XLIX.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLVII - não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) de caráter perpétuo) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis; XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado; XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

Ao proclamar o respeito à integridade física e moral dos presos, a Carta Magna garante aos mesmos a conservação de todos os direitos fundamentais reconhecidos à pessoa livre, à exceção, é claro, daqueles que sejam incompatíveis com a condição peculiar de uma pessoa presa.

Nesse sentido, leciona Mirabete (2008, p. 41): “O condenado conserva todos os direitos reconhecidos ao cidadão pelas normas jurídicas vigentes, com exceção, naturalmente, daqueles cuja privação ou limitação constituem precisamente o conteúdo da pena imposta”.

Assim, para que se possa concretizar o direito individual à integridade física e moral de qualquer pessoa, conforme estabelece o art.5º, XLIX da Constituição Federal se fazem necessárias condições mínimas de infraestrutura, como por exemplo, viver em um ambiente limpo e arejado, onde se tenha um espaço ideal para que leve uma vida digna.

Contudo, ressalta Miotto (1992, p. 149) “[...] a superlotação das prisões, decorrentes de espantoso aumento do número de criminosos tem perturbado e até impedido o necessário tratamento penitenciário” o que tem transformado as prisões “[...] em meros depósitos de centenas e centenas senão milhares de condenados amontoados”, diante de tal situação verifica-se a fragilidade da norma. Assim, confirma Marcão (2010, p.54): “Desrespeita-se impunemente, a Constituição Federal; a Lei de Execução Penal [...]”.

Outrossim, o respeito à integridade física e moral está relacionado diretamente com a saúde da pessoa, pois, uma vez que esses são preservados conseqüentemente ter-se-á condições para cultivar uma vida saudável. Diante disso a Constituição Federal prevê o direito à saúde no artigo 196: *“A saúde é direito de todos e dever do Estado garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*.

Logo, Schwartz (2001, p.101) destaca:

Mas a quem caberá *“cuidar”* da saúde? A saúde é dever do Estado, inexistindo enumeração taxativa constitucional sobre quem deverá ter responsabilidade em relação à saúde. Logo, o Estado é entendido como todos os Estados Membros da Federação, ou seja, a saúde é dever da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios, tratando-se de competência comum, sendo tarefa de todos os entes federados.

Tendo em vista que é dever do Estado garantir a saúde à população, inclusive à população carcerária a qual ele detém sua custódia, é necessário que se observe a legislação vigente que conta com dispositivos constitucionais e também infraconstitucionais como, por exemplo, a Lei de Execução Penal.

No que se refere à Lei n.º 7.210, de 11 de junho de 1984, nominada como Lei de Execução Penal (LEP) a mesma dispõe em seu artigo 1.º, *caput*: *“A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”*, ou seja, ao ingressar no sistema carcerário o apenado deverá cumprir o que foi determinado na sentença penal condenatória transitada em julgado, nesse aspecto enfatiza Mirabete (2008, p. 67) que ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença.

Dentre os direitos acima referidos está o direito à saúde o qual consta disposto no art. 14 da LEP:

Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico. § 1º (Vetado).§ 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento. § 3º Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

Portanto, ressalvadas as restrições decorrentes da própria sentença penal e os efeitos previstos da condenação o condenado mantém ileso todos os direitos que lhe assistiam, antes do trânsito em julgado da decisão condenatória.

Aliás, tal regra bem se harmoniza com o ditame do art. 38 do Código Penal, dispondo que *“o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral”*.

Verifica-se que na prática a lei não se perfectibiliza, desse modo, Alves (2012, p. 67) resalta que: *“Os juristas tradicionais pregam que o ordenamento jurídico brasileiro não possui contradições, é coeso e completo. Acreditam que o direito penal existe com o fim de promover a justiça, defesa e segurança de forma indistinta a todos os cidadãos”*. Todavia parece impossível em face de todo esse contexto manter o discurso que o direito penal se constitui em instrumento de garantia da prática democrática, do convívio social.

Ainda a Lei de Execução Penal, no art. 88, estabelece acerca do espaço físico da cela:

Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório. Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular: a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; b) área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados).

Ademais, o art. 85 da LEP prevê que deve haver compatibilidade entre a estrutura física do presídio e a sua capacidade de lotação:

Art. 85. O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade. Parágrafo único. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária determinará o limite máximo de capacidade do estabelecimento, atendendo a sua natureza e peculiaridades.

A superlotação devido ao número elevado de presos é talvez o mais grave problema envolvendo o sistema penal hoje. As prisões encontram-se abarrotadas, não fornecendo ao preso um mínimo de dignidade.

Diante de tal situação o Estado que é responsável pelo cumprimento da lei tem um desafio, qual seja: mudar o atual cenário do sistema prisional brasileiro, do mesmo modo refere Marcão (2010, p.67) que: *“é público e notório que o sistema carcerário brasileiro ainda não se ajustou à programação visada pela LEP. Não há, reconhecidamente, presídio adequado ao idealismo programático da LEP”*.

Sob o mesmo ponto de vista Valois (2013, p.227) ressalta que: *“A barbárie que toma conta de cadeias e prisões cega o profissional da execução penal, técnico ou jurista [...]”, e mais, “[...] Com todas as suas deficiências e mutilações, a lei de execução penal se cumprida no que se refere ao respeito do ser humano preso, serviria como ótimo instrumento para uma pena com menos violência”*.

Valois (2013, p. 113) também realça que: *“Há dois mundos no sistema penal: o mundo jurídico, das leis, do judiciário; e o mundo real o das prisões”*.

Diante da realidade do sistema carcerário a lei que objetiva a segurança jurídica, não consegue sua aplicabilidade, ainda nos diz Valois (2013, p. 89): *“A técnica jurídica pode favorecer a beleza de um trabalho acadêmico, mas não permitirá a narração da angústia que se vive no interior do cárcere, onde verdadeiramente se realiza o direito penal”*.

Apesar de conhecerem a realidade dos presídios, os juristas estão engessados pelo sistema carcerário atual que se encontra falido.

Pelo contrário Alves (2012, p. 65) destaca que: *“Grande parte dos juristas prega, cegamente, e muitas pessoas acreditam, que há um legislador racional produzindo um sistema jurídico neutro e igualitário para a defesa do direito de todos”*.

A realidade vivida no cárcere é mensurada apenas na visão teórica a qual tem uma enorme distância da prática, *para mudar esse cenário Valois (2013, p. 228) afirma:*

Um juiz pode, é claro, e tem grandes possibilidades para tanto, ajudar na desconstrução das engrenagens desumanas desse sistema, mas deve sair do local que lhe é reservado, deve-se despir da toga e descer os degraus da hierarquia social em que o judiciário é posto, para ver o preso como igual, um semelhante.

Dessa maneira, apura-se que é possível mudar a atual conjuntura carcerária desde que essa mudança seja realizada pelas pessoas que têm a competência e o devido respaldo para isso. E mais, o respeito à dignidade da pessoa humana independe do seu estado ou do local em que se encontra, por conseguinte Valois (2013, p. 233) profere que: *“Diálogo, respeito pelo preso como uma pessoa normal, sujeito de direitos, assistência do Estado e participação solidária por parte da sociedade, são ingredientes do princípio maior de respeito à dignidade da pessoa humana”*.

Indo mais além, quando se fala em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana deve ser observado o acesso ao serviço da saúde para os presos dentro dos estabelecimentos prisionais, o que é reforçado por Mirabete (2008, p. 69) *“Não há dúvida de que é fundamental para a vida de uma instituição prisional a existência de serviço médico eficiente e adequadamente equipado para fazer frente às necessidades quotidianas da população”*.

De fato o direito à saúde é garantido pela lei a toda pessoa presa, mas não é o que ocorre na prática. Semelhantemente, Moraes (2013, p. 34) leciona que: *“A constituição Federal proclama, portanto, o direito à vida, cabendo ao Estado assegurá-lo em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar vivo e a segunda de se ter vida digna quanto à subsistência”*.

E mais, a saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição e como tal têm aplicabilidade imediata, assim consagra o ordenamento jurídico brasileiro, *sob esse aspecto explica Schwartz (2001, p. 51):*

Por ser um direito fundamental do homem à saúde um direito autoaplicável (vide art. 5º, §1º CF/ 88), essa compreensão passa a ser um dos pilares

da efetivação de tal direito, como se demonstrará, destacando, assim, ao poder judiciário um papel decisivo nesse sentido.

Quanto ao direito à saúde Schwartz (2001, p. 53) ressalta:

O art. 6º, da CF/ 88, reconhece o direito à saúde como um direito social. Logo, a saúde é, também, direito de segunda geração. Passa a ser um direito que exige do Estado prestação positiva no sentido de garantia/efetividade da saúde, pena de ineficácia de tal direito.

Assim, constata-se que não basta que o direito à saúde esteja positivado é preciso que ele seja realizado por quem tem o dever de prestá-lo, ou seja, pelo Estado, somente desta forma pode-se obter a efetividade da norma. Sobre esse aspecto Ottoboni (1997, p. 86) questiona: *“Que sentido tem uma legislação moderna e inovadora, onde o Estado cria direitos para depois dar o mau exemplo de não os cumprir?”*

Neste mesmo sentido Alves (2012, p. 58) leciona: *“Constata-se que o Estado brasileiro se tem mostrado completamente ineficiente no cumprimento da promessa contida no início de sua lei maior [...]”*.

Sobre a obrigação de se fazer cumprir os direitos estabelecidos em lei Schwartz (2001, p. 77) também menciona:

A saúde é um direito público subjetivo e possui característica marcadamente individual. Daí que todas as garantias individuais concernentes a direitos fundamentais são legítimas na busca da efetivação do direito à saúde mediante a oposição de um vínculo obrigacional entre o cidadão-credor e o Estado-devedor.

Na relação estabelecida pela Constituição entre cidadão e o Estado aquele figura como credor e este como devedor desta forma, é plenamente possível e muitas vezes necessário que o credor busque de forma coercitiva o cumprimento da obrigação devida pelo Estado.

A respeito das normas brasileiras vigentes Schwartz (2001, p. 147) entende seriam suficientes: *“Diante da enorme quantidade de garantias em relação ao direito à saúde, hipoteticamente, perfectibilizada estaria sua proteção”*. Contudo, não é o que se constata na prática, conforme Schwartz (2001, p. 147): *“Há um flagrante desrespeito e uma facciosa não aplicação do art.196 da CF/88, o direito à saúde como dever do Estado e direito de todos”*.

Até então o cenário que se apresenta é composto pela pessoa que tem garantido o direito à saúde e pelo Estado que tem o dever de efetivar esse direito, mas, que negligencia na sua obrigação, *no entanto Schwartz (2001, p. 159) ressalta que:*

Por outro lado, se é certo que a saúde é juridicamente protegida, também pode-se arriscar, com margens mínimas de erro, que uma parcela de

culpa da inefetividade do art. 196, CF/88, encontra-se na falta de vontade política, na ausência de respeito à Constituição por parte dos Poderes Públicos e na ausência de compreensão do porquê de existirem Poderes Constituídos imbuídos da defesa do interesse público – e que no entanto não cumprem sua função.

Desta forma, surge a necessidade de que sejam tomadas medidas políticas para viabilizar o acesso à saúde para população carcerária, uma vez que a Constituição e a LEP não conseguem ser efetivas.

3. Conclusão

Quando falamos em dignidade da pessoa humana, englobamos o conceito de direitos fundamentais e direitos humanos, constituindo um critério de unificação de todos os direitos aos quais os homens se reportam. A utilização da expressão “*dignidade da pessoa humana*” no mundo do direito é fato histórico recente. A dignidade humana da pessoa tem como uma das formas de efetividade o direito à saúde.

Este estudo nos presenteou com a oportunidade de verificar a importância do direito à saúde para o preso, que apesar de estar privado de sua liberdade, não está desprovido de seus direitos, dentre os quais o direito à saúde. Este trabalho oportunizou conhecer a atual situação dos apenados que se encontram recolhidos no sistema prisional brasileiro.

Primeiramente, constatou-se que há previsão legal de direito à saúde para o preso no ordenamento jurídico brasileiro. Dentre as normas que dispõe acerca do direito à saúde destacam-se a Constituição Federal, Lei de Execuções Penais. Em um segundo momento, verificou-se o direito à saúde é ter acesso a todos os serviços da saúde, que são fundamentais para garantia da dignidade humana, dentre os quais está o atendimento de médicos especialistas, de dentista, de serviço de enfermagem, de psicóloga, de assistente social e de nutricionista.

Definitivamente, o ambiente e as condições que se apresentam no cárcere, são totalmente degradantes, o que afeta além da saúde física, também, a saúde mental dos presos. Pois, o ambiente em que as pessoas são inseridas propicia o desencadeamento de inúmeras doenças. Desta forma, o Estado Democrático de Direito fundado no princípio da dignidade da pessoa humana, cujo um dos objetivos é a assistência à saúde, tem a obrigação de garantir que o direito à saúde seja efetivado dentro e fora dos presídios, mas, infelizmente, não é o que ocorre na prática.

Assim, compreende-se que mesmo com a Constituição Federal garantindo a dignidade da pessoa humana, o sistema prisional não consegue observar este princípio uma prova dessa inobservância é o que ocorre com a dignidade do preso a qual é ferida constantemente. A dignidade do preso é diretamente abalada quando ele ingressa no cárcere, momento no qual passa a viver em condições desumanas, humilhantes e degradantes. As referidas condições perduram durante toda a permanência do preso no cárcere e se estendem para

toda a sua vida, tendo em vista que, ao ser libertado é recebido pela sociedade de forma totalmente preconceituosa e discriminatória.

Portanto, o direito à saúde no sistema prisional, embora, garantido pela legislação brasileira não é efetivo, pois, o Estado que é o responsável legal pela garantia desse direito não cumpre com a sua obrigação, ficando inerte diante da precariedade do sistema carcerário ferindo, desta forma, diretamente, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Em vista, este estudo cumpriu seu objetivo agregando para a comunidade acadêmica e também para a sociedade em geral, pois fez uma reflexão acerca da dignidade humana na forma do direito à saúde e sua efetividade no sistema prisional. Apontando um problema social, que precisa ser pensado de forma conjunta pela sociedade e pelo Estado, para que juntos encontremos um meio de solucionar esta desigualdade, pois o indivíduo que está preso hoje, amanhã retornará para viver livre, novamente em sociedade.

Referências

- ALVES, Ana Cristina Borba. **REINCIDÊNCIA CRIMINAL: UM OLHAR TRANSDISCIPLINAR**. Florianópolis: Modelo, 2012.
- BÍBLIA SAGRADA**. Ed. Pastoral. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus. 1990.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 de out.2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei 2.848 de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm Acesso em: 09 out.2023.
- BRASIL. **Departamento de Segurança e Execução Penal**. Superintendência de Serviços Penitenciários. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>. Acesso em: 16 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 7.210 de 1984. Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 02 out. 2023.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DALLARI, Sueli Gandolfi. **Os Estados Brasileiros e o Direito à Saúde**. São Paulo: Hucitec Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1995.
- MARCÃO, Renato. **CURSO DE EXECUÇÃO PENAL**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal, comentários à Lei 7.210 de 11-7-84**. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2008.
- MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. 9. ed. atual. até a EC n.º 71/12. São Paulo: Atlas S.A., 2013.
- OTTOBONI, Mário. **NINGUEM É IRRECUPERAVEL**. São Paulo: Cidade Nova, 1997.
- SARLET, Ingo W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8. ed. rev. atual. eampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- _____, Ingo W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 6. ed. rev. atual. eampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- SCHWARTZ, Germano. **Direito à Saúde: Efetivação em uma Perspectiva Sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- VALOIS, Luís Carlos. **Conflito entre ressocialização e o princípio da legalidade na execução penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

MOTIVAÇÃO NA APRENDIZAGEM: Como o aluno é motivado e se motiva para aprender Inglês

Cristyane de Souza Gomes Santana

Discente do curso de Pós-graduação em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa

RESUMO:

Esta pesquisa bibliográfica tem o objetivo de apresentar a importância de alguns elementos no processo de ensino-aprendizagem de Língua Inglesa, principalmente a motivação. O artigo analisa perspectivas de diferentes pesquisadores sobre o papel da motivação na aprendizagem dos alunos e mostra que é importante que a motivação esteja presente na prática pedagógica do professor. Esta pesquisa também investiga as causas da motivação, como ela pode ser originada na vida do aprendiz e do professor, e como ela ocorre. Há muitos desafios ao ensinar Inglês, por mais que ele seja uma língua muito comum e presente no cotidiano das pessoas, pois há muitos fatores que podem influenciar o processo de ensino-aprendizagem e a motivação, seja de forma positiva ou negativa. Sendo assim, é importante que o professor tenha em mente como causar a motivação do aluno, ou pelo menos não o desmotivar, e ao mesmo tempo, se manter motivado. No entanto, além de tudo isso, é interessante que o aprendiz tenha consciência sobre o que o motiva e como se manter motivado, assim tornando o processo muito mais eficiente.

Palavras-chave: Motivação; Ensino-Aprendizagem; Língua Inglesa; Alunos; Professores.

ABSTRACT:

This bibliographical research aims to present the importance of some elements in the teaching-learning process of English Language, mainly the motivation. The article analyzes perspectives of different researchers about the role of the motivation in the learning of the students and it shows that it is important that the motivation is present in the pedagogical practice of the teacher. This research also investigates the causes of the motivation, how it can be originated in the learner and teacher's life, and how it occurs. There are many challenges when teaching English, even if it is a really common language and present in people's daily lives, because there are many factors that can influence the teaching-learning process and the motivation, whether in a positive or negative way. Therefore, it is important that the teacher has in mind how to cause the motivation of the student, or at least not to demotivate them, and at the same time, keeping themselves motivated. However, besides all of that, it is interesting that the learner has conscience about what motivates them and how to keep themselves motivated, thus making the process much more efficient.

Keywords: Motivation; Teaching-Learning; English Language; Students; Teachers.

1. Introdução

Ensinar ou aprender, seja qual for o assunto, é uma atividade muito complexa, principalmente nos tempos atuais. Além de todos os elementos que influenciam no processo de ensino-aprendizagem (De Melo, 2014; Morais, 2019), como fatores econômicos, contexto social e ambiente familiar, há também muitas distrações atualmente que tornam este processo mais desafiador, como os *smartphones*, redes sociais e *internet*. Como consequência, observa-se cada vez mais crianças e adolescentes com dificuldades na escrita, extremamente agitados e ansiosos, e sem motivação ou interesse em aprender o assunto abordado em sala de aula.

A motivação, além de ser um fator importante no processo de ensino-aprendizagem, ela também tem vários elementos que a impulsionam, sejam eles intrínsecos ou extrínsecos (Entwistle, 1988), e ela ainda pode ser direta ou indireta (Schütz, 2014). Além disso, a motivação pode variar de pessoa para pessoa e, dessa forma, torna-se um desafio para o professor encontrar o que motiva os seus alunos e para o aluno perceber o que o motiva para aprender determinada disciplina, neste caso, a Língua Inglesa.

Ao planejar a aula levando em consideração o que interessa o aluno, o professor está procurando motivá-lo para estudar o conteúdo a ser aprendido (Surmacz e Leme, 2015). Sendo assim, é importante que o professor entenda o que estimula seus alunos para prestar atenção nas aulas e aprender uma nova língua, tendo em mente a individualidade de cada aluno e diminuindo a possibilidade de distrações e desmotivação.

O objetivo geral desta pesquisa bibliográfica é de analisar e comparar diferentes perspectivas de pesquisadores e teóricos sobre os elementos que influenciam a aprendizagem, mais especificamente a motivação. Além do objetivo de examinar as causas da motivação do aprendiz em aprender a Língua Inglesa, explorando sua importância e como ela ocorre.

Para isso, foi realizada a leitura de vários artigos, textos e livros de estudiosos na área de Educação, Linguística e Psicologia. Essa leitura foi importante para a produção do artigo, e também para trazer visões diferentes sobre o assunto abordado. Este artigo teve o método de pesquisa bibliográfico e foi baseado principalmente em pesquisas e produções de De Melo (2014), Morais (2019), Surmacz e Leme (2015), Schütz (2014) e Entwistle (1988).

2. Fatores que Influenciam a Aprendizagem

Difícilmente fala-se sobre algo no mundo de hoje sem mencionar *internet*, redes sociais ou outros dispositivos tecnológicos, como os *smartphones*. Esses elementos não somente influenciam as vidas de crianças e adolescentes modernos que têm acesso, mas principalmente na sua aprendizagem e motivação em aprender. As tecnologias influenciam os comportamentos do aprendiz e podem ser um grande estímulo na sua aprendizagem de língua inglesa, pois o inglês é uma língua universal e muito usada na Internet.

Estes itens tecnológicos podem trazer resultados tanto negativos como positivos na aprendizagem do aprendiz. Negativos, pois podem contribuir para que os alunos fiquem

cada vez mais agitados, distraídos, desmotivados e com dificuldade de concentração e de aprendizagem, e segundo a Psicóloga Natasha Almeida (s/d) em seu artigo *A Influência das Redes Sociais e Aplicações na Vida dos Jovens*, as tecnologias atuais, principalmente a Internet, pode contribuir para a “*diminuição no rendimento escolar*.”

Porém, se bem trabalhados, a tecnologia pode ter efeitos positivos na aprendizagem da Língua Inglesa, pois eles podem ser eficientes no ensino e aprendizagem da língua, por ser algo que o aprendiz tem familiaridade. Então, a tecnologia pode acabar se tornando um aliado para a motivação do aprendiz na aprendizagem da Língua Inglesa, pois é algo que quem tem acesso a usa com frequência. Para José Henrique Silva Júnior, em seu artigo *O Uso da Tecnologia no Ensino de Língua Estrangeira* (s/d), a Internet também pode ajudar o professor a trazer “*renovação no processo de ensino-aprendizagem*” e a buscar “*materiais autênticos*”.

Para haver uma aprendizagem eficaz, no entanto, é importante levar em consideração outros fatores que também influenciam o processo, estes fatores que podem estar relacionados diretamente ao aprendiz e/ou ao professor, ou não. Rogério Morais (2019), que é administrador e especialista em Gestão Educacional, apresenta em seu artigo chamado *Quais Fatores Mais Influenciam o Aprendizado de um Estudante?* Alguns fatores que atuam na aprendizagem, como por exemplo: “*má gestão escolar, processo de alfabetização deficiente, descontinuidade de políticas, infraestrutura precária das escolas, ausência de currículo, formação continuada pouco focada na prática, dentre outras*”.

Como pode ser visto, situações ligadas ao local onde a aprendizagem está sendo ocorrida, no caso a escola, interferem na aprendizagem do aluno. Não quer dizer que o aluno não consegue aprender em uma escola sem estrutura adequada, onde falta alguns recursos importantes e que há gestão precária, porém, isso torna o processo de ensino-aprendizagem muito mais desafiador, visto que, este processo não depende apenas do professor.

Segundo Morais (2019), além das questões que se referem à estrutura escolar diretamente, ele deixa claro que também “*antecedentes familiares*”, “*estímulos durante a primeira infância*” e “*a prática do professor*” são muito importantes para que a aprendizagem ocorra. Morais (2019) ainda ressalta que, para o ensino-aprendizagem ser bem-sucedido, é interessante considerar dois principais componentes: “*o peso do ambiente familiar e do contexto social*” e “*a relevância do professor no processo*”.

O contexto social e familiar em que o aprendiz está inserido tem uma grande influência no mesmo, visto que a escola sozinha não efetiva o aprendizado do aluno. Mesmo que uma família seja desestruturada ou não, dá para perceber a enorme diferença que faz na vida de um aprendiz quando ele tem uma família que valoriza os estudos. Além da participação da família e da comunidade no processo de aprendizagem, quem o aprendiz se relaciona socialmente também tem forte impacto no processo, mesmo que de forma indireta ou inconsciente.

O ensino-aprendizagem, como já citado, não depende só do professor, mas isso não quer dizer que ele não tenha um papel significativo no processo. Além de todos os fatores que influenciam o processo, o professor com uma prática, didática e metodologia competente é

fundamental. Como Morais (2019) afirma, um *“bom professor é o segredo do sucesso”*, mostrando que o aluno é responsável pela aprendizagem, mas ainda mais é o professor.

Dessa maneira, para o especialista em técnicas de neurolinguísticas aplicadas Francisco de Melo (2014), o *“processo de aprendizagem envolve vários agentes e aspectos para que seja efetivado”* e entre esses agentes pode-se citar os *“fatores sociais e econômicos”*, que se referem à situação financeira e familiar em que o aluno se encontra; os *“fatores físicos e mentais”*, que se referem aos limites mentais e físicos que o aluno pode ter e que podem tornar o aprendizado mais desafiador, ainda mais se a escola não for adaptada (De Melo, 2014).

De Melo (2014) ainda traz à tona outros agentes importantes para o aprendizado de um aluno ser eficiente, que são o relacionamento harmonioso entre o educador e o educando, professores qualificados e a estrutura escolar adequada. No entanto, observa-se que a maioria desses elementos que influenciam na aprendizagem são situações em que o aluno se encontra e onde ele não tem muita agência. Porém, entre os elementos que influenciam o processo cognitivo na aprendizagem do aluno que De Melo cita em seu livro *Como Aprender a Estudar – Ler, Memorizar e Escrever Melhor* (2014), pode-se destacar a motivação.

3. O que é Motivação

Há várias formas de definir motivação. Segundo Ricardo Schütz (2014), a *“motivação pode ser definida como o conjunto de fatores circunstanciais e dinâmicos que determina a conduta de um indivíduo”*, ele ainda afirma que a *“motivação é uma força interior propulsora, de importância decisiva no desenvolvimento do ser humano”*. No geral, para o pesquisador brasileiro de línguas, a motivação é algo que impulsiona o ser humano e é necessário em outras áreas de sua vida, mas principalmente na aprendizagem, pois segundo ele, *“a motivação do aprendiz no aprendizado de línguas é um elemento chave”*.

Schütz (2014) também separa a motivação em duas categorias, como *“direta”* ou *“indireta”*. Motivação direta seria quando a motivação impulsiona diretamente o aprendiz ao objeto de sua aprendizagem. Seria o ato de aprender inglês como o objeto da aprendizagem. Por exemplo, você tem motivação em aprender o Inglês, ou um outro idioma, apenas pelo interesse e admiração pela língua e sua cultura, fazendo com que você se esforce para aprender.

E a motivação indireta ou *“instrumental”*, é quando o aprendiz é impulsionado ao objeto de aprendizagem, mas por meio de um intermediário. Seria como aprender inglês, mas como consequência e não como o objetivo principal. Por exemplo, você tem vontade de aprender algo específico, mas para tal você precisa aprender uma nova língua primeiro, ou você tem interesse em determinado emprego, mas um outro idioma é um dos critérios, entre outros.

Segundo o pesquisador em Psicologia Educacional Noel Entwistle em seu artigo *Motivation Factors in Students' Approaches to learning* (Fatores Motivacionais nas Abordagens de Aprendizagem dos Estudantes – tradução nossa) publicado em 1988, a motivação é uma chave importante usada para explicar a quantidade de esforço que o aprendiz aplica em atividades de aprendizagem, destacando que *“isto nos leva a acreditar que a motivação poderia ser vista como uma característica estável do indivíduo, e também da sua personalidade*

(ENTWISTLE, 1988, p. 1 - tradução nossa)”. O que afirma algo que já foi citado antes, que a motivação faz parte do ser humano na sua vida cotidiana, e não apenas na aprendizagem.

Como pode ser visto, a motivação é o que impulsiona a pessoa a fazer algo. Ela é muito importante em todas as áreas da vida da pessoa, mas principalmente na aprendizagem, pois aprender algo quando não se está motivado, torna o processo muito mais complexo do que já é. Então, a chave principal é descobrir o que causa a motivação nas pessoas, podendo ser fatores internos ou externos.

4. A Motivação no Processo de Ensino-Aprendizagem de Inglês

De acordo com Schütz (2014), o responsável pela motivação não é apenas o professor ou a prática utilizada pelo mesmo, mas “*é o aluno que aprende*”. Dessa forma, Schütz retira o foco da motivação do professor e o direciona ao aluno, indicando que por mais que o professor tenha suas aulas interessantes, bem planejadas e com uma metodologia efetiva, se o aluno não desenvolver a motivação para aprender, de nada vai adiantar. E o mesmo ocorre ao contrário, que mesmo se o professor não tiver uma prática eficaz, mas se o aluno de alguma forma estiver motivado, o aprendizado pode ocorrer.

Para Schütz (2014), fatores que podem causar a motivação no aluno são o desejo de explorar o novo, a necessidade do ser humano de se relacionar com outros seres humanos e o ambiente em que a língua está sendo ensinada, pois para Schütz, aprender “*uma língua fora do ambiente de sua cultura seria como aprender a nadar fora d’água*”. Assim, se o ambiente em que o aprendiz se encontra for propício para aprender um novo idioma e os seus colegas estiverem também motivados, fica mais fácil para que a aprendizagem de uma nova língua aconteça.

Schütz também fala em seu artigo *Motivação e Desmotivação no Aprendizado de Línguas* (2014) sobre a desmotivação. A desmotivação pode ser definida como a falta de motivação e ela pode ser mais notável do que a motivação em sala de aula. De acordo com o pesquisador, há vários elementos que podem causar a desmotivação no aluno em aprender uma língua nova, seja a falta de satisfazer a necessidade do aprendiz, o método usado pelo professor ou o aprendiz não ter se identificado com a língua estrangeira e sua cultura. Para Schütz, é importante que se o professor não vai motivar seu aluno, pelo menos não o desmotive, e se encontrar alunos motivados em aprender a língua nova, tentar preservar essa motivação para manter os alunos engajados em aprender.

Ao contrário de Schütz (2014), que foca a motivação no aluno, Elaine Surmacz e Rosana Leme em seu artigo chamado *O Professor é, a Priori, Responsável Pela Motivação do Aluno em Sala de Aula* de 2015, declaram que o responsável pela motivação é o professor. Elas afirmam que “*no processo de aprendizagem, há um elemento de fundamental importância: o professor*”, dizem ainda mais, que o professor tem o papel de “*mediador*” entre o conteúdo e os alunos, e que as práticas metodológicas do professor é o que permitem que os alunos se apropriem dos conteúdos aprendidos.

De acordo com Surmacz e Leme (2015), o professor sendo o causador da motivação dos alunos em sala de aula, é importante que ele *“descubra o que é interessante para o aluno e a partir de então passe a relacionar o conteúdo ensinado ao universo de quem está na sala de aula”*. Sendo assim, segundo as autoras, o professor tem que sempre buscar práticas metodológicas e recursos criativos, diferenciados e aperfeiçoados para despertar a motivação e interesse do aluno para aprender o conteúdo a ser ensinado, principalmente se for para aprender um outro idioma.

Segundo Surmacz e Leme (2015), então, a motivação na aprendizagem só será gerada no aluno, se o mesmo tiver interesse na aula preparada pelo professor. Sendo assim, é *“preciso que o aluno preste atenção à exposição do professor, pois, para existir aprendizagem, é imprescindível e necessário existir motivação”*. Além de aulas expositivas com métodos mais tradicionais e com foco na gramática, para aprender um novo idioma, no caso, o Inglês, é muito importante que as aulas sejam interessantes e com métodos lúdicos para atrair a atenção do aprendiz.

Sabe-se que é difícil fazer com que todos os alunos prestem atenção na aula, entendam o conteúdo e façam as atividades propostas na sala de aula, onde há uma variedade imensa de alunos, com níveis de aprendizagem diversos. Sendo assim, Surmacz e Leme (2015) ainda destacam que, além da didática ter que ser interessante para o aluno, o professor tem que *“conhecer a realidade escolar”*, conhecer seus alunos e o contexto em que eles se encontram, atingindo o máximo de alunos possível. Se a maioria da turma prestar atenção na aula, entender o conteúdo e conseguir realizar as atividades, mesmo que com dificuldades, o processo de ensino-aprendizagem pode ser considerado bem-sucedido.

A motivação, no entanto, para Surmacz e Leme (2015), não é apenas para o aluno, pois se o professor também estiver motivado, fica mais fácil de realizar as aulas de forma interessante para os alunos, e assim despertar a motivação neles. Dessa forma, se o professor não estiver motivado para ensinar Inglês, ele não terá a preocupação em tornar suas aulas diversificadas e atraentes para os alunos, fazendo com que o ensino da língua seja apenas, como Surmacz e Leme (2015) afirmam, *“um conteúdo ‘chato’, inútil, sem sentido e desinteressante”*, e assim causará a desmotivação no aluno em aprender.

De acordo com Entwistle (1988), a motivação na aprendizagem é o que impulsiona o aluno a aprender algo, e esse impulso é o que determina a quantia de esforço que o aluno coloca em aprender algo, por isso que é muito importante que o professor perceba quais são as raízes da motivação dos seus alunos. Baseado na abordagem Behaviorista¹, Entwistle (1988) classifica a motivação como *“intrínseca”* ou *“extrínseca”*. Motivação intrínseca seria quando as raízes da motivação do aprendiz vêm de dentro dele, baseadas na sua própria vontade e interesse em aprender; já a motivação extrínseca, ou instrumental, é quando as raízes da motivação do aprendiz dependem de fatores externos, como boas notas ou alguma recompensa utilizada pelo professor, ou pelos pais do aluno.

¹ Segundo Menezes (s/d), Behaviorismo, ou Comportamentalismo, é uma abordagem psicológica utilizada para analisar o comportamento humano em várias áreas de sua vida, baseado em condicionamentos, estímulos e resultados.

Ainda baseado no Behaviorismo, Entwistle (1988) traz os termos “*necessidade de conquista*” e “*medo do fracasso*” para explicar o que causa a motivação. A “*necessidade de conquista*” é quando o aprendiz é motivado para realizações e sucesso, sempre se mantendo otimista e confiante; no entanto, o “*medo do fracasso*” é quando o aprendiz é motivado não com o objetivo de ser bem-sucedido, mas de não falhar, sempre se vê como uma ameaça constante de derrota, e se sentindo pessimista e incrédulo que consiga avançar.

Entwistle (1988) mostra que diferentes alunos têm diferentes níveis de motivação baseados em experiências de sucesso ou fracasso em suas vidas, criando hábitos e fazendo parte de suas personalidades. A motivação, além de ser afetada por experiências de aprendizagem, também influencia na quantidade e qualidade do que será aprendido, sendo assim, é importante que o professor não separe os alunos apenas como os “*motivados*”, os que se esforçam, e os “*preguiçosos*”, que não se esforçam, mas que tente entender se é apenas preguiça mesmo ou desmotivação.

Segundo Entwistle (1988), é interessante para o professor conhecer seus alunos, pois muitos alunos não avançam por conta de ter dificuldade em aprender ou em entender o conteúdo, assim o aluno às vezes até tenta colocar esforço, mas como não encontra um método de aprendizagem que funcione, continua falhando, até que não tenta mais. Nestes casos, os alunos começam a demonstrar negativos sentimentos e comportamentos, como criar desculpas, ansiedade, desinteresse e até mal comportamento. *Entwistle (1988) diz que:*

(...) a maioria dos professores têm se deparado com estudantes que, paradoxalmente, colocam esforço em evitar esforço. Eles fazem tudo o que eles podem fazer para evitar realizar as tarefas definidas pelo professor. O que parece estar acontecendo aqui, é que os alunos estão tentando muito evitar ambas tarefas que eles descrevem como entediante, ou situações com as quais eles associam os sentimentos de fracasso. (ROLLETT, 1987 apud ENTWISTLE, 1988, p. 5 – tradução nossa)

De acordo com Entwistle (1988), se esses alunos forem pressionados, eles podem até afirmar que “*eles acham a escola uma experiência dolorosa*” e que “*eles se veem como fracassados*”, e então “*negando a responsabilidade por sua própria aprendizagem*” e eles se sentem decepcionados. *Entwistle (1988) afirma que:*

Para atribuir fracasso ao esforço ou à estratégia significa que na próxima vez, com mais esforço ou com uma estratégia melhor, o sucesso pode ser possível. (...) Esforço e estratégia podem ser variados, mas habilidade não pode mudar só por vontade. (...) Se eles fazem de forma ruim, o professor irá frequentemente exortá-los para ‘tentar mais’ – usar mais esforço. Mas se eles de fato se esforçam mais e ainda falham, eles são forçados a enfrentar uma atribuição muito mais dolorosa. A habilidade deles e também seu ‘autovalor’ está sob ameaça. Em tais situações, os alunos podem muito bem recorrer à evitação de esforço, como nós temos visto,

ou eles podem tentar optar pela eliminação total. (WEINER, 1984 apud ENTWISTLE, 1988, p. 6 – tradução nossa)

É comum identificar a presença destes alunos desmotivados ou com medo de fracasso em sala de aula ao ensinar Inglês. Muitos tentam aprender a língua à princípio, mas pelo fato de não entenderem ou começarem a ter dificuldade, deixam de tentar e desistem em aprender, ou até continuam tentando, mas parece que não é o suficiente para alcançar um resultado satisfatório. Outros desde o início nem tentam, por se verem incapazes de aprender um novo idioma ou por não verem o Inglês como algo importante e útil em suas vidas.

Segundo Entwistle (1988), o professor também tem um papel importante na motivação do aluno, com suas aulas com *“atividades interessantes”* e técnicas de ensino variadas. Um bom ensino, para Entwistle, *“pode ser visto como um dos mais efetivos motivadores”*, ou seja, colocando esforço em aulas com *“entusiasmo”* e excelentes explicações contribuem para a motivação intrínseca do aluno e pode até motivar o aluno que está desinteressado. Outra forma dos professores motivarem seus alunos, segundo o autor, seria ensinar os alunos estratégias e abordagens de aprendizagens, pois dessa forma, os alunos *“tomam responsabilidade pela sua própria aprendizagem”* e percebem que a abordagem aprendida está funcionando, seja de forma mais profunda ou superficial. Como cada aluno aprende de forma diferente, assim ele pode ver o que funciona com ele e quais são as melhores formas de aprender um novo idioma.

Nota-se que estimular a motivação nos alunos é algo muito complexo, pois depende de vários fatores. Entwistle (1988) realça que além dos professores serem responsáveis pela motivação intrínseca ou extrínseca dos alunos, seja por meio de recompensa e punição, ou elogios e críticas, em adição de planejamento de aulas interessantes para os alunos, a escola como estrutura e gestão também tem sua responsabilidade, mas mais ainda a família do aluno, principalmente os pais. De acordo com Entwistle (1988), *“será pouco útil os pais estarem satisfeitos que eles têm escolhido os melhores professores disponíveis, se eles mesmos não estão preparados para desempenhar o seu papel em ajudar esses professores”* (tradução nossa).

Como já foi citado, a motivação é primordial na aprendizagem de crianças e adolescentes. Dessa maneira, Entwistle (1988) declara que para os professores motivarem seus alunos, eles também têm que estar motivados com melhorias no emprego, além de buscarem se aperfeiçoar na profissão e terem prazer em ser professor. É muito comum ter professores desmotivados, principalmente professores de Língua Inglesa em escolas públicas, onde é muito mais fácil ser relapso do que ser comprometido em ensinar constantemente.

Mesmo sendo desafiador motivar os alunos, ao aumentar a motivação dos alunos em sala de aula, melhora o seu aprendizado. Lembrando que diferentes alunos, reagem de forma diferente a certos estímulos, podendo gerar, como Entwistle (1988) afirma, *“fortes reações emocionais”*, ainda mais se o aprendiz estiver buscando *“aprovação adulta”*, como de professores ou pais. Ainda mais com adolescente e crianças, quando eles buscam uma referência para seguir, e se eles não encontrarem essa referência em casa, pode ser que eles a busquem no professor.

Não é fácil identificar o que pode originar a motivação nos alunos em aprender Inglês, pois há vários fatores que influenciam em sua motivação ou desmotivação. Em uma sala de aula pode-se perceber quais alunos estão motivados e quais não estão, dessa forma, a participação dos alunos nas aulas pode ajudar bastante, pois esse engajamento vai facilitar os alunos a aprenderem um novo idioma e se manterem motivados a continuar aprendendo.

5. Conclusão

A motivação, então, faz parte da vida do ser humano e está presente em todas as áreas de sua vida. É o impulso responsável que estimula o ser humano a fazer algo, e no processo ensino-aprendizagem não é diferente. Neste processo, a motivação não apenas faz parte, mas é um dos elementos mais importantes no processo. No entanto, a motivação não deve estar presente apenas no aprendiz, mas também no professor, pois o professor tem um papel fundamental na motivação do aluno, e como ele motivará os seus pupilos e preparar aulas interessantes, com uma prática eficaz, *se ele mesmo não estiver motivado?*

Sendo assim, é importante que o professor tenha em mente o que causa a motivação dos alunos. Tornar aulas interessantes para todos os alunos na classe é muito desafiador, pois há vários alunos diferentes com diferentes fatores que causam suas motivações. O professor, então, tem que planejar aulas que alcancem pelo menos a maioria dos alunos e que os mantenham motivados, tentando ao máximo não os desmotivar. Lembrando que a família do aprendiz também tem um papel fundamental não só na motivação em aprender um novo idioma, mas no processo de ensino-aprendizagem no geral.

Desse modo, mesmo com fatores que influenciam a motivação dos alunos, sejam eles externos ou internos, é essencial que o aprendiz tenha consciência do que o motiva, para que ele continue aprendendo mesmo com o auxílio ou não do professor. Essa autoconsciência faz todo o diferencial na vida de um aprendiz que consegue perceber o que o motiva e o que não o motiva em aprender Inglês, não se passando por preguiçoso ou que não consegue aprender, mas que aceita o desafio de aprender e continua a fazê-lo sem desânimo ou desmotivação.

Referências

- ALMEIDA, Natasha. **A Influência das Redes Sociais e Aplicações na Vida dos Jovens**, (s.d.). Disponível em: <<https://iasaude.pt/index.php/informacao-documentacao/recortes-de-imprensa/919-a-influencia-das-redes-sociais-e-aplicacoes-na-vida-dos-jovens>>. Acesso em 07 de outubro de 2023.
- DE MELO, Francisco Rógeres Sousa. **Como Aprender a Estudar**. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2014 (1ª edição).
- ENTWISTLE, Noel. **Motivational Factors in Students Approaches to Learning**, 1988. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/232496351_Motivational_Factors_in_Students'_Approaches_to_Learning>. Acesso em 13 de julho de 2023.
- MENEZES, Pedro. **Behaviorismo, (s.d.)**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/behaviorismo/>>. Acesso em 16 de setembro de 2023.
- MORAIS, Rogério. **Quais Fatores Mais Influenciam o Aprendizado de um Estudante**, 2019. Disponível em: <<https://blog.qedu.org.br/blog/2019/06/05/quais-fatores-mais-influenciam-o-aprendizado-de-um-estudante/?repeat=w3tc>>. Acesso em 13 de julho de 2023.
- SCHÜTZ, Ricardo. **Motivação e Desmotivação no Aprendizado de Línguas**, 2014. Disponível em: <<https://www.sk.com.br/sk-motiv.html>>. Acesso em 13 de julho de 2023.
- SILVA, J., José Henrique. **O Uso da Tecnologia no Ensino de Língua Estrangeira, (s.d.)**. Disponível em: <<http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-6-no-6-12012/198-o-uso-da-tecnologia-no-ensino-de-lingua-estrangeira>>. Acesso em 07 de outubro de 2023.
- SURMACZ, Elaine Cristina Soares; LEME, Rosana Cristina Biral. **O Professor é, a Priori, Responsável pela Motivação do Aluno em Sala de Aula**. Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 37-64, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N11/Art3-Revista-Ensino-Geografia-v6-n11-Surmacz-Leme.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2023.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Riscos que Existem ao não Proteger Seus Dados e Exposição na Internet

Fabiano Lanes de Lanes

Discente do curso de Pós Graduação de Segurança da Informação

RESUMO:

Com o avanço das tecnologias e com o mundo cada dia mais focado na comunicação e em obter informação é possível verificar que a cada instante, tem alguém conectado na internet, nas redes sociais, fazendo algum tipo de pesquisa, comprando vendendo ou conversando em alguns sites de relacionamentos com pessoas que se encontram até mesmo no outro lado do mundo. Com tanta disponibilidade e aplicativos que influenciam as pessoas a se conectarem a vida tem se tornado mais pratica e rápida e as informações são recebidas com um simples acesso na internet, mas juntamente com a praticidade e ao o otimismo de novas oportuniades surgem inéditos problemas que ocorrem devido ao grande número de informações que são disponibilizadas ao estar com algum tipo de conexão principalmente quando vem em forma de dados pessoais e os mesmos saem do controle da exposição de seu titular por não ter as proteções corretas e ao aderir a tamanhas informações nas redes sociais e principalmente nos sites de relacionamento os quais disponibilizam dos dados de seus usuários e os mesmos são compartilhados e na maioria das vezes ficam expostos a outros usuários da mesma rede. Outro fator que facilita a essa exposição cibernética é que a maioria dos usuários desses tipos de sites e aplicativos não tem consciência dos tipos de conteúdos que estão compartilhando e não procuram um meio seguro para proteger seus dados. Atualmente os sistemas de segurança tem se transformado ficando cada vez mais eficiente, mas a forma como é recolhido às informações pessoais de um internauta para abrir uma conta em qualquer programa no qual são colocados seus dados ainda os deixam sensível a certos ataques desestabilizando seu sistema de segurança e não bloqueando algum site malicioso que estão sempre predispostos a tirar a tranquilidade de seus usuários com um simples clique. Muitos empresas e sistemas que tem programas bem elaborados e cautelosos já sofreram ataques em suas informações e não estão livres de serem alvos novamente de pessoas e sites maliciosos.

Palavras-chave: Dados; Internet; Ataques; Redes Sociais; Exposição; Sistema de Informação.

ABSTRACT:

With the advancement of technologies and with the world increasingly focused on communication and obtaining information, it is possible to verify that at every moment, there is someone connected to the internet, on social networks, doing some kind of research, buying selling or talking on some websites. of relationships with people who are even on the other side of the world. With so much availability and applications that influence people to connect, life

has become more practical and faster and information is received with a simple access on the internet, but along with the practicality and the optimism of new opportunities arise unprecedented problems that occur due to the large number of information that is made available when having some type of connection, especially when it comes in the form of personal data and it goes out of control of the exposure of its holder for not having the correct protections and when adhering to such information on social networks and mainly on relationship sites which make their users' data available and they are shared and most of the time they are exposed to other users on the same network. Another factor that facilitates this cyber exposure is that most users of these types of websites and apps are not aware of the types of content they are sharing and are not looking for a secure way to protect their data. Currently, security systems have been transformed, becoming increasingly efficient, but the way in which an internet user's personal information is collected to open an account in any program in which their data is placed still makes them sensitive to certain attacks destabilizing their system of security and not blocking some malicious website that are always predisposed to take the peace of mind of their users with a simple click. Many companies and systems that have well-designed and cautious programs have already suffered attacks on their information and are not free from being targeted again by malicious people and websites.

Keywords: Data; Internet; Attacks; Social Networks; Exposure; Information System.

1. Introdução

O mundo teve avanços significativos no seu cotidiano com o uso das tecnologias e comunicações principalmente no que se referem à internet, as informações tem chegado instantaneamente ao visor das telas de computadores, telefones móveis e outros dispositivos que dispõem da facilidade de obter conexão com a mesma, a todo o momento e comprovado que existe milhares de pessoas com algum tipo de conexão virtual ou realizando algum tipo pesquisas como compras, vendas, ouvindo áudios, visualizando vídeos, trocando mensagens por alguma rede social as quais são os meios de comunicação mais rápidos do mundo ou ate mesmo em sites de relacionamentos onde muitas informações são obtidas com uma simples pesquisa e elas favorecem e facilitam a vida do ser humano.

Mediante tanta disponibilidade ficou muito mais pratico solucionar problemas que levariam dias, ou até meses a serem resolvidos se não dispuséssemos dos benefícios da internet, mas juntamente com todas as inovações que o uso das tecnologias trouxe também vieram alguns tipos de violações que deixa o consumidor desse produto vulnerável, pois nem sempre existe proteção aos dados dos usuários principalmente quando eles se sentem motivados e confiantes no uso de alguns aplicativos demasiadamente, logo por terem a sensação de segurança e estarem em contatos com amigos, grupos de pessoas para a troca de interesses e informações faz com que os mesmos disponibilizem dos seus dados pessoais e é nesse momento que as pessoas maliciosas que tem interesses em obter informações pessoais do usuário incauto entram em ação solicitando ou lançando algum tipo de isca falsa se passando por órgãos confiáveis coletando os dados e informações pessoais dos mesmos.

Considerando que os dados pessoais das pessoas devem ser restritos a pessoa tanto física como jurídica, e que os crimes cibernéticos têm aumentado de forma exponencial com invasão aos bancos de dados dos sistemas de informação de muitas empresas, bancos, ações governamentais e outros setores que seja possível coletar esse tipo de informação, as quais sempre tem cunho criminoso para realizar golpes e com o interesse de expor as pessoas a situações de riscos como as de danos financeiros ou morais, para tanto esse trabalho de conclusão de curso esta sendo realizado com a função de investigar como alguns dos principais golpes ocorrem, verificando como podemos nos proteger para não correr risco de sermos atacados por esses crimes o método de pesquisa será bibliográfico e dedutivo procurando identificar situações de vulnerabilidade de risco que a pessoa esta predisposta ao acessar a internet, será realizada analises em artigos científicos, livros e bibliografias que abordem assuntos sobre o tema a ser trabalhado.

2. Desenvolvimento

Manter-se informado é um dos principais fatores para o desenvolvimento de qualquer setor, ou empresa não importando o segmento que ela tenha de atuação. Toda a organização visa melhorar o desenvolvimento de seus produtos fazendo pesquisas para que sua equipe tome decisões e melhorem seus objetivos, desempenho e qualidade buscando nas

tecnologias as informações necessárias para ampliar seus conhecimentos. Atualmente a maioria se não todas as empresas fazem uso das tecnologias e uma das principais é a informatização, o ciclo de contatos tem sido por meio de redes e a internet é o principal instrumento de trabalho, pois nela é possível além de vincular trabalhos como compras vendas, podem fazer tomadas de preços, análises de qualidades de produtos e muitos outros fatores que atentam para melhorar seu desempenho no mercado.

Além de buscar melhorar o desenvolvimento do mercado de trabalho a internet está sendo disparadamente o principal meio de entretenimento entre as pessoas principalmente pelos adolescentes e jovens, pois ela apresenta todo o suporte necessário para prender a atenção do seu usuário, a grande maioria dos habitantes da terra tem meios para estar em conexão com algum aplicativo da internet, pois ela é possível de ser acessada em qualquer local por meio de celulares moveis notebooks e outros aplicativos que alcance alguma conexão, mas essas conexões têm deixado rastros de insegurança em alguns usuários, pois ao estar conectados e integrados, por meio de redes onde nelas são dispostas muitas informações a pessoa fica vulnerável e sujeita a ameaças que podem vir pela falta de segurança e exposição nos aplicativos em que elas estão conectadas.

Com o aumento dos usuários do mundo digital os ataques aos dados dos internautas obtiveram um crescimento considerável e as ações dos criminosos têm sido mais frequentes alguns fatores que contribuem para que ocorram esses ataques são os momentos de dificuldades que os usuários têm passado períodos de pandemia aspectos políticos, econômicos e financeiros que ultrapassam as crises, vulnerabilidade nas políticas de segurança e os controles fracos ao autenticar os acessos dos internautas e o número de ataques cibernéticos, *malware* e *phising* entre outras ações que facilitam para que os criminosos tornem mais frequentes esses tipos de crimes os quais geralmente são direcionados as pessoas com pouco conhecimento sobre segurança da informação onde passam a serem alvos de fácil acessibilidade.

Os benefícios que a internet trouxe tantos nos aspectos políticos e desenvolvimento econômico e social são inegáveis e ela pode ser usada tanto para o bem ou para fins questionáveis de acordo com (Knight, p.99), o grande desafio com relação à segurança na internet é que ocorrem mudanças que é difícil de acompanhar devido à velocidade que ela desenvolve.

Nem sempre as vitimas que são alvos dos ataques dos criminosos da internet são as pessoas físicas na grande maioria eles preferem os bancos de dados que contenham informações valiosas e na maioria das vezes os ataques ocorrem em empresas, bancos, ações governamentais, pois esses ambientes virtuais contem muitos dados confidenciais armazenados e se a segurança não for bem protegida os criminosos tem acesso aos dados e assumem os controles do sistema e essa ação passa despercebida. *Cabral e Caprino ressaltam sobre implementar controles:*

Não adianta implementar controles e tentar resolver todos os problemas, pois eles são tão numerosos que precisamos buscar formas de priorizá-los. Além disso, o contexto muda o tempo todo: os ataques populares

hoje são triviais amanhã, as tecnologias mudam de forma constante e a doutrina de entrega é ágil faz com que iniciativas se tornem obsoletas antes mesmo de sua conclusão (Cabral e Caprino 2015, p. 40)

Mesmo que sejam desenvolvidos sistemas de informação que protejam os dados com grande segurança não é possível garantir que vai estar controlado os riscos de ataques aos usuários dos meios virtuais, pois é visível que os criminosos têm uma sabedoria e conhecimento inigualável nos quais eles conseguem invadir contas privadas deixando os usuários sempre a deriva de seus crimes, a forma como eles criam perfis falsos roubam a identidade de outras pessoas são difíceis de ser detectadas e como consequência muitas vezes impossível de serem identificados os responsáveis por tal ação.

2.1. Vulnerabilidade nas Redes Sociais e Aplicativos de Mensagens

Atualmente os aplicativos de comunicação virtuais mais utilizados são as redes sociais o uso desses aplicativos de mensagem transformou o dia-a-dia das pessoas, pois a comunicação e a interação entre os usuários ocorrem em milésimos de segundo, admite-se que a todo instante no mundo existem milhares de pessoas utilizando algum tipo de aplicativo, ou por redes sociais ou por mensagens, esses aplicativos possibilitam que o usuário tenha comunicação com pessoas com uma distância do outro lado do mundo em tempo real, e por meio delas os usuários conseguem fazer muitas trocas de informações, desde uma conversa com um parente ou amigo que está distante e até grandes negócios dos quais são prioridades das empresas que também utilizam desses recursos como forma de trabalho.

Os principais aplicativos de mensagens utilizados são o facebook, whatsapp, instagran entre outros, os quais chegam a ter um número expressivo de perfis ativos, logo esses acessos recorrentes chamam a atenção das empresas e dos usuários malicioso que sempre tem um fundo de interesse devido o grande número de dados confidenciais que são armazenados em um simples acesso, pois eles geram dados de endereços eletrônicos, e-mails, senhas, localização os quais são armazenados sem autorização do usuário.

Sempre que utilizamos esses aplicativos estamos com vulnerabilidade aos nossos dados eles de uma forma ou de outra nos solicitam login para o seu acesso e por meio dele a maioria utiliza senhas que são fracas, como o seu CPF, RG, números de telefone que são números fáceis de decorar, mas não protegem os usuários e as pessoas que não estão bem intencionadas estão a todo instante aguardando um momento de distração para apropriar-se dos dados onde eles conseguem seus alvos apresentando anúncios os quais contem conteúdos com temas muito atrativos e com um simples clique apropriam-se dos dados em um momento de desatenção dos usuários.

Moraes reforça sobre as senhas escolhidas para acesso as redes sociais, dizendo que:

o uso de senhas fracas tem sido considerado um alto fator de risco para os usuários, visto que problemas graves podem ocorrer". "Da mesma forma que as redes sociais podem ser usadas para divulgação de conteúdo

útil, ela também tem sido usada por criminosos, que induzem os usuários a clicarem em links e efetuar download de malware”. Quando isso ocorre, vários arquivos do computador podem ser prejudicados e até mesmo roubados, colocando em risco o usuário que pode ter informações bancárias e pessoas compartilhadas sem autorização com pessoas malintencionadas. Algumas ações podem ser tomadas para evitar armadilhas nas redes sociais, (Moraes 2011, p. 139)

Para diminuir os riscos que esses aplicativos nos deixam expostos sempre que pudermos devemos fazer trocas de nossas senhas, optar por privacidade deixando as visualizações sempre direcionadas aos amigos e não públicas, não clicar em todos os anúncios que aparecem na tela do seu computador para que o número de acessos que realizamos durante o dia não contribua com essas tentativas de roubarem nossos dados, pois um simples descuido é o ponto chave para que tenhamos um grande problema.

Além dos problemas dos roubos dos nossos dados que podem ocorrer com a exposição nas redes sociais site de relacionamento e aplicativos de mensagens temos que ter muito cuidado com as imagens, opiniões e tipos de textos que postamos, pois por meio dessas publicações também ocorre muitas ofensas que pelas leis são consideradas criminosas, e a divulgação de certos textos e imagens podem humilhar ou constranger as pessoas e algumas vezes essas publicações são uma simples brincadeira, mas pode gerar graves consequências para o usuário desses aplicativos.

2.2. Principais Crimes ou Golpes Ciberneicos da Internet

Muitos são os crimes cibernéticos que ocorrem na internet, porém os que se tornaram mais frequentes e fáceis de atrair vítimas são: Phishing, Golpe do cartão de crédito ou boleto bancário, Mobile Malware, Golpes no whatsapp, golpe do pix entre outros.

O Phishing é o crime virtual mais praticado na internet nessa pratica os criminosos usam como tática principal enviar e-mails para pessoas ou empresas criando endereços de remetentes como se fossem clientes ou bancos sem que pareçam suspeitos nesses casos à pessoa ou empresa deve estar muito atenta, pois normalmente eles enviam e-mails que solicitam dados pessoais e esse é um indicio que o e-mail é malicioso, pois empresa legitima e bancos não solicitam dados pessoais por esses tipos de comunicação, outra forma de saber que estamos sofrendo algum tipo de *phishing* é quando os e-mails vêm com tons de ameaças ou de urgências quando no conteúdo vem assuntos como sua conta foi suspensa ou que sua conta foi acessada sem autorização solicitando que você faça login outra vez para sua conta ser desbloqueada é necessário verificar e duvidar quando receber esse tipo de mensagem, pois eles apresentam remetentes aparentemente verdadeiros, pois esses e-mails contem na sua maioria anexos maliciosos que tem o intuito de roubar os dados, se não estiver esperando esses tipos de e-mail duvide e não abram os anexos recebidos.

Já no golpe do cartão de credito ou boletos bancários os criminosos atuam na maioria das vezes como vendedores e cuidam quando o cliente insere sua senha nas maquininhas

de compras, fazem troca do cartão do cliente devolvendo um cartão muito parecido para a pessoa e fazem compras utilizando os dados do cartão sem que a pessoa desconfie sendo essa só uma das maneiras que esse golpe é aplicado, no boleto bancário eles geram falsos boletos de um local onde o cliente costuma fazer algumas compras e trocam os códigos de barras e logo os valores pagos cai nas contas bancárias dos criminosos.

Mobile Malware nesse tipo de golpe é lançado um tipo de vírus pelos hackers, que se instala nos computadores ou celulares das vítimas e esses vírus roubam todas as informações pessoais do usuário, inclusive dados bancários e senhas.

Quanto ao whatsapp um dos aplicativos mais utilizados, são várias as formas que são aplicados os golpes, neles os farsantes roubam ou clonam as contas de alguns usuários e passam por eles criam contas *fake* com a foto do usuário porém com o número diferente para solicitar dinheiro das vítimas geralmente dos familiares e amigos sempre causando uma situação de extrema necessidade solicitando dinheiro para pagar alguma conta e boletos.

Golpe do Pix outro golpe que virou moda, nesses golpes os criminosos enviam SMS avisando que fizeram um pix por engano na conta da pessoa e solicitam a devolução e a pessoa vai averiguar e realmente existe o pix porém com agendamento para uma data futura e a pessoa faz a devolução sendo que o valor no dia que esta agendado é cancelado e a pessoa acaba perdendo todo o valor por ter realizado a devolução do Pix, em outros casos passam por instituições financeiras para solicitar um suposto cadastro da chave pix em sites falsos.

São muitas as formas que os criminosos utilizam para roubar os dados pessoais das pessoas é necessário estar atentos para não cair em um desses ataques, para evitar esse tipo de constrangimentos evitem abrir links compartilhados pelo whatsapp, prestem atenção quando as ofertas são atrativas demais, não abrir e-mails e arquivos desconhecidos, duvidar quando forem promovidos depósitos em suas contas sem a sua solicitação, sempre que tentarem passar algum golpe como sequestro ou solicitação de dinheiro de pessoas próximas verifiquem se realmente é a pessoa que esta por traz da solicitação entre outros cuidados que podem ser realizados para evitar ser lesionado por esses crimes cibernéticos.

2.3. Principais Causas e Períodos dos Ataques aos Dados na Internet

Muitas são as causas a ataques aos dados na internet e esses ataques sempre têm um cunho criminoso com o intuito de usurpar indevidamente as contas pessoais de uma pessoa, ou de uma empresa invadindo os sistemas de seguranças e banco de dados das mesmas, esses ataques tem certa vulnerabilidade maior em alguns períodos do ano e isso ocorre quando aumenta a oferta de produtos nos sites de vendas, por exemplo, quando as compras pela internet tem um número maior de procura, como ocorre no período do natal, pascoa, datas comemorativas como dia dos pais, dia das mães entre outras onde a propaganda é bem atrativa causando um número representativo de compras e usos de cartões de créditos.

A facilidade de acessar sites de compras e vendas é tão disponibilizada que basta entrar em uma rede social como facebook, instagran e outros aplicativos para visualizar milhares de propagandas e links ofertando produtos com valores bem apelativos e que na maioria das vezes são falsos, basta clicar em um deles para verificar que o valor é muito inferior ao

que pode ser adquirido em um site confiável, o risco de uma pessoa ser lesada por esses links é muito grande às vezes por a pessoa pensar estar num site confiável e querer muito o produto ofertado não faz a checagem correta para ver se realmente a oferta existe e digitam seus dados pessoais, endereços, localização e o pior deles dados e senhas bancarias ficando a mercê dos criminosos que estão sempre aguardando a pessoa que ele possa lesionar.

CASSANTI, 2014, apud Guisso Leonardo ressaltam sobre as compras na internet:

Muitos são os atrativos em fazer compras pela Internet. Em apenas alguns minutos é possível pesquisar sobre produtos, comparar preços e comprar itens de todas as categorias imagináveis, tudo isso sete dias por semana, 24 horas por dia e sem enfrentar filas. Este é um mercado que só cresce, tanto para consumidores quanto para golpistas, por isso é necessário ter alguns cuidados para fazer compras com segurança. Itens populares ou da moda são um grande atrativo e conseqüentemente são os mais utilizados pelos golpistas, por isso desconfie sempre de preços muito baixos e procure sempre pesquisar sobre a loja onde está comprando. (CASSANTI, 2014, apud GUISSO Leonardo).

É necessário estar sempre atentos quando fizer compras pela internet, pois sempre no meio dos anúncios poderá ter algum que é lançado como isca, para roubar os dados dos usuários, sempre procurar comprar em sites oficiais, desconfiar quando a oferta for muito atrativa, não colocar seus dados pessoais quando não tiver certeza que o local onde ele esta navegando é confiável.

Outro fator que trouxe muitas preocupações foi o período de pandemia do covid-19 o qual deixou muitas pessoas com o isolamento social ociosa e com necessidade de consumir e por estar em período que as compras presenciais ficaram mais limitadas o uso dos aplicativos para compras na internet teve um aumento considerável, a internet também não se limitou só as compras, mas para o trabalho, para o estudo e para a diversão, com o aumento de pessoas conectadas os criminosos ficaram atentos observando para aplicar novos golpes principalmente às vítimas com menos experiências nos aplicativos. Nesse período está ocorrendo também muitos trabalhos remotos onde o tempo de contato com a internet nas casas teve um crescimento exagerado e a implementação dos trabalhos em Home Office ainda não esta com o preparo adequado e a segurança desses tipos de trabalhos ainda deixa muito a desejar, pois não tem a proteção desejada pelos usuários.

2.4. Liberdade de Expressão na Internet

Mesmo sabendo que as pessoas que estão navegando na internet e nas redes sociais não tem contato físico entre si em sua grande maioria, é necessário que ocorra certa limitação em suas postagens para não ultrapassar os seus limites com sua liberdade de expressão, por não conhecer muitas vezes a pessoa que esta vendo ou ouvindo a postagem de um internauta, ela fica encorajada a compartilhar tudo o que ela pensa em alguns casos esses usuários ultrapassam os seus direitos de expressão publicando temas preconceituosos, intolerantes

que discriminam algumas classes sociais, fazem discursos que imperam o racismo, denigrem imagens de políticos fazem discursos voltados ao ódio, lesionando a dignidade humana.

Nem sempre os direitos fundamentais são absolutos, porém quando outra pessoa se sentir ameaçada sentindo que seus direitos estão sendo violados é preciso estabelecer uma limitação à manifestação livre dos pensamentos porque esses discursos racistas e de ódio podem resultar na aplicação normas civil e penal.

Segundo a teoria de Michel Foucault a manifestação de pensamentos deve ser ponderada diante a sociedade:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 1996, p. 09):

As pessoas que compartilham certos discursos que incitam o ódio tem por concepção que tudo lhes é permitido que podem expressar sempre suas ideias em qualquer situação e seus discursos contradizem a teoria do filosofo e também os princípios e direitos fundamentais que a pessoa tem, porém quando falamos das redes sociais sabemos que estamos utilizando de ferramentas que nos permitem compartilhar vários temas e esses temas vai abrir um leque de manifestações de pensamentos sobre o que está publicando, logo vai acontecer que teremos discursos favoráveis e contra nem sempre encontraremos pessoas com ideias semelhantes, na grande maioria pode divergir dando outro sentido ao explanarem suas opiniões.

Cardoso; Zago; Silva (2018): salienta:

[...] tendo em vista as facilidades que a tecnologia proporciona através da internet, bem como pelo desenvolvimento econômico e políticas de inclusão social, possibilitou que a tecnologia chegasse a grande parte da população. Assim, as redes sociais são hoje, um dos meios mais rápidos e eficaz de se espalhar ideologias e posicionamentos de determinados grupos sociais sobre outros e, que, se inserem muitas vezes como dominantes em suas condutas.

Portanto deve se ter concepção que nem tudo é possível de ser postado e compartilhado mesmo que não estejamos vendo ou interagindo com o internauta que está visualizando nossas publicações porque podemos estar cometendo algum tipo de delito, ofendendo, denegrindo a imagem, discriminando e incitando o ódio contra pessoas embora a sensação de impunidade aconteça por esses tipos de crimes ocorrerem por meio virtual proporcionando maior sensação de liberdade à pessoa que promove o delito, pois hoje já é possível pelo jurídico brasileiro tomar as providencias cabíveis para sanar os discursos de ódio do meio virtual, os quais também não deixam de serem ataques que ocorrem pela internet se a pessoa sentir que está sendo ameaçada.

3. Conclusão

Ao finalizar nosso trabalho concluímos que a internet trouxe muitos benefícios aos seus usuários, pois ela facilita a vida das pessoas e é possível de ser acessada nas mais distintas classes sociais e formas devido aos mais variados aparelhos em que se e possível conecta-la, também possibilitou que todas as faixas de idades crianças, adolescentes, jovens, adultos e até muitos idosos pudesse interagir mediante os aplicativos da internet, ela também quebrou muitos tabus nos últimos tempos, nela é possível realizar compras, vendas, pesquisas e tomadas de preços e também tem incentivado muito a educação principalmente no período de pandemia onde as aulas em sua grande maioria foram realizadas em plataformas de estudos, trabalhos realizados em *home office* os quais as empresas não foram obrigadas a ficarem totalmente fechadas sem acessos nesses períodos graças às atividades poderem ser realizadas nessas estruturas a distancia.

Tanta inclusão digital fez com que a internet crescesse o seu número de acessos exponencialmente e juntamente com toda a facilidade dos usuários aos aplicativos despertou o interesse dos criminosos incentivando-os a desenvolverem crimes cibernéticos surpreendentes lançando iscas para atingir os dados pessoais dessas pessoas. Também foi evidenciado que os aplicativos mais utilizados pelos internautas são os de mensagem e sites de relacionamento os quais são os mais visados pelos criminosos, pois nesses aplicativos as pessoas incautas estão sempre mais vulneráveis e na maioria das vezes não conhecem os perigos que estão correndo em exporem seus dados nesses aplicativos.

O número de acessos da internet no período da pandemia também foi um dos fatores que levou o aumento da exposição dos dados dos internautas o número de conexões nesse em todos os aspectos cresceu aos olhos dos criminosos, pois nesse período além das pessoas estarem ociosas necessitando de distração teve um elevado crescimento nas compras e vendas pelos sites por não poderem realizar compras pessoalmente a internet virou uma válvula de escape e distração.

Para que esses crimes tenham um menor número de incidências são necessários alguns tipos de proteção como: não fornecer senhas nem dados pessoais CPF, RG números de telefones, não clicar em propagandas e anúncios que tenha alguma característica duvidosa evitar abrir e-mails que tragam assuntos de premiações ou que solicitem dados bancários e ficar sempre atentos porque no menor descuido e possível que um criminoso se apodere dos dados causando muitas complicações para o usuário.

Evidenciou-se também que é necessário que as pessoas que usam da internet tenham cuidado ao realizar seus discursos e exporem suas ideias nas redes sociais e nos textos publicados nesses aplicativos, porque muitas vezes os comentários realizados podem imperar discursos de ódio, preconceitos, racismos apologias às ideologias de gênero que podem denegrir a imagem de outras pessoas, mesmo não tendo contato com a pessoa que esta do outro lado da tela de seu computador se ele se sentir lesada por suas publicações os atos podem ser considerados criminosos e também são crimes tão graves quanto aos roubos dos dados.

Os crimes realizados na internet não são de agora desde o tempo do começo da inclusão digital eles ocorrem, porém a cada dia notamos o quanto os criminosos estão capacitados as tecnologias evoluem, são criados novos tipos de proteção e os criminosos estão sempre à frente surpreendendo os responsáveis de proteger os dados e ataques que ocorrem na internet. Tantos ataques a dados pela internet têm causado prejuízos consideráveis na vida dos internautas e a cada dia ele é inovado e sempre o intuito é tirar algum proveito e lesar aqueles que estão desatentos por isso à importância de combater esses fraudadores com um sistema de segurança da informação capacitado antes mesmo de que eles possam trazer prejuízos para a sociedade em geral.

Referencias

ABREU, Leandro Farias dos Santos. **A Segurança da Informação nas Redes Sociais**. Faculdade de tecnologia de São Paulo Monografia submetida como exigência parcial para a obtenção do Grau de Tecnólogo em Processamento de Dados Orientador: Professor Mestre Gabriel Issa Jabra Shammam São Paulo 2011 Acesso 28 de fevereiro 2022.

BRUM, Leticia da Silva. **A proteção jurídica de dados pessoais na internet: análise comparada do tratamento jurídico do tema na União Europeia e no Brasil**. The juridical protection off personal data on internet: comparative analysis off the theme's juridical treatment in the European Union and in Brazil. Acesso em 02 de fevereiro de 2022.

CARDOSO, Sarah Correa; ZAGO, Camila; SILVA, Bianca Vieira da. **Dignidade da pessoa humana face o abuso da liberdade de expressão e suas limitações**. Jus Navigandi. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71639/discorso-de-odionas-redes-sociais/1>. Acesso em: 16 de janeiro 2022.

CABRAL, Carlos; CAPRINO, William. **Trilhas em Segurança da Informação: Caminhos e ideias para a proteção de dados**. Rio de Janeiro: Brasport, 2015. Acesso em 17de janeiro de 2022.

CASSANTI, Moisés de Oliveira. **Crimes virtuais, vítimas reais**. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. Disponível em: <<https://play.google.com/books/reader?printsec=> Acesso em: 20 janeiro. 2022.

CHAGAS, Carolina. **Túnel do tempo (cronologia da Internet no Brasil)**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/>. Acesso em: 06 janeiro 2022.

CHERRY, Denny. Tradução de Christiane Leonor Simyss Moreira. **Fundamentos da privacidade digital: Ferramentas para proteger suas informações pessoais e sua identidade na internet**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Disponível em: <<https://play.google.com/books/reader?id=hFkaBQAAQBAJ&printsec=frontcover&out> Acesso em: 16 janeiro 2022

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. Acesso em 18 de janeiro 2022

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 40 p. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Acesso 18 de janeiro 2022

GUISSO, Leonardo. **Segurança digital: avaliação do nível de conhecimento da população sobre os riscos de segurança atrelados ao uso da internet na região de Bento Gonçalves**, 2017 Universidade de Caxias do Sul Acesso 15 de janeiro de 2022.

GOMES Marcelo Rodrigues. **A formação profissional de TI no âmbito da segurança da informação: estudo de caso em Instituições de ensino superior de Santa Catarina Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação**. Professor Orientador: Hamilcar Boing Dr. Florianópolis - Sc novembro/2017 Acesso 19 de fevereiro de 2022.

KNIGHT, Peter T. **A internet no Brasil: origens, estratégia, desenvolvimento e governança**. Minnesota: Author House, 2014 Acesso 21 de fevereiro 2022.

OLMOS, Olívia Martins de Quadros. **Liberdade de expressão x discurso de ódio: abordagem a partir das redes sociais**. 2016. Disponível em: <http://direitoeti.com.br/artigos/liberdade-de-expressao-x-discurso-de-odioa-bordagem-a-partirdas-redes-sociais/> Acesso em: 12 de outubro de 2019. Acesso em 01 de fevereiro 2022

RAMINELLI, Francieli Puntel, Letícia Bodanese Rodegheri** **A proteção de dados pessoais na internet no Brasil: análise de decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal protection of personal data on internet in brazil: analysis of the supreme court judgements** . Acesso em 24 de fevereiro de 2022

SILVA, Rosane Leal da *et al.* **Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira.** Rev. Direito GV, São Paulo , v. 7, n. 2, p. 445-468, Dec. 2011. Acesso em 02 de fevereiro 2022.

SOUZA, Karlla; CUNHA, Mônica Ximenes Carneiro da. **Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura.** Educação, Psicologia e Interfaces, v. 3, n.3, p. 204- 217, 2019. DOI: <https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v3i3.156> acesso dia 18 de fevereiro de 2022.

<https://blog.idwall.co/o-que-e-vazamento-de-dados-e-como-acontece> acesso dia 04/02/22.

https://www.tjsc.jus.br/web/asset_publisher > acesso dia 05/01/2022.

<https://cryptoid.com.br/identidade-digital-destaques/crescimento-de-crimes-ciberneticos-na-pandemia-como-nao-ser-uma-vitima/>acesso dia 06/02/2022.

<https://superdigital.com.br/blog/categorias/como-funciona/megavazamento-de-dados-como-saber-se-fui-atingido> acesso dia 28/02/2022.

<https://jus.com.br/artigos/96349/o-fornecimento-e-uso-de-dados-de-monitoramento-eletronico-para-fins-de-investigacao-criminal-dependem-de-ordem-judicial/>acessodia 26/02/2022.

<https://revistapesquisa.fapesp.br/vulnerabilidades-na-internet/>acesso dia 24/02/2022.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DOS EPIS (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL): Dificuldades e perspectivas atuais

Thais Oliveira Barbosa Acosta Daitschman
Discente do curso de Engenharia de Segurança do Trabalho.

RESUMO:

Desde o início da industrialização até os dias atuais, verifica-se a questão do trabalho humano relacionado com a sua segurança. Assim, este artigo propõe-se a revisar bibliograficamente conceitos acerca da importância da utilização do Equipamento de Proteção Individual (EPI) nos mais diversos setores da sociedade, observando especialmente causas e consequências da negligência em relação a esse uso. Para tanto será feita uma abordagem histórica do tema, bem como definição de conceitos e situações atuais, baseando-se em materiais didáticos de ensino técnico e superior e em artigos acadêmicos no assunto. Portanto, a pesquisa pode ser definida como de caráter qualitativo e descritivo. Espera-se servir para a conscientização com base nos dados apresentados.

Palavras-chave: Equipamentos de Proteção Individual; Segurança no trabalho; Pandemia.

ABSTRACT:

From the beginning of industrialization to the present day, the issue of human labor related to its security has been verified. Thus, this article proposes to review bibliographically concepts about the importance of using Personal Protective Equipment (PPE) in the most diverse sectors of society, observing especially the causes and consequences of negligence in relation to this use. To this end, a historical approach to the theme will be made, as well as the definition of current concepts and situations, based on didactic materials of technical and higher education and on academic articles on the subject. Therefore, the research can be defined as qualitative and descriptive. It is expected to serve to raise awareness based on the data presented.

Keywords: Personal protective equipment; Work safety; Pandemics.

1. Introdução

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) configuram itens essenciais para preservação da vida humana no ambiente de trabalho. Assim, discutem-se os perigos da negligência, que é um problema infelizmente ainda corrente, quanto ao uso desses equipamentos tão fundamentais para a manutenção da saúde e da vida. A falta de instrução por parte de instituições e trabalhadores muitas vezes acarreta consequências das mais diversas ordens (humana, financeira, produtiva), o que pode ser facilmente evitado ao seguirem-se protocolos de segurança.

A título de exemplo, recentemente, com a pandemia de COVID-19 declarada pela OMS¹, volta ao centro das atenções a questão dos EPIs, pois essa emergência obriga a população a adotar um protocolo que determina o uso de máscara de segurança no dia a dia. Contudo, e já não de agora, muitas pessoas não dão a devida importância para isso, essencialmente por falta de instrução. Desse modo, é fundamental discutir os EPIs e verificar sua importância nos mais diversos setores da sociedade.

Com essa pesquisa, pretende-se discutir e analisar a situação dos EPIs na atualidade, voltando os olhares para os motivos que levam ao mau uso ou até à sua total negligência, de forma a apresentar conceitos que sirvam para estimular o uso adequado. Tais conceitos e discussões serão organizadas da seguinte maneira: revisão histórica, consequências da falta de uso, dificuldades e perspectivas atuais acerca dos EPIs.

Na primeira parte, por meio da revisão histórica, será discutida a questão dos EPIs em termos de origem, para investigar historicamente os motivos que levaram ao seu uso constante e também aos muitos casos de falta de uso. Com isso, podem-se entender as dificuldades e perspectivas atuais de segurança no trabalho, que serão abordadas no capítulo subsequente.

Assim, neste trabalho, pretende-se realizar investigação bibliográfica, tendo como objeto de estudo os EPIs, para então, com base nos dilemas e desafios encontrados, discutir soluções, de modo a ressignificar práticas no intuito de garantir a segurança de todos. Espera-se servir de material organizado acerca dos EPIs na atualidade recente.

2. O Equipamento de Proteção Individual: Perspectiva Histórica

Sob uma perspectiva histórica, pode-se dizer que os EPIs são tão antigos quanto a própria humanidade. Na pré-história, o ser humano já utilizava vestimentas para se proteger de climas extremos. Já na Idade Média, equipamentos de proteção mais complexos já eram produzidos para grandes quantidades de soldados, empregados e empregadas, o que

1 Linha do tempo interativa disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline>>. Acesso em: 18 nov. 2020

eventualmente culminou na Revolução Industrial, quando emerge a sociedade atual em termos de produção de EPIs voltadas para o trabalho seguro e produtivo.

Nesse sentido, cabe retomar os conceitos de Fordismo e Taylorismo. Henry Ford foi responsável por aumentar a possibilidade lucrativa das indústrias ao propor uma organização do trabalho em linha de montagem. Já Taylor buscou conceber meios para que a capacidade produtiva de homens e máquinas atingisse seu patamar máximo (SOUSA, 2021).

Apesar das vantagens econômicas de tais avanços dos meios de produção, o trabalhador por vezes se colocava em condições operacionais repetitivas, além de que sua segurança não era priorizada, tornando o ser humano autômato. Esse cenário foi inclusive satirizado no filme *Tempos Modernos* (1936), de Charles Chaplin, onde há a tentativa de automatizar as necessidades mais básicas do trabalhador, como comer e higienizar-se (Fig. 1).



Figura 1: Imagem do filme *Tempos Modernos*.

Fonte: *Tempos Modernos* (1936).

Assim, os altos índices de acidentes de trabalho nessa época de Revolução Industrial, que seguia uma lógica Fordista-Taylorista e que acarretaram em falta de mão de obra e perda de produtividade, culminaram no surgimento da segurança do trabalho (PONTELO e CRUZ, 2011). Trata-se de uma nova maneira de compreender a importância dos EPIs, que agora precisam ser incorporados na lógica da produtividade.

Nesse contexto e também sob uma ótica positivista, surge o conceito de ergonomia, que é uma ciência que busca uma integração harmoniosa entre o homem e o seu trabalho. Com ela, passou-se a de certa forma padronizar a segurança no trabalho, não de modo autômato, mas seguro e eficiente. Então, os Estados passam a adotar o papel de regulamentar essas relações para o bem-estar comum.

No Brasil, por exemplo, é justamente da década de 30 as primeiras regulamentações relacionadas ao trabalho. Contudo, só em 1978, com a Portaria de Nº 3.214, que são aprovadas as Normas Regulamentadoras, dentre as quais a NR- 6. Esta regulamenta o Equipamento de Proteção Individual – EPI, definido como “*todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho*” (BRASIL, 1978).

Desse modo, pode-se dizer que, no decorrer da história, os EPIs progrediram de uma mera busca por segurança individual para uma exigência no contexto trabalhista. Contudo, nos capítulos seguintes, será visto que muitas vezes isso ainda não se concretiza, chegando ao contexto atual de visão acerca dos EPIs.

3. Consequências da Falta de Uso

Ainda que a sociedade esteja cada vez mais preocupada em cuidar do trabalhador, é sabido que ainda ocorrem muitos casos de negligência a respeito do uso dos EPIs. Podem-se encontrar estudos que buscaram verificar qual as dimensões dessa negligência em diferentes aplicações das EPIs no Brasil, tais como em equipes de enfermagem (LIMA *et al.*, 2017), casos de queimaduras (MARTINS *et al.*, 2013), construção civil (RESENDE, 2019; MATOS, 2018), empresas e indústrias (ZWOLINSKI, 2017), entre outros.

Leitura e análise desses estudos apontam a situação de dificuldade no fornecimento de segurança de trabalho em contextos brasileiros, o que sugere que mesmo toda a regulamentação acerca do assunto não é suficiente para que se garanta o uso correto dos EPIs. Assim, mesmo que as empresas fabricantes de EPIs venham se aprimorando e buscando novos conceitos, com materiais mais leves, confortáveis, adaptados as condições do corpo humano, ainda presenciamos nos dias de hoje muitas empresas que empregam o recurso de utilização de materiais de má qualidade, comprometendo ainda mais o trabalhador e acarretando consequências perigosas.

É impossível imaginar linhas de produções pesadas sem o uso dele, então, como a própria literatura sugere, a falta de uso é uma problemática que exige atenção imediata. Segundo Peloso e Zandonadi (201-?), que investigaram as causas da resistência ao uso, “*o incômodo e falta de informação correta sobre o uso destes equipamentos pelos trabalhadores geram resistência ao uso durante a execução do trabalho, [...] não há nenhuma fiscalização*” (PELLOSO E ZANDONADI, 201-, p. 6).

Desse modo, o problema está na falta de familiaridade do empregador com o uso e os benefícios dos EPIs. Observa-se que o funcionário já vem compreendendo mais seu papel neste contexto, e o fato de utilizar EPIs somente para agradar o patrão ou, então, para não ser advertido, já ficou no passado. Geralmente, hoje em dia, os empregados não só exigem o fornecimento de EPIs, mas também cobram que estes sejam de qualidade, que tenham conforto, durabilidade e até tecnologia avançada. Deve-se entender que quando esses critérios não são atendidos, bem como quando não há fiscalização, põe-se em risco não só o trabalhador, mas a própria produtividade.

Portanto, conforme Almeida-Muradian (2000), os empregadores devem ter em mente que proteger a saúde e a integridade física de seus trabalhadores não deve ser visto como um evento oneroso, mas como uma atitude responsável e inteligente diante das enormes vantagens que o EPI traz, como o aumento da produtividade, menor custo quanto às horas pagas e não trabalhadas, menor rotatividade de mão de obra, e o não envolvimento com questões trabalhistas. Pode-se dizer que é preciso difundir informações para não precisar arcar com prejuízos humanos, financeiros e produtivos.

Tudo leva a crer que para evitar essas consequências, patrão e funcionário estão se ajustando, aos poucos, às novas exigências das normas e ao papel de cada um para o desempenho destas, mas que ainda falta uma maior divulgação de informações a respeito da importância dos EPIs. Por outro lado e somado a isso, a humanidade vive um momento delicado de pandemia em que a consciência acerca da segurança individual está em constante mudança, o que será abordado no próximo capítulo.

4. Dificuldades e Perspectivas Atuais Acerca dos EPIs

Conforme visto, muitos estudos buscam investigar quais os motivos que levam trabalhadores a não utilizarem os EPIs e colocarem a própria vida em risco. Na bibliografia pesquisada, tem-se que a falta de instrução e informação constitui o maior obstáculo para a plena utilização dos EPIs.

Porém, quando o trabalhador é instruído sobre a importância da utilização dos EPIs, este se coloca como agente de cobrança para que as normas de segurança sejam cumpridas. Conforme o psicólogo Maslow (1951), as necessidades de segurança constituem o segundo nível das necessidades humanas, estando apenas atrás das fisiológicas.



Figura 2: A pirâmide de Maslow.

Fonte: Periard (2018).

Nessa perspectiva, com a recente pandemia de Corona Vírus decretada pela Organização Mundial da Saúde, ficou evidente a necessidade humana de prezar pela segurança dos seus e pela sua própria. É muito interessante perceber a nunca antes vista troca de informações acerca de EPIs, mais precisamente aqueles que protegem o rosto – nariz e boca.

Em quase todo o país e no mundo, a população geral tem utilizado algum EPI de proteção facial diariamente, deixando evidente que para suprir suas necessidades sociais (Fig. 2) precisa claramente antes prezar pela sua segurança. Dados de renomadas universidades norte-americanas são divulgados constantemente e de certo modo divulgados pelos meios midiáticos, aumentando a conscientização sobre os EPIs. Abaixo, segue um exemplo de tabela informativa (Fig. 3) sobre a eficiência e a recomendação de uso das tão utilizadas máscaras de proteção:

Melhores e piores máscaras de proteção			
Tipo de cobertura	Eficiência em filtrar gotículas maiores	Eficiência em filtrar aerossóis	Recomendações de uso
 Máscara N95	99.9%	95%	Profissionais de saúde
 Máscara cirúrgica	98.5%	89.5%	Profissionais de saúde
 Máscara híbrida	96%	94%	Em público e locais fechados e/ ou lotados
 Máscara de algodão com duas camadas	99.5%	82%	Em público e locais fechados e/ ou lotados
 Máscara de pano	98%	72.5%	Áreas externas
 Máscara 100% algodão	97%	51%	Áreas externas
 Máscara de seda natural	56%	54%	Áreas externas
 Cachecóis ou bandanas	44%	49%	Somente como último recurso
 Máscara com válvula de ventilação	90%	90%	Nunca (não protege os outros)

Fontes: Democritus University of Thrace; Universidade Duke; Journal of Hospital Infection; Public Health England; Universidade de Chicago; Universidade de Illinois em Urbana-Champaign

Figura 3: Melhores e piores máscaras de proteção.

Fonte: Nogueira (2020).

Se antes se encontravam relatos (LIMA *et al.*) sobre a falta de utilização de EPIs no meio hospitalar, especialmente por equipes de enfermagem, hoje esta cobrança vem inclusive do paciente, que exige o uso de máscara por parte das equipes até para sua própria segurança. Os hospitais e estabelecimentos públicos de modo geral apresentam informações sobre o uso adequado do EPI, o que prova que a conscientização massiva resulta no seu uso generalizado.

Já segundo o manual disponibilizado no site do Ministério da Saúde sobre a segurança do trabalhador de saúde (BRASIL, 2020), *os seguintes itens são de caráter obrigatório em expediente de trabalho:*

- Gorro
- Óculos de proteção ou protetor facial²
- Máscara (cirúrgica ou máscara de proteção respiratória, conforme o procedimento)
- Avental impermeável de mangas longas
- Luvas de procedimento

Cabe mencionar que esses EPIs devem ser usados tanto no trato com pacientes de COVID-19 como com aqueles que apresentam outros problemas gripais ou de natureza viral. A literatura sugere que o desafio atual quanto ao uso do EPI está relacionado aos custos e ao seu uso racional, por conta de desabastecimento internacional e nacional (SOARES *et al.*, 2020), porém há uma consciência generalizada acerca da sua importância. De todo modo, tem-se a hipótese de que a pandemia há de fazer com que todos fiquem mais atentos à segurança individual, tanto no ambiente de trabalho como fora dele.

5. Metodologia

Este artigo organizou-se como uma revisão bibliográfica, por analisar conceitos e levantar dados com base na literatura. Buscou-se coletar estudos que tratassem das aplicações dos Equipamentos de Proteção Individual num contexto brasileiro. Foi utilizada pesquisa em plataformas digitais de artigos sobre assunto.

A finalidade dessa metodologia é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre determinado assunto, no caso sobre segurança do trabalho, mais precisamente sobre EPIs. Esta metodologia serve para análise de material publicado para fins de manipulação de suas informações na defesa de uma hipótese, podendo ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

2 Também conhecido como face shield (GARCIA *et al.*, 2020)

6. Conclusão

Ao pesquisar diferentes estudos sobre EPIs, evidenciou-se a preocupação em abordar a questão da falta de uso, suas causas e consequências para o trabalhador e para a sociedade. Assim, de forma a agregar a pesquisas nessa área, este trabalho buscou elucidar conceitos sobre os EPIs e trazer as dificuldades e perspectivas atuais acerca dos EPIs, com enfoque na questão da pandemia de COVID-19.

Numa abordagem histórica realizada, verificou-se que sempre fez parte do psicológico humano priorizar a própria segurança. Isso se manteve verdade na era pós-revolução industrial, desde quando passamos a perceber a importância dos EPIs para a segurança humana e a utilizarmos esses EPIs inclusive como forma de aumentar a produtividade. Contudo, essa transição para a atualidade ainda esteve cercada de falhas, as quais se observam nas eventuais notícias e principalmente na literatura da área de segurança do trabalho, que sugerem que a falta de informação é ainda o principal desafio a ser superado.

Por outro lado, já na análise do cenário atual, observou-se que acabamos por ficar mais atentos com relação a segurança individual, de modo que usar máscara de proteção tornou-se um hábito por assim dizer universal no dia a dia. Um olhar atento para o contexto hospitalar da pandemia sugere que há uma preocupação que vem sendo levada a sério por profissionais de saúde e principalmente pelos próprios pacientes, divulgando informações e cumprindo fiscalização. Esse fato sugere que a sociedade passará a entender a importância dos EPIs, cobrando de empregadores de modo mais geral a segurança para trabalhar.

Referências

- ALMEIDA-MURADIAN, L. Equipamentos de Biossegurança. In: **Manual de biossegurança**. São Paulo: FCF/USP, 2000.
- BRASIL, Ministério da Saúde. 2020. **Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais**. Disponível em: <<https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/16/01-recomendacoes-de-protexcao.pdf>>. Acesso em: 14 mar 2021.
- BRASIL, Ministério da Saúde. 2020. **Saúde e segurança do trabalhador (EPI)**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/saude-e-seguranca-do-trabalhador-epi>>. Acesso em: 14 mar 2021.
- BRITO, P., LIMA NETO, F., PEREIRA, H., COSTA, J., SILVA, F. **Biossegurança: a importância da utilização de equipamentos de proteção individual (epi) por equipes de enfermagem na redução de acidentes de trabalho em hospitais**. Revista Interdisciplinar de Ciências Médicas – Anais. Teresina, 2017.
- CARVALHO, A. **Segurança do trabalho: As consequências para o trabalhador, o empregador e a sociedade da não utilização dos equipamentos adequados de proteção individual**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- CISZ, C. **Conscientização do uso de EPIs, quanto à segurança pessoal e coletiva**. Curitiba: UTFP, 2015.
- GARCIA, G., FRACAROLLI, I., SANTOS, H. SOUZA, V., CENZI, C., MARZIALE, M. **Utilização de equipamentos de proteção individual para atendimento de pacientes com covid-19: revisão de escopo**. Rev Gaúcha Enferm. 2021;42(esp):e20200150. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200150>. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra%3Bjsessionid=9CF_A236F73433A3AA30822052EF011F8.proposicoesWebExterno1?codteor=309173&filenome=LegislacaoCitada+-INC+5298/2005
- LIMA, C., SANTANA, V. SILVA, S. **Uso do equipamento de proteção individual: abordando a dificuldade de adesão do profissional de enfermagem**. Temas em Saúde. Volume 17, Número 1, ISSN 2447-2131. João Pessoa, 2017
- MARTINS C., JACONDINO M., ANTONIOLLI L., BRAZ, D., BAZZAN, J., ECHEVARRÍA-GUANILO, M. **Equipamentos de proteção individual: a perspectiva de trabalhadores que sofreram queimaduras no trabalho**. Rev Enferm UFSM, 2013.
- MATOS, F. **Conscientização e orientação do uso de equipamentos de proteção individual (epi) na construção civil**. Patrocínio: Centro Universitário do Cerrado, 2018.
- NOGUEIRA, L. **Tabela indica as máscaras mais eficazes contra a Covid-19**. Olhar Digital: 2020. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2020/09/08/coronavirus/tabela-indica-as-mascaras-mais-eficazes-contr-a-covid-19-confira/>>. Acesso em: 14 mar 2021.
- PELLOSO, E., ZANDONADI, F. **Causas da Resistência ao Uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI)**. Disponível em: https://www.segurancaotrabalho.eng.br/artigos/art_epi_cv.pdf. Acesso em: 14 mar 2021.
- PERIARD, G. **A hierarquia de necessidades de Maslow – O que é e como funciona**. Ministério da Infraestrutura, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/gestao-estrategica/artigos-gestao-estrategica/a-hierarquia-de-necessidades-de-maslow>>. Acesso em 23 mar 2021.
- RESENDE, R. **A importância do equipamento de proteção individual (epi) na construção civil**. Lavras: Unilavras, 2019.
- SOARES, S., SOUZA N., SILVA, K; CÉSAR, M., SOUTO, J., LEITE, J. **Pandemia de Covid-19 e o uso racional de equipamentos de proteção individual**. Rev enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2020.
- SOUSA, Rainer Gonçalves. **Fordismo e Taylorismo**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/fordismo-taylorismo.htm>. Acesso em 09 de abril de 2021.
- TEMPOS MODERNOS. Charlie Chaplin. **Estados Unidos: United Artists, 1936**. 1 filme (87 min). Título original: Modern Times. Legendas em português.
- ZWOLINSKI, B. **Análise do uso de equipamento de proteção individual por trabalhadores em empresas de Curitiba e São José dos Pinhais**. Curitiba: UTFBR, 2017. PERFORMANCE DA ORGANIZAÇÃO: Qualidade de vida no trabalho e normas de segurança e saúde ocupacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

PERFORMANCE DA ORGANIZAÇÃO: Qualidade de Vida no Trabalho e Normas de Segurança e Saúde Ocupacional

Giorgio Friederich Andrade Souto Maior

Discente do curso de Direito Administrativo e Gestão Pública

RESUMO:

Como a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) poderia ser otimizada pela implementação de Normas de Segurança e Medicina do Trabalho e, ainda, como ela pode resultar na melhoria da performance organizacional. Considerando o ambiente extremamente competitivo e a velocidade das transformações, metodologias e tecnologias, o investimento no capital humano ganha importância na busca da Performance das Organizações. Um dos vetores à performance dos indivíduos e da empresa se assenta na implantação da QVT, que tem sido útil na persecução da produtividade do indivíduo e da equipe a partir da transformação do ambiente de trabalho e da adoção de medidas administrativas diferenciadas. Considerando isto, as Normas de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) também propõem a preservação do meio ambiente de trabalho, a redução dos riscos ocupacionais e a adoção de medidas de caráter coletivo e individual. Ainda, a implantação de normas de SST incluem a análise ergonômica do trabalho, regras de higiene, conforto, lazer e um programa de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce de doenças ocupacionais. O instrumental dirigido à valorização dos recursos humanos e à performance da organização pode beneficiar-se da QVT com o suporte das Normas Regulamentadoras de Medicina e Saúde Ocupacional.

Palavras-chave: Performance Organizacional; Qualidade de Vida no Trabalho; Segurança e Medicina Ocupacional.

ABSTRACT:

How Quality of Work Life (QWL) can be optimized by the implementation of Occupational Health and Safety Standards – in Brazil these standards are equivalent to the Regulatory Norms for Medicine and Occupational Safety – as well as how it can result in improving organizational performance is the focus of this study. Considering the extremely competitive market environment and the speed of its transformations, methodologies and technologies, investment in human capital gains importance in the search for improvements in the performance of its organizations. One of the vectors for the performance of individuals and the company is based on the implementation of Quality of Work Life, which has been useful in the pursuit of individual and team productivity for the transformation of the work environment and the adoption of differentiated administrative procedures. Considering this, the Occupational Health and Safety Standards also propose the preservation of the work environment, the reduction of occupational risks and the adoption of collective and individual measures. In addition, the

implementation of OHSAS includes ergonomic work analysis, hygiene rules, comfort, leisure and a program for prevention, screening and early diagnosis of occupational diseases. QWL with the support of the Regulatory Norms for Medicine and Occupational Safety can be helpful in valuing human resources and improving the performance of the organization.

Keywords: *Organizational Performance; Quality of Work Life; Occupational Health and Safety Standards.*

1. Introdução

O objetivo central do artigo é analisar a percepção da eficiência da organização empresarial (pública ou privada) a partir da implantação de normas de segurança e medicina no trabalho entendidas como importante fator coadjuvante na construção da QVT – Qualidade de Vida no Trabalho. Considerando o ambiente extremamente competitivo e a velocidade das transformações e tecnologias, o investimento no capital humano ganha relevo na busca da Performance nas Organizações. Examina-se como a QVT pode ser otimizada pela implementação de Normas de Segurança e Medicina do Trabalho e, ainda, como ela pode resultar na melhoria da performance organizacional.

Um dos vetores à performance dos indivíduos e da empresa se assenta, notadamente, na implantação da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), uma metodologia que tem sido largamente estudada, desenvolvida e utilizada na persecução da produtividade do indivíduo e da equipe a partir da transformação do ambiente de trabalho e da adoção de medidas administrativas diferenciadas.

Considerando o aprofundamento necessário à realização plena da QVT, atenta-se às Normas de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) como possível base de apoio. Isto porque tais normas propõem em seus dispositivos legais a preservação e o controle do meio ambiente de trabalho, a redução dos riscos ocupacionais e a adoção de medidas de caráter coletivo e individual. Ainda, a implantação de normas de SST incluem a análise ergonômica do trabalho, regras de higiene, conforto e lazer de forma geral – que alcança todas as atividades econômicas – e por setores de atividades, levando-se em conta atividades críticas, como o trabalho desenvolvido em espaços confinados, em condições hiperbáricas e serviços realizados em alturas.

Ainda no que concerne às normas de segurança e medicina ocupacional, existe a proposta de elaboração e implementação de um programa de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce de doenças ocupacionais. Nesse programa há um roteiro a ser seguido pela empresa e a abordagem estatística anual de exames clínicos e complementares dirigidos às pessoas da organização. Acredita-se que o instrumental dirigido à valorização dos recursos humanos e da performance da organização pode beneficiar-se da QVT aliada ao suporte oferecido pelas Normas Regulamentadoras de Medicina e Saúde Ocupacional.

Este estudo, adotou-se a perspectiva metodológica de uma revisão bibliográfica cotejando-se o apanhado na literatura científica existente com experiências profissionais obtidas em campo. Isto posto, a finalidade é resgatar de uma forma atualizada como as Normas Regulamentadoras de fato podem convergir como um bom vetor no desempenho positivo de uma dada organização. De toda forma, a metodologia de pesquisa confere um ponto distintivo ao estudo, tendo em conta que a ideia central, já abundante na literatura, é recortada sob a ótica de atuação profissional do autor como fiscal do trabalho.

2. Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e Performance Organizacional

2.1. Conceitos

A partir de conceitos básicos na teoria da gestão de recursos humanos, origina-se a discussão sobre motivação e QVT – Qualidade de Vida no Trabalho. Isto porque a matéria dirige-se a um conjunto de habilidades, métodos e práticas que visam o desenvolvimento e potencialização do capital humano de uma organização. Observe-se que a gestão de recursos humanos cuida também do gerenciamento dos comportamentos e do aproveitamento dos diferentes talentos e características encontradas no quadro de empregados, ou seja, das pessoas que desenvolvem as funções dentro da organização. Fato é que a QVT recebe apoio da Gestão de Recursos Humanos da organização para que seja realizada, constituindo importante vetor na performance da organização. Considera-se, para fins do presente estudo, tanto a organização empresarial pública quanto aquela da iniciativa privada. Adotaremos para fins desse trabalho o conceito oferecido por H. Franco, segundo o qual *“empresa é toda entidade constituída sob qualquer forma jurídica para exploração de uma atividade econômica, seja mercantil, industrial, agrícola ou de prestação de serviços”*.¹

Quanto à conceituação de QVT, sabido que não há consenso em vista do seu vasto espectro, destaca-se o entendimento de que constitui *“além de atos legislativos que protegem o trabalhador, o atendimento a necessidades e aspirações humanas, calcado na ideia de humanização do trabalho e na responsabilidade social da empresa”*.² Ainda segundo Fernandes, considera-se ampla a definição de que a QVT, *uma vez que se aperfeiçoa da seguinte forma:*

[...] aplicação concreta de uma filosofia humanista pela introdução de métodos participativos, visando modificar um ou vários aspectos do meio ambiente de trabalho, a fim de criar uma nova situação mais favorável à satisfação dos empregados e à produtividade da empresa.

Pontua-se que a falta de unanimidade na conceituação de QVT resulta de sua natureza – densa e complexa – à semelhança dos anseios humanos, englobando assim diversas matérias e servindo-se das grandes áreas da saúde, da ergonomia, da ecologia, da psicologia, da sociologia, da economia, da administração, da engenharia e do direito.

Contudo, para o empregado da organização, a psicologia informa que quanto mais evidente estiver para ele a importância de sua tarefa e como ela se conecta aos objetivos de sua área de atuação, mais sentido verá no seu trabalho, maior motivação será encontrada para o desempenho e a melhoria no exercício de suas atividades. O adágio reza que *“o trabalho dignifica o homem”*, e a abordagem que se percebe é que o trabalho deve dignificar o homem com a qualidade de vida no seu dia-a-dia de labor. Como consequência, a

1 FRANCO, H. Contabilidade Industrial. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

2 FERNANDES, Eda C. Qualidade de Vida no Trabalho. Salvador: Casa da Qualidade, 1996, p. 40.

organização torna-se mais digna, uma vez que o conceito tratado se inclui no contexto da Responsabilidade Social da empresa. *Nesse sentido, trazemos o entendimento assentado por Ana Cristina França:*

Entende-se que a qualidade de vida no trabalho inclui, de forma conjunta, o desenvolvimento da medicina ocupacional na organização como importante ferramenta com vistas a executar a prevenção, o rastreamento e o diagnóstico precoce de doenças ocupacionais com propósito de reduzir ao máximo sua ocorrência. Paralelamente, havemos de considerar a ação conjunta de implantação de melhorias, inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais dentro do ambiente laboral com objetivo de se evitar o acidente de trabalho. Nesse sentido, pode-se afirmar que a qualidade de vida no trabalho, em termos atuais, logrou um patamar operacional que inclui não apenas as ferramentas tecnológicas e administrativas tradicionais, mas a utilização comprometida das normas de segurança e saúde ocupacional de acordo com o que será discutido em capítulo adiante.

Contudo, os temas mais atuais consideram o estudo do poder e cultura organizacional, novas formas de organização do trabalho, práticas de envolvimento dos trabalhadores, comprometimento dos níveis gerenciais, ligação entre a estratégia organizacional e de recursos humanos e *qualidade de vida no trabalho*. De modo análogo, considera-se que as expectativas e atitudes em relação ao trabalho, para os indivíduos, transitam entre elementos como motivação, participação, liderança, comunicação, segurança, conflito, poder, influência, qualificação e produtividade. Portanto, a QVT é objeto de nosso enfoque para avaliar como pode ser otimizada pela implementação de Normas de Segurança e Medicina do Trabalho e, ainda, como pode resultar no refinamento da performance organizacional.

Para a correlação investigada nesse trabalho, assumimos para performance organizacional a conceituação clássica e amplamente difundida de *gestão do desempenho organizacional* ou *gestão da performance* (em inglês, Business Performance Management ou Corporate performance management), no sentido de que incluem atividades que garantam que os objetivos estejam constantemente sendo atendidos de forma eficaz e eficiente. De forma complementar, considera-se que a *gestão de desempenho* incida não apenas sobre a organização em si, mas sobre o desempenho de um departamento, de um funcionário ou até mesmo de processos para construir um produto ou serviço, bem como em diversas outras áreas possíveis para se adotar uma definição bastante ampla.

2.2. Evolução Histórica

Os apontamentos que remontam ao conceito de QVT resgatam grandes nomes da história situados entre 300 a 287 anos a.C., quando aplicados os princípios da geometria, por Euclides de Alexandria, melhorando o método de trabalho de agricultores às margens do famoso Nilo. Logo em seguida, trouxe Arquimedes a “*Lei das Alavancas*”, o que reduziu significativamente o esforço físico dos trabalhadores.³

³ Cf. BRITO, Cristiane da S.; FREITAS, Lúcia S de.; MATOS, Gilberto da S. Percepção da qualidade de vida no trabalho: uma análise sobre sua relação com a motivação. Disponível em: <<http://www.invenia.es/oai:dialnet.unirioja>>.

Surgem na década de 1950 as primeiras abordagens técnicas da organização do trabalho endentes ao levantamento da temática da qualidade de vida no trabalho. Na espécie, o intuito é tornar a tarefa menos dura para o indivíduo, reestruturando-a a partir do trí-nômio que relaciona indivíduo-trabalho-organização. Destaca-se nessa senda o Tavistock Institute, em Londres-UK. Resta claro que tal abordagem comporta motivos econômicos e de competitividade.

Na mesma década, tem-se notícia de que foram realizados estudos nos Estados Unidos com o fim de tornar o trabalho mais agradável a partir de uma linha de produção. Mas a busca pela promoção da QVT tomou mais impulso na década de 1960 quando surge o National Commission on Productivity e o National Center for Productivity and Quality of Working Life. Nessa linha, percebem-se os motivos econômicos empresariais com foco não apenas na produtividade e eficiência da organização, mas na promoção da própria QVT com vistas ao estímulo do consumo.

A partir da década de 1990, mais impulsionados por valores ambientais e humanísticos⁴, antes relegados a segundo plano em face do encilhamento tecnológico experimentado na fase inicial, a preocupação pela qualidade de vida no trabalho assumiu relevância de modo a não permitir imputar-lhe a roupagem de modismo apenas, mas passou de fato a ser encarada como um processo necessário e permanente, absorvido como tal pela liderança da organização e pelos seus atores em todos os níveis da hierarquia.

Fato é que hoje a busca, implementação e desenvolvimento da QVT – Qualidade de Vida no Trabalho – permanecem atuais e sempre representam objeto de aperfeiçoamento nas principais economias do mundo, situadas na Europa e na América do Norte. Nas mídias eletrônicas e nas redes sociais de grandes corporações, a qualidade de vida no trabalho é assunto em permanente evolução, ainda que não tratado de forma metodológica. A velocidade das mudanças traz necessidades inéditas como a expansão do trabalho remoto como segunda geração do *home office* com o fim de sobrepor-se a obstáculos, a exemplo da pandemia mundial experimentada nos últimos dias (no trato com a Covid-19). Considerando as suas origens, trajetória, seu estado atual e perspectivas futuras, a realização da QVT em torno da otimização organizacional constitui tema atual e de indiscutível relevância.

3. Normas de Segurança e Medicina Ocupacional, Impactos no Ambiente Laboral e na QVT

Inicialmente deve-se ter em conta que a QVT visa à intervenção no ambiente de trabalho, isto é crítico. O ambiente de trabalho é onde o ser humano se realiza em diversas possibilidades, passando grande parte de seu tempo, convivendo com as pessoas com as quais compartilha o mesmo espaço. O objetivo da QVT é intervir no meio ambiente de trabalho para

[es:ART0000128570](#)> Acesso em: jun. 2020.

4 RODRIGUES, M. V. C. Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

humanizá-lo, propiciando ao trabalhador o desenvolvimento não só de suas aspirações, mas de suas atividades com segurança, uma vez que vai precisar de saúde para adimplir à sua jornada, com a produção de estresse diminuída, se não controlada. Claramente, não se deseja um ambiente de trabalho arriscado ou indevidamente perigoso, ao contrário, o objetivo é sempre eliminar ou reduzir através do controle dos riscos inerentes a cada tipo de atividade e de ambiente no qual se desenvolve. Portanto, ainda que se cuide daquelas atividades gravadas com periculosidade e insalubridade, a QVT deve alcançar tais cenários. Isto posto, a seguir veremos alguns exemplos constatados de aplicação de normas de SST (Segurança e Saúde do Trabalho) também denominadas como Normas de Segurança e Medicina Ocupacional na interação do meio ambiente de modo a agregar valor prático na QVT.

3.1. Ergonomia

Visando à melhoria da qualidade de vida no trabalho, a adoção de normas de ergonomia, a exemplo da NR17, vem sendo adotada por organizações de todo o mundo. O incremento da ergonomia no meio ambiente de trabalho tem seus efeitos sentidos de imediato com a implementação das medidas prescritas na Norma Regulamentadora Nº17. *Referida NR-17 prevê:*

17.1 Esta Norma Regulamentadora visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

17.1.1 As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho.

17.1.2 Para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, cabe ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho, devendo a mesma abordar, no mínimo, as condições de trabalho, conforme estabelecido nesta Norma Regulamentadora.⁵

Nessa toada, a *ergonomia* tem sido definida como disciplina científica que trata da interação entre os seres humanos e a tecnologia de tal modo que há integração do conhecimento proveniente das ciências humanas. O objetivo primordial é adaptar as tarefas, os sistemas, os produtos e os ambientes tanto às habilidades quanto às limitações físicas e mentais das pessoas. De modo análogo, a segurança, a satisfação e o bem-estar dos trabalhadores no seu relacionamento com os sistemas produtivos podem ser considerados igualmente como objetivos da ergonomia.

5 Portaria MTP n.º 4.219, de 20 de dezembro de 2022.

Adiante haverá exposição do caso da NR-18, onde há previsão de construção e manutenção das áreas de vivência para os obreiros alojados que desenvolvem atividade na construção civil, demonstrando que a norma de segurança ocupacional contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida no trabalho, inclusive com dispositivo que cria áreas de recreação para os empregados alojados. Tem-se então que qualidade de vida do indivíduo fora da empresa é um fator essencial para beneficiar o ambiente profissional, tendo em vista o reflexo desse componente e a irradiação do sentimento de bem-estar para o conjunto da obra, casa, trabalho, família, colegas, empresa.

Partindo-se desse pressuposto, verifica-se na teoria da QVT inúmeros fatores externos e próprios do ambiente profissional que prejudicam o bom convívio. Entre eles destacam-se dois grupos principais: (1) ausência de comando impactando na falta de organização e do espírito de equipe que deve haver entre as pessoas para fazer com que a sinergia entre elas e as tarefas sejam realizadas com eficiência e eficácia e (2) aspectos físicos ambientais como: má iluminação, ruídos, falta de espaço, mobiliário inadequado.

Ainda que não existissem as normas regulamentadoras – segurança e medicina ocupacional –, resta claro que a empresa deve focar e cuidar dos aspectos físicos ambientais. As instalações não devem ser sujas, escuras ou apertadas, mas devem ser higienizadas, com medições de luminância adequadas e que sejam projetadas com medidas de circulação baseado em normas técnicas. Tudo convergindo para que as pessoas tenham conforto ao trabalhar, evitando complicações físicas, como, por exemplo, a LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e a DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), que são doenças que acometem os funcionários que executam atividades repetitivas por um longo período de tempo.

Pode-se inferir da leitura das Normas de Segurança e Medicina Ocupacional que suas disposições convergem a tratar os aspectos ambientais mencionados no grupo (2) acima com folga, todos convergindo a um meio ambiente de trabalho onde haverá sinergia de forma literal, isto é, produzir mais com menos. Isto porque as afecções que ocorrem nos tendões, músculos, nervos e ligamentos, isolada ou associadamente, trazem inevitáveis prejuízos financeiros, administrativos e de imagem para a empresa. Um programa direcionado a melhorar a QVT que adote normas de Saúde e Segurança do Trabalho pode levar a um distanciamento ou à diminuição da doença no ambiente de trabalho. Há programas de gerenciamento de riscos de empregadores que preveem em seus cronogramas de prevenção de riscos a ginástica laboral executada no próprio local de trabalho. Segundo Idvani Valéria Grabarschi,⁶ trata-se de uma atividade bastante implantada nas empresas, que deve também ter melhores ferramentas e mobiliário adequado nos postos de trabalho para que os profissionais possam trabalhar satisfeitos e seguros de atingirem seus objetivos. Conforme a mesma autora, para que esses fatores sejam *“incorporados à empresa, essa deve ter consciência do seu papel fundamental como agente corporativo de mudanças, visando ao bem-*

6 GRABARSCHI, Idvani Valéria S. de S. Qualidade de vida no trabalho e sua influência na percepção da qualidade dos serviços – estudo de caso em instituição de nível superior. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

-estar” e a saúde de seus colaboradores. Melhorar a ergonomia dos postos de trabalho traz um resultado semelhante ao ato de aguar uma planta, o resultado é sentido praticamente de imediato.

3.2. Serviços de Eletricidade, Conforto e Performance do Trabalhador

Nota-se a importância da ergonomia observando-se que está presente em diversas outras Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde Ocupacional, a exemplo da NR-10, *que trata de segurança em instalações e serviços em eletricidade*:

10.3.10 Os projetos devem assegurar que as instalações proporcionem aos trabalhadores iluminação adequada e uma posição de trabalho segura, de acordo com a NR 17 - Ergonomia.

[...]

10.4.5 Para atividades em instalações elétricas deve ser garantida ao trabalhador iluminação adequada e uma posição de trabalho segura, de acordo com a NR 17 - Ergonomia, de forma a permitir que ele disponha dos membros superiores livres para a realização das tarefas.⁸

Logicamente que as disposições sobre a ergonomia, o conforto e a segurança dos trabalhadores nos serviços elétricos e de intervenção em instalações elétricas visam prevenir doenças ocupacionais, acidentes, e otimizar a performance do indivíduo. Ao lado disto, a NR-10 traz também inúmeros dispositivos (tais como treinamentos, permissão para trabalho, procedimentos, análises de riscos, supervisão em serviços críticos) para transformar e preservar o ambiente de trabalho tornando-o mais seguro não apenas aos trabalhadores que intervenham em serviços de eletricidade, mas ao ambiente laboral como um todo, preservando a integridade do imóvel da empresa e do seu patrimônio contra incêndios devido a incidentes nos circuitos elétricos ou advindos das atividades desenvolvidas à margem das medidas de segurança propostas.

3.3. Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção

Veja-se ainda a propósito da ergonomia, que a NR-18, que dispõe sobre as condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, traz no item “18.14.11 O levantamento manual ou semimecanizado de cargas deve ser executado de forma que o esforço físico realizado pelo trabalhador seja compatível com a sua capacidade de força, conforme a NR-17 (Ergonomia)”⁹ e no item “18.14.22.3 O posto de trabalho do guincheiro deve ser isolado, dispor

7 ID. Ibid.

8 Portaria SEPRT n.º 915, de 30 de julho de 2019.

9 Portaria MTP n.º 4.390, de 29 de dezembro de 2022.

de proteção segura contra queda de materiais, e os assentos utilizados devem atender ao disposto na NR-17 (Ergonomia).”¹⁰

Observe-se que a referida norma da indústria específica (NR-18) estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção. Nos exemplos transcritos, pode-se concluir que a NR-17, a qual trata de ergonomia, não é uma norma dirigida apenas a *telemarketing* ou operadores de *checkout*, mas traz diretrizes que podem ser úteis em todos os ambientes de trabalho.

De tal sorte, corrobora diretamente para a QVT de forma mais evidente em dispositivos como o seguinte:

18.4.2.14. Área de lazer

18.4.2.14.1. Nas áreas de vivência devem ser previstos locais para recreação dos trabalhadores alojados, podendo ser utilizado o local de refeições para este fim.

[...]

18.37.2.6 Nas áreas de vivência dotadas de alojamento, deve ser solicitada à concessionária local a instalação de um telefone comunitário ou público. [...]

Áreas de Vivência - áreas destinadas a suprir as necessidades básicas humanas de alimentação, higiene, descanso, lazer, convivência e ambulatória, devendo ficar fisicamente separadas das áreas laborais.¹¹

A par da leitura da NR-18 acima fragmentada, verifica-se claramente a melhoria na qualidade de vida no trabalho daqueles profissionais que se dedicam à construção civil. A começar pelo enunciado do subitem 18.4.2.14 referindo-se à “*área de lazer*” e às demais disposições sobre o alojamento, a instalação de telefone público que se fazia muito necessária na época em que foi editada, além da preocupação em edificar um perímetro de vivência segregado da área de operação para que os obreiros pudessem realmente possuir mais qualidade de vida durante o desenvolvimento da obra.

Embora ultrapassada a questão de instalação do telefone público, observa-se o cuidado da norma – editada originalmente em 1978 antes de sofrer atualizações – em prover um meio de comunicação dos trabalhadores alojados no local da obra com seus familiares, a fim de preservar a célula da sociedade e a saúde psicológica. Tal intento do legislador compreende-se dentro da teoria que considera o trabalho como espaço total da vida, quando afirma que a “*experiência de trabalho de um indivíduo pode ter efeito negativo ou positivo sobre*

¹⁰ ID. Ibid.

¹¹ Portaria MTP n.º 4.390, de 29 de dezembro de 2022.

*outras esferas de sua vida, tais como suas relações com sua família.*¹² De fato, a NR-18 possui ainda inúmeras disposições que visam reduzir o risco de adoecimento e, principalmente, a ocorrência de acidentes, uma vez que se trata de um ambiente bastante exposto a riscos que conduzem ao sinistro laboral como é a construção civil e que pode afetar enormemente o equilíbrio, a estabilidade familiar, o psicológico do empregado e por conseguinte o ambiente de trabalho e sua produtividade.

No entanto, existem normas de segurança e medicina ocupacional que cobrem outros setores específicos dedicando-se às peculiaridades de cada indústria (frigoríficos, estabelecimentos de assistência à saúde, construção civil, mineração, trabalho portuário) e/ou atividades (serviços em eletricidade, trabalho em altura, trabalho em condições hiperbáricas, trabalhos a céu aberto, trabalho em espaços confinados).

Na busca pela melhoria nas condições do ambiente de trabalho, investiga-se em que medida as normas de SST abraçam a causa e, especialmente, quais seriam estas normas. As disposições normativas vistas até aqui já mostram sinais de que todas as normas de SST se entrelaçam, se apoiam e se completam nesse sentido. A NR-9, a qual discutiremos a seguir, trata da prevenção de riscos ambientais e se dirige de forma geral a todas as atividades econômicas, sendo certo que sua aplicação não exclui as específicas, mas converge à interação das demais normas.

Dentre as medidas que levam à satisfação no ambiente de trabalho e conseqüentemente à QVT,¹³ pode-se sistematizar o ambiente físico: destaca-se a localização geográfica, o maquinário, as condições de higiene, saneamento básico e conforto. Portanto, na perspectiva de integração das normas apontada acima, exemplifica-se com a NR-12,¹⁴ que cuida especificamente do maquinário, ou seja, de segurança no trabalho com máquinas e equipamentos e define referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Sobre as condições de higiene, saneamento e conforto, além da NR-18, há dispositivos específicos na NR-24, que cuida das condições sanitárias, segurança e de conforto nos locais de trabalho, *a exemplo dos dois transcritos a seguir:*

24.1.22 Os locais destinados às instalações sanitárias serão providos de uma rede de iluminação, cuja fiação deverá ser protegida por eletrodutos.

24.1.23 Com o objetivo de manter um iluminamento mínimo de 100 lux, deverão ser instaladas lâmpadas incandescentes de 100 W/8,00 m² de área com pé-direito de 3,00m máximo, ou outro tipo de luminária que produza o mesmo efeito.¹⁵

12 WALTON, Richard. Quality of working life: what is it? Sloan Management Review. Massachusetts, v.15, n.1, p. 11-21, 1973.

13 Cf. GRABARSCHI, op. cit.

14 Portaria MTP n.º 4.219, de 20 de dezembro de 2022.

15 Portaria MTP n.º 2.772, de 05 de setembro de 2022.

3.4. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

No caso da construção de um ambiente seguro, importa consignar a sistematização indicada por Richard Walton,¹⁶ em que propõe oito categorias ou dimensões para se avaliar a QVT: (1) compensação justa e adequada, (2) condições de trabalho, (3) uso e desenvolvimento de capacidades, (4) oportunidade de crescimento e segurança no emprego, (5) integração social na organização, (6) constitucionalismo e proteção de direitos laborais, (7) trabalho e espaço total da vida e (8) relevância social do trabalho na vida.

Na pesquisa que ora se empreende, interessa a segunda dimensão postulada acima, qual seja, condições de trabalho, uma vez que envolve segundo os autores, além da jornada razoável, um ambiente físico seguro e saudável. *Nesse diapasão, observa-se a disposição geral da referida NR-9:*

9.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

[...]

9.1.2 As ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade do empregador, com a participação dos trabalhadores, sendo sua abrangência e profundidade dependentes das características dos riscos e das necessidades de controle.¹⁷

Nota-se a diretriz estatuída “*visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores*”, que não deixa dúvidas quanto ao lucro que intenciona o legislador e que impacta na realização da qualidade de vida no trabalho. De igual importância, observa-se a expressão “*com a participação dos trabalhadores*”, deixando claro a sintonia com a realização da QVT quando importa na interação saudável dos trabalhadores a despeito dos níveis de hierarquia dentro da organização. Isto é, cada um, na cadeia de comando (de acordo com o organograma da empresa e com os procedimentos a serem observados em diversas normas de SST), na linha de produção (conforme pode-se encontrar na NR-12 que cuida de maquinário na indústria), nas frentes de trabalho (NR-31 que cuida do trabalho rural) e nos canteiros de obras (NR-18 que trata da construção civil) possuem uma participação de valor que importa para um momento em que todos são iguais, todos merecem os mesmos

¹⁶ WALTON, op. cit.

¹⁷ Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021.

cuidados e são responsáveis uns pelos outros na medida em que também recebem treinamentos adequados, equipamentos de proteção adequados e são responsáveis pela correta e segura operação das máquinas e equipamentos de produção.

Esse aspecto é colacionado como indicador na perspectiva dos modelos de QVT¹⁸. Assim, encontra-se o clássico Modelo de Westley que fornece quatro grandes indicadores que podem contribuir para avaliar a qualidade de vida no trabalho e que devem ser desdobrados e observados individual ou coletivamente, a saber: (1) Indicador Econômico, com equidade salarial, (2) Indicador Político, com sensação de estabilidade no emprego, (3) Indicador Psicológico, com possibilidade de autorrealização e (4) Indicador Sociológico. Este último sendo o que se representa no conceito de participação ativa em decisões que estejam relacionadas com o processo de trabalho, ou seja, com a forma de executar as tarefas entre os indivíduos e a distribuição de responsabilidade em cada equipe. Ainda, consideram-se participações nas decisões, a presença de cargas de autonomia, relacionamento interpessoal, grau de responsabilidade e valor pessoal. De notar-se que a própria gênese das Normas Regulamentadoras de SST obedece a princípio participativo de modo a integrar o Estado, os Trabalhadores e os Empregadores, denominada Grupo Tripartite. A partir disto, observa-se que nas Normas de Medicina e Saúde Ocupacional, há sempre um viés integrativo dos empregadores entre si – quando contratados/terceirizados partilham do mesmo ambiente de trabalho – e, principalmente entre trabalhadores de diversos níveis de hierarquia bem como junto a seus respectivos líderes, supervisores e patrões.

3.5. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

Verificamos que a NR-9 traz vivamente o aspecto das responsabilidades mútuas na construção de um ambiente mais seguro com adoção de medidas de prevenção aos riscos ambientais, assim como todas as normas de SST em maior ou menor grau. Pretende-se exibir na NR-5, que trata da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, dispositivos semelhantes buscam valorizam a interação no meio ambiente de trabalho, *a partir dos seguintes itens:*

5.6.4 Quando o estabelecimento não se enquadrar no Quadro I, a empresa designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos desta NR, podendo ser adotados mecanismos de participação dos empregados, através de negociação coletiva.

[...]

5.10 O empregador deverá garantir que seus indicados tenham a representação necessária para a discussão e encaminhamento das soluções de questões de segurança e saúde no trabalho analisadas na CIPA.

[...]

18 RODRIGUES, op. cit.

5.27 Reuniões extraordinárias deverão ser realizadas quando: a) houver denúncia de situação de risco grave e iminente que determine aplicação de medidas corretivas de emergência; b) ocorrer acidente do trabalho grave ou fatal; c) houver solicitação expressa de uma das representações.¹⁹

Na disposição acima, percebe-se o comando normativo de a empresa designar formalmente o responsável para cumprimento dos objetivos da CIPA. Geralmente este responsável indicado é um empregado que ficará incumbido de velar por um ambiente mais seguro e saudável. Caso a empresa não se enquadre no Quadro I da NR-05, há possibilidade de adoção de mecanismos de participação dos empregados por meio de norma coletiva. Isto significa mais uma oportunidade que a empresa deve lançar mão para otimizar o meio ambiente, valorizando o seu espaço e o seu capital humano.

Na hipótese em que a empresa se situa legalmente no Quadro I, haverá eleição para membros da CIPA que se juntarão aos empregados indicados pelo empregador. Nesse caso, deverá a empregadora garantir que seus empregados indicados (os quais compõem a CIPA) tenham a representação necessária para a discussão e encaminhamento das soluções de questões de segurança e saúde no trabalho que foram apreciadas pela comissão.

Observe-se, no último item transcrito, que reunião extraordinária deverá ser realizada quando da ocorrência de denúncia de situação de risco grave e iminente, quando ocorrer acidente do trabalho grave ou fatal e se houver solicitação expressa de uma das representações de seus membros. Registra-se em título meramente ilustrativo que, segundo o site oficial da OIT,²⁰ cerca de 6.300 pessoas falecem diariamente no mundo em decorrência de agravos à saúde relacionados ao trabalho (acidentes e doenças) gerando um total de 2,78 milhões de óbitos por ano e mais 374 milhões sofrem lesões profissionais não fatais por ano, ou seja, 1.024.657 pessoas feridas no trabalho todos os dias com média de afastamento superior a 4 dias, incrementando o índice de absenteísmo e, paralelamente, gerando um custo estimado de 4% do PIB mundial.

Ora, vê-se claramente que, além de constituir comandos normativos, as disposições e preceitos da NR-05 incentivam a integração e a harmonia para a consecução de um objetivo comum dentro da empresa, que é o ambiente mais seguro para todas as pessoas – além do conforto físico e psicológico, para a integridade das mesmas e do próprio fundo comercial e de todo o patrimônio/maquinário da empresa. O próprio nome CIPA conduz a este entendimento, pois trata-se de uma comissão interna de prevenção de acidentes, poderosa ferramenta de redução de custos com sinistros que recairiam, sob o pálio da responsabilidade objetiva, na conta da empresa, gerando impactos e estatísticas negativas à sua performance além dos prejuízos de ordem social e nas contas públicas.

¹⁹ Portaria MTP n.º 4.219, de 20 de dezembro de 2022.

²⁰ Disponível em <<https://www.ilo.org/global/topics/safety-and-health-at-work/lang--en/index.htm>>. Acesso: 07/2020.

4. Promoção da Saúde, Bem-Estar e Performance

4.1. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

Finalmente, cuida-se em trazer a NR-07 que dispõe sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, para pontuar o incremento na QVT e na performance organizacional, o que inclui aspectos que garantam que os objetivos estejam sendo atendidos de forma constante, eficaz e eficiente dentro da organização. Considerou-se ainda que a gestão de desempenho incide não apenas sobre a organização como um todo, mas sobre o desempenho de um departamento, de um funcionário ou até mesmo de processos para construir um produto ou serviço. Pode-se afirmar que as Normas Regulamentadoras vistas neste estudo convergem igualmente para estes fins, podendo a empresa servir-se delas para otimizar segurança, conforto, ergonomia, eficiência nas atividades e eficiência econômica e financeira devido às metodologias de prevenção de acidentes e de acometimentos das pessoas que impulsionam a organização. A NR-07 oferece à empresa a implantação de um programa com caráter de rastreamento, prevenção e diagnóstico precoce de doenças ocupacionais e não ocupacionais, constituindo parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores.

Dispõe de forma propedêutica a referida NR-07 quanto ao seu objeto e quanto às suas diretrizes:

7.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores. [...]

7.2 DAS DIRETRIZES

7.2.1 O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais NR.²¹

7.2.2 O PCMSO deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho.

7.2.3 O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.

²¹ Portaria MTP n.º 567, de 10 março de 2022.

7.2.4 O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.

A Norma Regulamentadora NR-7 estabelece de forma obrigatória e sistemática o que empresas vanguardistas já adotavam de forma espontânea e de acordo com metodologia própria. Verifica-se notoriamente a adoção de programas de qualidade de vida e promoção da saúde com vistas a proporcionar ao indivíduo incremento de suporte ao estresse, maior estabilidade emocional, motivação, eficiência no trabalho e, ao lado disto, elevar sua autoimagem e seu relacionamento interpessoal. Em contrapartida, as empresas são beneficiadas com uma força de trabalho saudável, enfrentamento de menor absenteísmo/rotatividade, redução na estatística de acidentes, menos custo de saúde assistencial, maior produtividade, melhor imagem da organização e, certamente, melhoria do ambiente de trabalho.

Como já discutimos acima, as Normas Regulamentadoras de Medicina e Segurança Ocupacional são conexas umas com as outras de modo que, apesar de existirem normas de caráter geral aplicáveis a todas as atividades econômicas, como a NR-05 (CIPA) e a NR-09 (Prevenção de Riscos Ambientais), todas as demais podem – às vezes devem – se relacionar. Nesse sentido, observa-se que a NR-07 possui uma disposição expressa nesse sentido: “*devido estar articulado com o disposto nas demais NR*”²², conquanto leve em consideração os dados obtidos a partir das metodologias nelas especificadas. Nesse sentido, observa-se igualmente conforme transcrito acima: “*O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.*”²³

A Norma Regulamentadora NR-07 ainda prevê ações de saúde que devem ser propostas e executadas anualmente e ainda, especialmente, *um Relatório Anual com estatísticas dos exames médicos que foram realizados durante o ano:*

7.4.6 O PCMSO deverá obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual com a participação da CIPA em sua publicação dentro da empresa:

7.4.6.1 O relatório anual deverá discriminar, por setores da empresa, o número e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas e exames complementares, estatísticas de resultados considerados anormais, assim como o planejamento para o próximo ano, tomando como base o modelo proposto no Quadro III desta NR.

22 ID. Ibid.

23 ID. Ibid.

7.4.6.2 O relatório anual deverá ser apresentado e discutido na CIPA, quando existente na empresa, de acordo com a NR 5, sendo sua cópia anexada ao livro de atas daquela comissão.²⁴

As disposições da NR-07 conduzem a indícios de que a QVT pode ser monitorada e rastreada com o escopo de mantê-la em bom nível ou em nível desejado pela organização. Ao lado da condição de saúde, o estresse dentro das organizações soma-se aos vários problemas crônicos que podem ser gerenciados utilizando-se as noções de prevenção da saúde pública e, da forma como estudamos, servindo-se a empresa das normas de segurança e medicina ocupacional.

De acordo com estudos anteriores em QVT, *“o controle por parte do próprio trabalhador – que engloba a autonomia, poder e dever que eles têm sobre os processos de trabalho, incluídas aí, questões como a saúde, segurança e suas relações com a organização do trabalho – é um dos elementos mais importantes que configuram ou determinam a qualidade de vida no trabalho das pessoas”*²⁵. Isto ressalta a sincronia da norma de SST, por exemplo, quando prescreve que o Relatório Anual (o qual contém estatísticas de resultados de exames médicos ocupacionais anormais) deverá ser apresentado e discutido na CIPA perante os empregados, quando existente na empresa, de acordo com a NR-05.

4.2. QVT e Performance da Organização

Oportuno resgatar aqui, na abertura desse subcapítulo, a sucinta exposição de Adriane Vieira:

A insatisfação do homem tem na falta da qualidade de vida no trabalho, a causa primeira. E o homem insatisfeito não coopera, não se envolve nos objetivos da organização onde atua. [...] Prover e investir na qualidade de vida no trabalho é crucial para a empresa ter o retorno em comprometimento e, conseqüentemente, em melhorias da produtividade e competitividade.²⁶

Em síntese, a instituição de QVT visa *“modificar um ou vários aspectos do meio ambiente de trabalho, a fim de criar uma nova situação mais favorável à satisfação dos empregados e à produtividade da empresa”*²⁷, o que compõe o *“conjunto das ações de uma empresa que envolve a implantação de melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho”*²⁸. Considera-se também que a QVT se assenta em grande número de abordagens

24 ID. Ibid.

25 LACAZ, Francisco A. de C. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. Ciências e saúde coletiva, 2000, vol. 5, n.1, p.151-161. ISSN 1413-8123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7086.pdf>> Acesso em: jul. 2020.

26 VIEIRA, Adriane. A qualidade de vida no trabalho e o controle da qualidade total. Florianópolis: Insular, 1996, P. 32.

27 FERNANDES, op. cit., p. 43.

28 LIMONGI-FRANÇA, op. cit., p. 80.

ancoradas na promoção da saúde, da ecologia, da ergonomia, da psicologia, da sociologia, da economia, da administração, e da engenharia.

Seguindo os rastros de evidências apontadas pelos conceitos vistos, a QVT conduziria à produtividade dentro da organização por meio de intervenção no meio ambiente de trabalho que influi na satisfação do indivíduo. Deverá também influir no desempenho da organização, uma vez que o cuidado com o meio ambiente de trabalho conduz ao aperfeiçoamento das condições de segurança e saúde dos empregados.

Fato é que a implementação das normas de segurança parece estar visceralmente conectada ao valor que agrega na qualidade de vida no trabalho, gerando concomitantemente valor humano e econômico-organizacional. Isto porque as Normas Regulamentadoras de Medicina e Segurança do Trabalho publicadas sob a égide do Ministério do Trabalho e Previdência – possuem mandamentos que tem objetivos claros de reduzir o absenteísmo por doenças ocupacionais, redução de estatísticas de acidentes com afastamentos superiores e/ou inferiores a quinze dias, prevenção do desenvolvimento de doenças emnexo causal com a atividade desenvolvida pelo empregado, controle e minimização dos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e em atividades críticas como trabalhos em altura, objeto da NR-35 (em que se lê: “35.1.1 Esta Norma estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.”).²⁹ Sobre o aspecto da realização organizacional, corroborando entendimento de Grabarschi,³⁰ focando a atenção no ser humano, a ergonomia, a segurança, a saúde, o conforto (aspectos burilados na QVT), buscam-se os aspectos da humanização do trabalho, tendo em vista propiciar-lhe condições mais agradáveis e satisfatórias para se poder alcançar um aumento de produtividade.

Em um mundo de mudanças e incertezas sobre o futuro e bastante mais complexo que no passado, a facilidade e a velocidade de acesso às novas tecnologias fizeram com que todas as pessoas (profissionais, empregados) e as organizações (empresas, empregadores) tivessem mais condições de ampliar suas marcas e territórios, acirrando a concorrência e o culto à excelência da organização e, ao extremo, dos profissionais. Os profissionais têm acesso a um sortimento de cursos e capacitações à distância e muitos deles integralmente online entre outros gratuitos. As empresas passaram a ter acesso aos seus mercados em escalas nunca experimentadas, gerando uma alavancagem financeira e de concorrência nunca vistas. Nesse espeque, necessário é estabelecer um diferencial de base e categoria para cada uma dessas organizações empresariais libertarem seus verdadeiros potenciais.

²⁹ Portaria SEPRT n.º 915, de 30 de julho de 2019.

³⁰ GRABARSCHI, op. cit.

5. Conclusão

A teoria da performance das organizações envolve o aprimoramento da performance do estabelecimento, do departamento, da equipe e do indivíduo. Nesse sentido, a implantação da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) constitui uma metodologia que tem sido largamente estudada, desenvolvida e aplicada na persecução da produtividade do indivíduo e da equipe a partir da transformação do ambiente de trabalho e da adoção de medidas administrativas, estruturais e procedimentais diferenciadas.

Nessa linha, considerando o aprofundamento necessário à realização plena da QVT, a pesquisa aqui apresentada procurou nas Normas de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) os preceitos que pudessem convergir àqueles objetivos. Constatou-se então que tais normas propõem em seus dispositivos a preservação e o controle do meio ambiente de trabalho, a redução dos riscos ocupacionais e a adoção de medidas de caráter coletivo e individual. Ainda, a implantação de normas de SST inclui a análise ergonômica do trabalho, regras de higiene, conforto e lazer de forma geral – que alcança todas as atividades econômicas – e específica, por setores de atividades ou levando-se em conta atividades críticas, como o trabalho desenvolvido em espaços confinados e os serviços realizados em alturas.

Ainda no que concerne às normas de segurança e medicina ocupacional, sua harmonia com a realização da qualidade de vida no trabalho pode ser entendida a partir da proposta de elaboração e implementação de um programa de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce de doenças ocupacionais, segundo prescrito na NR-07. Nessa norma há um roteiro detalhado que pode – e deve – ser inserido nas boas práticas da organização, bem como a abordagem estatística anual de exames clínicos e complementares dirigidos aos recursos humanos.

Baseado nos resultados do estudo, após minudente análise dos conceitos e objetivos da QVT e dos preceitos contidos em normas de SST, é possível perceber que a eficiência da organização empresarial (pública ou privada) pode ter o seu sucesso ampliado com a implantação das Normas Regulamentadoras publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Tais normas, doravante entendidas como importante base de apoio na construção da QVT, constituem instrumental dirigido à proteção e valorização dos recursos humanos. Nesse prisma, a experiência profissional auferida na fiscalização do trabalho aponta que a organização pode servir-se do suporte oferecido pelas Normas Regulamentadoras de Medicina e Saúde Ocupacional para maximizar a QVT no seu ambiente. Da revisão aqui mapeada, ficam indícios significativos de que os dispositivos legais das normas de Segurança e Medicina Ocupacional são direcionados justamente ao capital humano, ou seja, representam um investimento direto no alvo das organizações que pretendem aprimorar seu índice de QVT como meio de gerar valor humano e econômico.

Referências

- ARAÚJO JÚNIOR, Francisco Milton. **Doença ocupacional e acidente de trabalho: análise multidisciplinar**. São Paulo: LTr, 2009.
- BRITO, Cristiane da S.; FREITAS, Lúcia S de.; MATOS, Gilberto da S.. **Percepção da qualidade de vida no trabalho: uma análise sobre sua relação com a motivação**. Disponível em: <<http://www.invenia.es/oai:dialnet.unirioja.es:ART0000128570>> Acesso em: jun. 2020.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CONTE, Antônio L.. **Qualidade de vida no trabalho: funcionários com qualidade de vida no trabalho são mais felizes e produzem mais**. Curitiba, Revista FAE BUSINESS, n. 7, nov. 2003.
- DUTRA, Joel Souza (Org.). **Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas**. 8. ed. São Paulo: Gente, 2001.
- FRANCO, H. **Contabilidade Industrial**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Qualidade de Vida no Trabalho - QVT**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. **Qualidade de Vida no Trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras**. Revista Brasileira de Medicina Psicossomática. 1 (2): 79-83. 1997.
- GRABARSCHI, Idvani Valéria S. de S. **Qualidade de vida no trabalho e sua influência na percepção da qualidade dos serviços** – estudo de caso em instituição de nível superior. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- LACAZ, Francisco A. de C. **Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença**. Ciências e saúde coletiva, 2000, vol.5, n.1, p.151-161. ISSN 1413-8123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7086.pdf>> Acesso em: jul. 2020.
- LUSTRI, D.; MIURA, I. K.; TAKAHACHI, S. **Gestão do conhecimento desenvolvendo competências**. Revista Inteligência Organizacional. n. 25, p. 20-27, out./nov./dez. 2005.
- MIRANDA, William Freitas. **APR nas NR: um estudo sobre a imposição da Análise Preliminar de Risco pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho**. Jaboatão dos Guararapes: Edição do Autor, 2017.
- RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- ROSSI, Ana Maria; PERREWÉ, Pamela L.; SAUTER, Steven L. (orgs.) **Stress e qualidade de vida no trabalho: perspectivas atuais da saúde ocupacional**. 2ª reimp. São Paulo: Atlas, 2007.
- SANTOS JUNIOR, Aldo A. dos; ZIMMERMANN, Raquel C. **Qualidade de Vida no Trabalho na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Sediada na Região Operacional** 08. Itajaí: Unijuí. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art34/aldo.htm> Acesso em: set. 2020.
- VIEIRA, Adriane. **A qualidade de vida no trabalho e o controle da qualidade total**. Florianópolis: Insular, 1996.
- WALTON, Richard. **Quality of working life: what is it?** Slow Management Review. USA, v.15, n.1, p. 11-21, 1973.